



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Robinson Santos Pinheiro

Presentes e ausentes: *Os Sertões* euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014)

GOIÂNIA

2015



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Robinson Santos Pinheiro

Título do trabalho: Presentes e ausentes: *Os Sertões* euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do (a) autor (a)
Robinson Santos Pinheiro

Data: 31 / 01 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Robinson Santos Pinheiro

Presentes e ausentes: *Os Sertões* euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014)

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Geralda de Almeida

GOIÂNIA

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Pinheiro, Robinson Santos

Presentes e ausentes: Os Sertões euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014) [manuscrito] / Robinson Santos Pinheiro. - 15.

CLXXXIV, 184 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 15.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Os Sertões. 2. Integração. 3. Modernização. 4. Estado-Nação Brasil. 5. PNDR. I. Almeida, Maria Geralda de, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE

Robinson Santos Pinheiro

Aos quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze (2015), a partir das 10h e 00min, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de Robinson Santos Pinheiro, intitulada "ANÁLISE POLÍTICA E GEOGRÁFICA DO IMAGINÁRIO ESPACIAL DO ESTADO-NAÇÃO BRASIL EM OS SERTÕES E NA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2003-2014)". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 002/2015 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Profa. Dra. **Maria Geralda de Almeida** (Presidente), Prof. Dr. **Eguimar Felício Chaveiro** (membro titular interno), Profa. Dra. **Ana Cristina da Silva** (membro titular interno), Prof. Dr. **Cláudio Benito Oliveira Ferraz** (membro titular externo) e Prof. Dr. **Rossvelt José Santos** (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 14:20 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Profa. Dra. **Maria Geralda de Almeida** (Presidente) – Ass. M Almeida

Aprovado () Reprovado ()

Prof. Dr. **Eguimar Felício Chaveiro** – Ass. Egh

Aprovado () Reprovado ()

Profa. Dra. **Ana Cristina da Silva** – Ass. Ana Cristina da Silva

Aprovado () Reprovado ()

Prof. Dr. **Cláudio Benito Oliveira Ferraz** – Ass. Cláudio Benito

Aprovado () Reprovado ()

Prof. Dr. **Rossvelt José Santos** – Ass. Rossvelt

Aprovado () Reprovado ()

Resultado final: Aprovado () Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título: Presentes, ausentes sertões e incluídos no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semi-rúdo

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria..... Prof. Dr. **Manuel Eduardo Ferreira**

Coord. de Pós Graduação IESA/UFG
Mat. SIAPE nº 2379279

A todos aqueles que buscam superar as farsas
que envolvem a formação do Estado-Nação
Brasil.

A minha família, pessoas que com as suas
singularidades contribuem com a formação
dos meus “eus”.

À Érica, amiga que muito contribuiu no
cotidiano de escrita desta tese.

Agradecimento:

Agradeço aos colegas de Pós-graduação em Geografia, que durante as disciplinas compartilhadas promoveram momentos de debates significativos para esta nova etapa acadêmica. Cada um, com as idiossincrasias que os moviam, é vital na construção da orientação do eu geógrafo. Em especial, no que toca os colegas de pós, agradeço ao Fernando Jaime e ao Hélsio, moçambicano, companheiros de convivência que transcenderam o nível da universidade.

Agradeço aos professores e funcionários que movimentam o IESA, proporcionando cursos de graduação e de pós-graduação de qualidades. Em especial, agradeço aos professores Eguimar, Ratts e Mirian - tive a oportunidade de participar de suas aulas. Também agradeço a professora Maria Amélia, do departamento de história da UFG, pelos diálogos durante a disciplina que ofertou em seu departamento. Cabe, aqui, agradecer aos professores Ana Cristina e Tadeu Arrais, ambos se esmeraram em indicar as fragilidades e possibilidades durante o processo de qualificação.

Agradeço ao LABOTER, laboratório de pesquisa e extensão que possibilitou a experiência de conviver num ambiente altamente produtivo. Em especial destaco a Lara, pessoa amiga e receptiva que acolhe e acalanta os “perdidos”. O carinho se estende aos colegas de laboratório que participaram de forma mais próxima do meu desenvolvimento: Pablo, Leandro, Valnei, Marcos, Ubirajara, João, Fátima...

Agradeço aos acadêmicos que participaram das disciplinas que lecionei como professor substituto da UFG, os desafios construídos em cada disciplina me possibilitaram, indubitavelmente, o desenvolvimento humano e intelectual.

Agradeço aos amigos e as amigas que encontrei nas (des)venturas por Goiânia. Thaís Moreira, o meu eterno carinho. Pedro, felicidades, agradecido pela possibilidade de diálogo. Guilherme, a aventura continua. Gabriel, que a poesia sempre resista. Jorge, que a vida seja revolução. Adriano, agradecido pelas conversas e indicações de leituras.

Agradeço aos meus familiares. Como não tecer palavras de carinho aos meus pais, o Pedro e a Maria Célia, pessoas simples que me ensinaram tantas geografias. O pai ensinando com seus “causos” sempre “verdadeiros”, e a mainha com os seus pés no chão, mostrando as direções que ela acredita serem as certas. Agradeço aos meus irmãos: a Eliane, sempre uma grande mãe de todos, carinhosa e que muito sofreu com as

minhas fraldas de pano; a Alexandra, que sempre procurou me mostrar o caminho das letras e também muito sofreu com as minhas fraldas; ao Célio, o mais sério da família, casto em seus atos e benevolente com todos; ao Cássio, o mais brincalhão, todavia, não menos sério nos momentos de precisão; a Crislaine, a irmã que adentrou e retirou o meu “posto” de caçula; pessoas ímpares que muito me mostraram/ensinaram.

Como não agradecer aos meus sobrinhos, crianças que me mostraram coisas simples, mas que com o passar dos anos nos esquecemos da simplicidade das pequenas coisas, diante disso, concordo com o narrador do livro *O pequeno príncipe* (2006), Antoine de Saint-Exupéry (1900 – 1944), quando diz que: “[...] as pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, estar a toda hora explicando” (SAINT-EXUPÉRY, 2006, p. 10). Por isso, Rafael, Denise, Lígia, Monique, kaike, Laura, Beatriz e João Pedro os meus sinceros agradecimentos. Ao agradecer os meus sobrinhos, é de importância agradecer os meus cunhados e cunhadas que adentraram em minha vida e com suas singularidades influenciaram o meu viver, por isso, Pedrinho, Deise, Regina, Protásio, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a pessoas amigas que “encontrei” durante um fecundo enlace, estas contribuem de forma poética com o meu eu. A Márcia, pessoa carinhosa e amiga que contribuiu com a leitura do meu texto e o empréstimo de livros que versaram sobre o tema aqui proposto. O Sidonio, um resistente torcedor do Santos Futebol Clube. A tia Mary, pessoa carinhosa que participou diretamente do desenvolvimento da tese, dedicando tempo para lê-la. Ao Paulo, grande companheiro de costela e derivados de bovinos. A prima Marina, uma amiga leitora de quase cinco anos que me encanta com os trejeitos de criança alegre. O Sérgio, a Rosana e o Gabriel, brasilienses receptivos e produtores de humanidade. O “grande” vô Joel, amigo que muito me ensina sobre a vida e sobre os instrumentos musicais. A vó Geni, pelo carinho.

Agradeço as sertanejas e os sertanejos que me acolheram e não negaram momentos de diálogo durante a travessia nas cidades baianas de Jeremoabo, Canudos, Monte Santo, Euclides da Cunha, Uauá e Tucano. Meu profundo sentimento de irmandade.

Em especial, agradeço a minha bela orientadora, Maria Geralda de Almeida. Pessoa amável, com olhar carinhoso e de liberdade intelectual. Muito obrigado por ter participado da minha existência!

[...]

O meu nome é Severino,
 como não tenho outro de pia,
 como há muitos Severinos,
 que é santo de romaria,
 deram então de me chamar
 Severino de Maria;
 como há muitos Severinos
 com mães chamadas Maria,
 fiquei sendo o da Maria
 do finado Zacarias.
 Mas isso ainda diz pouco:
 há muitos na freguesia,
 por causa de um coronel
 que se chamou Zacarias
 e que foi o mais antigo
 senhor desta sesmaria.

Como então dizer quem fala
 ora a Vossas Senhorias?

(Morte vida Severina. Melo Neto, 1955).

Esta *Elegia* não canta o amor do Nordeste passado,
 que foi o domínio dos latifundiários e dos ‘barões’ do
 açúcar, Nordeste esse que se projeta agora num
 folclore que é, sob muitos aspectos, a glorificação de
 um passado de servidão. Esta *Elegia* canta o amor do
 Futuro.

(Elegia para uma Re(li)gião. Francisco de Oliveira,
 1977).

RESUMO

A obra literária *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, é considerada fundante da nacionalidade brasileira. Nela, mais que narrar e denunciar a Guerra de Canudos (1896 – 1897), Euclides da Cunha projetou um futuro para o Brasil. Em seu imaginário, o futuro estaria na integração nacional por meio dos valores e práticas da sociedade moderna Ocidental. O discurso euclidiano, de forma sistemática desde 1930 até o início do século XXI, se torna o grande projeto para o Estado brasileiro. Integrar o território, a partir dos preceitos modernos ocidentais, se hegemoniza enquanto possibilidade de um “Brasil grande”, promovendo o crescimento econômico e o desenvolvimento social, conquanto, o segundo fica circunscrito ao primeiro. A tese objetivou compreender a contemporaneidade do projeto euclidiano. Para isso, se buscou interpretar o imaginário do Estado a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR -, criada em 2003. Como espaço de análise, foi interpretado as transformações socioespaciais ocorridas na região do Semiárido durante os 13 anos de atuação da PNDR. Procurando maior aproximação com “*Os Sertões*” e o espaço delimitado para estudo, houve o campo e a análise sobre a microrregião baiana de Euclides da Cunha, envolvendo nove municípios. Cinco municípios (Euclides da Cunha – antiga Cumbe -, Monte Santo, Tucano, Uauá e Canudos – antiga Monte Belo) são citados por Euclides da Cunha. Assim, a escolha do Semiárido bem como da microrregião de Euclides da Cunha é oriunda do fato destes corresponderem fisicamente e socialmente com o espaço que envolveu a trama romanesca *Os Sertões*. A interpretação da integração modernizadora por meio da PNDR possibilitou verificar que o projeto euclidiano permanece, em sua respectiva especificidade, na base da ação do Estado. A análise do imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR permitiu compreender que, nos pontos de encontro do ontem com o “hoje”, o histórico de intervenção estatal via a integração modernizadora serviu como instrumento de retroalimentação das estruturas sociais (política e econômica) conservadoras. O Estado não promove, portanto, melhoras significativas para a construção de um Brasil mais justo. A modernização, assim, na forma com que se reproduziu na história, é uma farsa legitimada pelo Estado. E aqui se encontra o ponto de orientação da análise/interpretação/leitura de *Os Sertões* para a contemporaneidade, a superação dos engodos institucionalizados que envolvem o imaginário modernizador dos espaços brasileiro.

Palavras-Chave: *Os Sertões*, integração, modernização, Estado-Nação Brasil e PNDR.

LISTA DE SIGLAS

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste.
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CODENO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.
COOPERCUC - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá.
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.
IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.
PDNE - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.
PDSA - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.
PIB - Produto Interno Bruto.
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.
PT – Partido dos Trabalhadores.
SUDAM - Superintendências de Desenvolvimento Amazônico.
SUDECO - Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
SUDENE - Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste.
SUDESUL - Superintendências de Desenvolvimento do Sul.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1: Parte da foto tirada por Flávio de Barros - no momento de rendição das crianças, mulheres e idosos no fim da Guerra de Canudos - exposta no Parque Estadual de Canudos. Ao fundo da imagem, encontra-se parte do açude de Cocorobó que inundou Monte Belo..... p. 68
- Imagem 2: Representação do cenário do conflito no Parque Estadual de Canudos, Canudos BA..... p. 71
- Imagem 3: Ruínas do alicerce da sede da Fazenda Canudos, localizada no Parque Estadual de Canudos..... p. 76
- Imagem 4: Imagem do chão próximo a Monte Belo no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA (em anexo) p. 175
- Imagem 5: “A Matadeira”. Esta fica exposta no centro da cidade de Monte Santo, na praça central. A frente da histórica arma, tem um monumento de Antonio Conselheiro (ver imagem 6 no anexo 2)..... p. 87
- Imagem 6: Praça central de Monte Santo, BA, no primeiro plano, a direita, monumento a Antonio Conselheiro, atrás, como comemorando a história, “A Matadeira” p. 176
- Imagem 7: Sede do comando militar em monte santo..... p. 90
- Imagem 8: Açude de Cocorobó, Canudos, BA..... p. 91
- Imagem 9: Messias. Produtor familiar de bananas, a esquerda, entre o mato da beira da estrada e a folhagem das bananeiras, de cinza, o aqueduto de irrigação..... p. 129
- Imagem 10: Parte do caminho a igreja de Monte Santo (ver imagem 11 no anexo 5) e, adiante, a esquerda, vista parcial da cidade de Monte Santo..... p. 132
- Imagem 11: Igreja de Monte Santo (1775 a 1795)..... p. 182
- Imagem 12: Panorâmica de Euclides da Cunha: ao centro da imagem avenida que liga a BR – 116 ao centro da cidade como permite o acesso a estrada estadual que leva a Monte Santo..... p. 134
- Imagem 13: João, produtor rural, na fila para a consulta com especialista..... p. 135
- Imagem 14: Foto de Povoado do Município de Monte Santo..... p. 186
- Imagem 15: Trecho da Br 235 que liga as cidades de Jeremoabo, BA, e de Canudos, BA..... p. 138

- Imagem 16: Trabalhadores na Br 235 que liga Uauá, BA, a Juazeiro, BA..... p. 139
- Imagem 17: João como seu neto Pedro em atividade na estrada estadual XX, a frente encontra-se o pai do garoto tapando buracos..... p. 141
- Imagem 18: Casa construída na sede da missão jesuíta de Massacará..... p. 153
- Imagem 19: Família Kaimbé: da esquerda para a direita: pai, filha, mãe e sobrinha..... p. 154
- Imagem 20: Destaque de um desenho exposto na sala da família Kaimbé..... p. 187

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1: Evolução da concessão do programa Bolsa Família no Brasil e nos Estados pertencentes ao semiárido brasileiro..... p. 177
- Tabela 2: Participação no PIB pelos estados que compõem o semiárido brasileiro. p. 122
- Tabela 3: Brasil e Grandes regiões: Grau de informalidade (%) 2000 e 2010..... p. 123
- Tabela 4: Brasil e Grandes Regiões: Taxa de desocupação (%) 2000 e 2010..... p. 123
- Tabela 5: IDH dos estados envolvidos pela região do Semiárido..... p. 125
- Tabela 6: Evolução da população urbana e rural da microrregião de Euclides da Cunha..... p. 128
- Tabela 7: Evolução da Taxa de Fecundidade dos municípios da microrregião de Euclides da Cunha, BA..... p. 180
- Tabela 8: PIB-Municipal e renda *Per Capita* da Microrregião de Canudos..... p. 131
- Tabela 9: IDH dos municípios da microrregião de Euclides da Cunha..... p. 131
- Tabela 10: Percentagem da população da microrregião de Euclides da Cunha beneficiada pelo Programa Bolsa Família 2010..... p. 133
- Tabela 11: Evolução da concessão do programa Bolsa Família no Estado da Bahia e microrregião de Euclides da Cunha..... p. 183
- Tabela 12: Imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR- tabela comparativa..... p. 151

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 - Imagem 4: Chão próximo a Monte Belo no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA..... p. 175
- Anexo 2 - Imagem 6: Praça central de Monte Santo, BA, no primeiro plano, a direita, monumento a Antonio Conselheiro, atrás, como rememorando a história, “A Matadeira” p. 176
- Anexo 3 - Tabela 1: Evolução da concessão do programa Bolsa Família no Brasil e nos Estados pertencentes ao semiárido brasileiro..... p. 177
- Anexo 4 - Tabela 7: Evolução da Taxa de Fecundidade dos municípios da microrregião de Euclides da Cunha, BA..... p. 180
- Anexo 5 - Imagem 11: Igreja de Monte Santo (1775 a 1795)..... p. 182
- Anexo 6 – Tabela 11: Evolução da concessão do programa Bolsa Família no Estado da Bahia e microrregião de Euclides da Cunha..... p. 183
- Anexo 7 - Imagem 14: Foto de Povoado do Município de Monte Santo..... p. 186
- Anexo 8 - Imagem 20: Destaque de um desenho exposto na sala da família Kaimbé..... p. 187

Presentes e ausentes: *Os Sertões* euclidiano no imaginário e na política de desenvolvimento do Brasil semiárido (2003 – 2014)

Sumário:

Introdução	17
Parte 1: Questões teórico-metodológicas	31
1.1. Espaço e cultura: o singular plural e dialético	31
1.2. Entre a literatura e a geografia: apontamento teórico e metodológico	42
Parte 2: <i>Os Sertões</i> e o Estado no imaginário espacial do fim do século XIX e início do XX	53
2.1. O Estado	53
2.1.1 O Estado e a Nação: apontamentos introdutórios	53
2.1.2 A constituição do Estado-Nação Brasil: do Império à República	58
2.2. <i>Os Sertões</i>	65
2.2.1 Raça, cultura e natureza na temporalidade de <i>Os Sertões</i>	65
2.2.2 A formação de uma barbárie: Belo Monte em seu processo histórico	71
2.2.3 Ação colonizadora em <i>Os Sertões</i> : produto(r) de des-conhecimento	81
2.2.4 O sentido do Estado em <i>Os Sertões</i>	93
2.2.5 Desdobramentos de <i>Os Sertões</i>	98
Parte 3: As políticas públicas e o semiárido na imaginação espacial do início do século XXI	104
3.1 O semiárido e as políticas federais no século XX.....	104
3.2 Políticas Públicas para o semiárido no início do século XXI	113
3.2.1 Microrregião de Euclides da Cunha do “agora” (2000 – 2012)	128
3.3 O imaginário espacial do Estado-Nação Brasil no século XXI	143
Considerações finais: <i>Os Sertões</i> e as políticas contemporâneas do Estado-Nação Brasil ao Semiárido - (des)encontros	150
Referências:	158
Anexos:	175

Introdução:

A tese que introduzo tem como “origem” o desdobramento teórico discursivo que se iniciou no ano de 2005, dentro do âmbito do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas, localizado na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Naquele momento, busquei o diálogo entre Geografia e Literatura por meio do projeto de iniciação científica que desenvolvi sob orientação do Professor Cláudio Benito Oliveira Ferraz, intitulado *O Dom nacional: diálogo entorno da identidade nacional*¹. Nesta ocasião, tive a oportunidade de iniciar as reflexões sobre a construção da nacionalidade brasileira por meio da análise do romance *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis (1839 - 1908). Como desdobramento deste trabalho, de 2008 a 2010, novamente sob orientação do supracitado, agora na Universidade Federal da Grande Dourados, teci reflexões sobre o processo de construção/invenção da identidade territorial do Mato Grosso do Sul. Para isso, propus o diálogo entre a linguagem geográfica com a literária por meio da análise da obra memorialística *A poeira da Jornada: memórias* (1979), de Demosthenes Martins.

Do término da dissertação ao ano de ingresso no programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG -, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais – IESA -, estabeleci diálogos com a pretendida orientadora: Maria Geralda de Almeida. Depois de ouvir os conselhos da hoje (2011 – 2015) orientadora, decidi por trabalhar com a obra literária/jornalística/historiográfica/sociológica (BERNUCCI, 1995) *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866 – 1909).

A escolha desta obra literária pode ser considerada coincidência, pois na semana que tenho como resposta da hoje orientadora a diretriz por outro tema, um colega, Paulo Bungart, professor do curso de letras da Universidade Federal da Grande Dourados, me empresta o livro *O Enigma de Os Sertões*, de Abreu (1998). A autora inicia com a apresentação de que, em 1994, numa enquete, realizada pela revista *Veja*, que visava verificar as 20 obras de maior representatibilidade da cultura literária brasileira, a obra *Os Sertões* foi escolhida em primeiro lugar. O trabalho euclidiano foi seguido de *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, *Macunaíma*, de Mário de Andrade, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, *Raízes do*

¹Cf. Pinheiro e Ferraz (2009).

Brasil, de Darcy Ribeiro. A enquete foi realizada com 15 intelectuais reconhecidos em suas áreas de atuação – como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Alfredo Bosi, João Ubaldo Ribeiro, Ferreira Gullar entre outros. Desta feita, além de me decidir sobre a obra literária a ser analisada, a leitura de Abreu me direcionou a centrar no tema nacionalidade.

Os Sertões foi o trabalho mais conhecido, divulgado e estudado de Euclides da Cunha (BRANDÃO, 2001). Antes da publicação de *Os Sertões*, como evidencia Galvão (1984), publicou artigos em jornais assumidamente republicanos. Estes os seus primeiros textos versaram sobre a situação política e social do Brasil. Posterior à publicação da obra aqui em análise, Euclides da Cunha continua a publicar trabalhos na imprensa e realiza trabalhos técnicos para o Governo Federal. Assim, em 1906, publica um relatório técnico (*Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus*) que corresponde aos anos de 1904/5 quando foi escolhido comissário. Em 1907, publica outro trabalho técnico; este envolvia os limites fronteiriços da Bolívia e do Peru. No mesmo ano, 1907, há a publicação de *Contrastes e Confrontos*; esta uma coletânea de matérias publicadas por Euclides da Cunha, a maioria, no ano de 1904. O livro *À margem da história*, publicado postumamente, em 1909, narra suas impressões acerca da Amazônia. Em sua biografia, dois artigos, ambos publicados na revista *Kosmos*, possuem maior aproximação com o trato literário, como o fez em *Os Sertões*, são eles: *Entre os seringais* (1906) e *Numa volta do passado* (1908). Assim, mesmo tendo consciência da existência destas produções, aqui se focará² em *Os Sertões*. Contudo, em momentos que acreditar oportuno, parte da produção euclidiana será acionada para melhor dialogar com a interpretação do imaginário espacial presente na trama analisada.

O autor de *Os Sertões*, Euclides da Cunha, nasceu em 1866, no Cantagalo, RJ, vindo a falecer no ano de 1909 na cidade do Rio de Janeiro. Sua formação é de Engenheiro Militar, diploma-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Com o passar do tempo, como aconteceu com muitos de sua época, arriscou-se em outras atividades, como a jornalística e a literária. Euclides da Cunha tem a sua formação teórica e social vinculada com a denominada *A Geração de 1870*. Este “movimento” era composto por letrados que tinham por intuito promover as transformações modernas no território nacional, ressignificando, como será visto com a análise de *Os Sertões*, as correntes teóricas Ocidentais em voga: positivismo, republicanismo, liberalismo e social-darwinismo. A

² Com os olhos: “[...] como que lançados em todos os sentidos por um êxtase implacável...” (BAUDELAIRE, 1998, p. 34).

importância deste movimento leva Mota (2013) a argumentar que a partir daí há a invenção simbólica do Brasil.

Na cronologia organizada por Bernucci (2009), há uma passagem que evidencia o quão fervoroso Euclides da Cunha era em relação aos princípios republicanos. Em 1888, enquanto estudava na Escola Militar da Praia Vermelha, acontece um incidente que o leva a ser expulso do exército. São duas as versões sobre a sua expulsão. Os historiógrafos do narrador aqui estudado sustentam que ambas se atrelam ao comportamento explícito de descontentamento com o governo monárquico. A primeira é um manifesto direto ao Ministro da Guerra do Império em visita a escola, e, a segunda, é um ato de rebeldia em pleno desfile para o Ministro do Império:

Durante o desfile, Euclides sai de forma, da segunda companhia, e em vez de levantar o seu sabre-baioneta de sargento em saudação, tenta quebra-lo no joelho, e não o conseguindo, atira-o em seguida ao chão, proferindo palavras de protesto aos seus colegas republicanos que desfilavam para um ministro do Imperador (BERNUCCI, 2009, p. 53).

Euclides da Cunha, meses depois de sua expulsão do Colégio Militar, publicou o artigo, no jornal *A Província de São Paulo*, denominado *Revolucionários* (1888) e, no ano de 1889, o artigo *1889* no mesmo jornal. Os artigos são assinados pelo pseudônimo Phoudhon³ e tem como objetivo defender e exaltar os princípios republicanos. Entretanto, é com a obra literária *Os Sertões*, já com o Estado-Nação Brasil em gestão republicana, que Euclides da Cunha ganha, como dito acima, notoriedade, pois sua obra foi um sucesso de crítica e de venda (ABREU, 1998). Este trabalho euclidiano se origina das matérias jornalísticas que supostamente colocavam os “interessados” do litoral, mais especificamente da região Sudeste do país, frente às “barbáries” ocorridas no Sertão durante a *Guerra de Canudos* (1896 - 1897). O engenheiro Euclides da Cunha foi enviado pelo antigo jornal *A Província de São Paulo*, atualmente denominado *O Estado de São Paulo*, para cobrir a Guerra de Canudos. Sua presença no Sertão é relatada por Ventura (1997, p. 92):

[...] presenciou menos de três semanas de luta, ao todo dezoito dias, de 16 de setembro a 3 de outubro. Retirou-se doente de Canudos na manhã de 3 de outubro, dois dias antes do fim da guerra, por causa de acessos de febre provocadas pelas condições do local, com pilhas de mortos e feridos, falta de alimento e noites de sono interrompidas por tiroteios.

³ Referência ao francês Pierre-Joseph Phoudhon (1809 – 1865); teórico anarquista.

Contudo, antes de ir a campo cobrir a ação Militar, por meio do Jornal, Euclides da Cunha comparou o ocorrido no sertão baiano com o da região de *Vendéia*, na França. Inclusive publicou dois artigos denominados *A nossa Vendéia* (CUNHA, 1984, p. 80), no jornal *A Província de São Paulo*: “A República sairá triunfante desta última prova”. Em campo, Euclides da Cunha percebe que os sertanejos não eram afeitos a discussões políticas, e o que produziu as atitudes tomadas pelos camponeses brasileiros foi a configuração de um ambiente único caracterizado pela adversidade física e o atraso temporal em relação ao litoral - local da civilização, da modernidade, do progresso amparado no desenvolvimento técnico, cultural, político, econômico etc. Assim, o romance que inicialmente era *A Nossa Vendéia* se consagra *Os Sertões*.

Segundo Madeira e Veloso (1999, p. 86): “De volta ao Rio de Janeiro, Euclides é chamado para construir uma ponte em São José do Rio Pardo (SP), e durante esse retiro, nos momentos de folga, empreendeu a escrita de *Os Sertões*”. Além de romancear o ocorrido, Euclides da Cunha buscou um olhar científico para o visto durante/depois/antes seu contato com a espacialidade que o rodeava; sendo que este contato englobou os aspectos físicos, humanos e culturais. Soma-se a discussão que o trabalho euclidiano pode ser compreendido como denúncia do que outrora silenciou em suas matérias sobre a Guerra de Canudos. Conforme Ventura (1997, p. 92):

Mais tarde, em *Os Sertões*, chamou a cadeia de serras de “anfiteatro” do maior drama da história brasileira e denunciou a campanha militar como crime. Fez a confissão de culpa da omissão de suas reportagens, ao mencionar fatos sobre os quais antes silenciara: a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças.

De forma geral, a obra literária *Os Sertões* retrata⁴, em três partes - a terra, o homem e a luta -, as investidas de quatro expedições organizadas pelo poder institucional republicano contra um grupo de sertanejos localizados no norte do sertão baiano. Eles estavam exatamente na antiga Fazenda de Canudos, próximo da contemporânea cidade de Canudos, organizados em torno da figura do cearense Antonio Vicente Mendes Maciel (Conselheiro). O episódio ficou, como visto, conhecido como Guerra de Canudos⁵.

Antonio Conselheiro nasceu na cidade de Quixeramobim, CE, por volta de 1830. Seus pais eram comerciantes e possuíam casas para alugar. Moniz (2001) narra

⁴ A obra euclidiana será apresentada de forma geral, com destaque a figura de Antônio Conselheiro. Conquanto, sua apresentação será retomada dependendo do interesse de cada capítulo desenvolvido.

⁵ Apesar do nome dado por Conselheiro ser Monte Belo; alusão ao Monte Santo, localizado na cidade de Monte Santo, BA.

que após aprender a ler e a escrever com um amigo de seu pai, é matriculado na escola de um professor da região, Antônio Ferreira Nobre. Moniz (2001) ainda evidencia que a sua inserção ao mundo das letras permitiu o acesso a uma diversidade de literatura que influenciaram em seu olhar para o mundo.

Fato que modifica o viver do Conselheiro é a morte do Pai devido a uma briga de família. Além de responsável pelo comércio e pelas casas de aluguel, torna-se o patriarca, tendo por responsabilidade cuidar de suas três irmãs. Após tê-las casado, casa-se com sua prima Brasilina, em 1857, e passa a lecionar Português, Aritmética e Geografia (NOGUEIRA, 1974). Sola (1991) argumenta que com o passar do tempo e inúmeros problemas com a sogra resolve pela mudança. Vai a Sobral e posteriormente reside em Campo Grande, onde exerce o cargo de Advogado Provisionado. Na cidade de Ipu, tem a primeira desilusão amorosa: sua esposa se enamora e foge com um soldado. Este momento é emblemático, pois aciona uma reviravolta em sua vida. Segundo Nogueira (1974, p. 5): “Desfeito, porém, o lar de modo tão oprobioso, sua vida desdobrasse em duas fases. A primeira é a de instabilidade nos serviços a que se dedica e na contínua mudança de residência e de profissão, em numerosos municípios do centro e do sul da província”.

São contraditórias as versões que falam de sua andança pelo sertão. Nogueira (1974) aponta que o motivo localiza-se no fato do mesmo caminhar em direção ao encontro de sua esposa e do seu amante em nome de sua honra. Por sua vez, outros, como Euclides da Cunha (1967), falam da andança para fugir da vergonha que o abandono o deixou. Sola (1991) aponta que Maciel, em seu caminhar, encontra-se com Joana Imaginária, artesã de Santos. O contato rendeu uma maior aproximação com os devotos que procuravam pelas imagens. O casal também teve um filho, contudo, o fim deste relacionamento assemelha-se ao anterior: é traído. Descobre que inúmeros homens da cidade saíam com sua companheira. Por muito tempo não se ouviu falar do Antônio Vicente Mendes Maciel.

Vagou pelo sertão por cerca de vinte e dois anos. Nesse período, arrumava cemitérios, Igrejas e auxiliava na construção de outras (CALASANS, S. D.). Em troca dos serviços, ganhava dormida, comida e bebida. Com o passar do tempo deixou de caminhar sozinho, segundo *A Folhinha Lambert*, de 1877 (Apud. MONIZ, 2001, p. 33 – 34):

Apareceu no sertão do Norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro, e que exerce grande influência no espírito das classes populares, servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos com que se impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos à multidão, que reúne onde lhe permitem os párocos; e movendo sentimentos religiosos, arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura.

Com ele caminhavam inúmeras famílias de agricultores, foragidos da polícia, comerciantes, meretrizes e carolas (MONIZ, 2001; SOLA, 1991; EUCLIDES DA CUNHA, 1967), estes viam no líder espiritual uma possibilidade de saírem da amargurada vida, de conseguirem um lugar melhor na terra e, posteriormente, no céu.

No tocante a Guerra de Canudos, Antônio Conselheiro quis construir um paraíso terrestre (MONIZ, 2001) que se diferenciase da espoliação – (i)material – “republicana”. Conselheiro não gostou da instalação do Governo Republicano (1889), afirmando que era o Governo do “Cão”, pois retiraram o imperador do trono, cobravam impostos que nada contribuía para a vida dos sertanejos e estabeleceram o casamento civil.

A decisão de fundar uma sociedade que se distanciasse das práticas do “Cão” se dá na cidade de Soure (BARTELT, 2009). Nesta Cidade, ataca as leis da República em Praça Pública, incita um manifesto contra os anticristo e depois sai pelo sertão seguido por seus fiéis: “A imaginação popular, como se vê, começava a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de originalidade trágica” (EUCLIDES DA CUNHA, 1967, p. 146).

Conselheiro parou na antiga fazenda de gado Canudos (1893), e neste local decidiu levantar a morada dos fiéis a Deus. Com o passar do tempo, segundo Moniz (2001) e Sola (1991), Monte Belo prospera e passa a exercer influência em nível regional (BARTELT, 2009; NOGUEIRA, 1974).

Segundo a historiografia sobre Monte Belo, sua população variava entre 10 a 30 mil habitantes, chegando a ser a segunda maior do estado da Bahia (MONIZ, 2001). Da “prosperidade” para a Guerra. Por exercer forte influência em teu território, Monte Belo incomodou os poderes agrário, religioso e político. Como resultado, quatro Expedições foram enviadas para destruí-la. O Governo republicano agiu de tal forma

porque acreditava ou quis acreditar (SOLA, 1991, NOGUEIRA, 1974, MONIZ, 2001) que Canudos era “fruto” de interesse monárquico financiado pelo estrangeiro⁶.

Euclides da Cunha, mais que retratar a Guerra de Canudos, procura construir um projeto para o Brasil, estabelecendo críticas à ação do Estado brasileiro e indicando, com isso, caminhos. Inclusive Bernucci (1995) argumenta que o narrador de *Os Sertões* estava mais preocupado com o futuro do que com o ocorrido. Como futuro, o que Euclides da Cunha arquitetou enquanto mote de orientação para o Estado foi a necessidade de integração dos espaços nacionais via a inserção dos valores e práticas da sociedade europeia civilizada, moderna. Os “Hércules-Quasímodos”, como Euclides da Cunha se referiu aos sertanejos forjados num ambiente único - permitindo a formação de uma raça histórica autêntica para o Brasil -, são vistos como possibilidades de um futuro melhor, pois não possuem a miscigenação com os negros. Julgava, então, que os sertanejos possuíam uma superioridade racial em relação aos negros e por causa do contexto que são oriundos tinham as qualidades inerentes de adaptação a ambientes adversos as condições de existência das “raças superiores”. Desta feita, a modernização e inserção dos sertanejos a “história” nacional, para Euclides da Cunha (1967), permitiria com que o Estado brasileiro se fizesse forte por meio do melhor aproveitamento dos espaços nacionais, assim, poderia melhor se adequar o território frente ao contexto de expansão imperialista mundial do final do século XIX para o XX.

Desta feita, com o interesse de aprofundar no entendimento do discurso euclidiano em relação ao Estado brasileiro, resolvo pela discussão do imaginário presente na obra literária de Euclides da Cunha. Assim, o presente trabalho procurou responder três objetivos principais: averiguar o imaginário espacial referente à atuação do Estado-Nação Brasil em *Os Sertões*; interpretar e identificar o “desdobramento” discursivo do texto euclidiano nos diferentes projetos de Estado Nacional no decorrer do século XX; e, por fim, identificar o imaginário espacial presente no documento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR - (2003 – 2014) e analisar em que medida *Os Sertões* contribui com a interpretação espacial da contemporaneidade.

O imaginário, como compreendido por Jean-Jacques (2008, 15), é:

[...] un conjunto de producciones, mentales o materializadas en obras, a partir de imágenes visuales (cuadro, dibujo, fotografia) y lingüísticas (metáfora, símbolo, relato), que forman conjuntos coherentes y

⁶ O romance *A guerra do fim do mundo* (1981), de Llosa, inspirada na obra literária *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, evidencia, por meio de uma releitura, a história de que a Inglaterra financiava os conselheiristas.

dinámicos que conciernen a uma función simbólica en el sentido de uma articulación de sentidos propios y figurados⁷.

Imaginário, assim, se constitui como signos que contribuem com o processo de orientação do indivíduo como da sociedade. Jean-Jacques (2008), em sua obra *Antropologia do Imaginário*, evidencia que o ato de produção/criação do imaginário pode se estabelecer tanto no nível do indivíduo como de um povo, uma sociedade. Todavia, cabe destacar que há a configuração de imaginários sociais centrais (família, Estado) que, de variadas formas, segundo Castoriadis (1982, p. 409): “[...] condicionam e orientam o fazer e o representar sociais nos e pelos quais elas continuam alternando-se”. O imaginário, assim, pode ser concebido em vários níveis de criação, porém, há forças que conseguem “determinar” os seus sentidos de orientação da sociedade, pois: “[...] são aquilo que faz ser, para uma sociedade dada, o cooperter de objetos, de atos, de indivíduos aparentemente os mais heteróclitos” (*Idem*). Desta feita, imaginário perpassa pelo processo de construção da sociedade. Como salienta Silva (2013, p. 207), ao dialogar com o conceito de imaginário de Castoriadis: “[...] as significações imaginárias sociais são criações desse anônimo coletivo que denominamos sociedade ou social-histórico”.

Os imaginários sociais – ou: “Em outras palavras, todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico” (CASTRO, 1997, p. 177) - centrais são, então, os elementos unificadores de determinada sociedade, mesmo que os indivíduos que a compõem não se reconheçam no projeto, são envoltos pelas significações que atribuem sentidos de orientação, com isso, ação da sociedade. A obra *Os Sertões* é compreendida enquanto imaginário central que culminou por monumentalizar sentidos de coesão e direcionamento do Estado-Nação Brasil. Souza (1997) argumenta que com Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, há o surgimento de um grande projeto de Brasil que envolve o contínuo processo de ação do Estado para efetivar a integração territorial por meio da modernização das atividades produtivas como dos homens do sertão. Assim, se compreende, nesta tese, que os aspectos de ação do Estado diante da integração e modernização territorial podem ser caracterizados em quatro momentos: 1930 a 1950, 1950 a 1980, 1980 a 2002, e 2003 a 2014. Na tese, o foco de diálogo com a obra romanesca *Os Sertões* - contudo isso não significa que os outros contextos históricos não participem da tessitura deste trabalho - será com a contemporaneidade, entendida

⁷ “Um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, a partir de imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e linguísticas (metáfora, símbolo, relato), que formam conjuntos coerentes e dinâmicos que dizem respeito a uma função simbólica no sentido de uma articulação de sentidos próprios e figurados”.

enquanto quarto período do processo de integração e modernização nacional por meio da ação do Estado. Este momento é caracterizado pela retomada do Estado na promoção do crescimento e desenvolvimento nacional (KARAM, 2012).

Nas eleições de 2002, foi eleito para presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores - PT. O governo do PT adota práticas desenvolvimentistas conservadoras com garantias mínimas de bem estar social para a população mais carente⁸ (LAVINAS, 2010). Um dos principais instrumentos de intervenção do governo federal é a PNDR, criada em 2003, e, no primeiro semestre de 2014, a segunda fase da PNDR foi apresentada a Casa Civil pelo Ministério da Integração Nacional.

Assim, aqui, temporalmente, se delimitam dois tempos de análise principais: do ontem, imaginário espacial do Estado em *Os Sertões*, e da contemporaneidade (2003 – 2014), imaginário espacial do Estado presente na PNDR. Especialmente o estudo se localiza nos sertões de Euclides da Cunha. Os sertões retratados na trama euclidiana são identificados com o ambiente, em sua diversidade, de aridez. Na época, Euclides da Cunha (S. D.a., p. 26) assim definiu a região semiárida:

As secas do Norte interessam a dez Estados. Irradiantes do Ceará vão, pelo levante, ao centro do Piauí, buscando as extremas meridionais do Maranhão, de onde alcançam as do norte de Goiás; alongam-se para o ocidente abarcando com o limbo fulgurante o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco e Alagoas, lançando as últimas centelhas pelo mar em fora até Fernando de Noronha; e alastram-se pela Bahia e Sergipe, para o Sul, até as raias setentrionais de Minas.

Com isso, nesta tese, se considerou como apropriado delimitar como espaço de análise na PNDR a região do Semiárido (ver mapa 1) e como estudo de caso a microrregião baiana de Euclides da Cunha. O Semiárido, espaço definido pela PNDR como de intervenção prioritária, na contemporaneidade, foi definido no ano de 2005. O Ministério da Integração Nacional organizou um Grupo⁹ de Trabalho Interministerial

⁸ Na tese, o interesse não é discutir a base política/ideológica que historicamente movimentou o PT. Contudo, cabe mencionar que se verificou que a atuação deste extirpou o sonho da possibilidade real de construção emancipatória de um Brasil mais justo. Na contemporaneidade da escrita da tese, muitos sujeitos ficam - diante de pequenos avanços sociais que não se sustentam sem a contínua atuação do Estado, das cenas de corrupção e mal feitos político/ideológico realizados pelo PT - a observar o ornitorrinco (OLIVEIRA, 2008) se especializar em triturar sonhos.

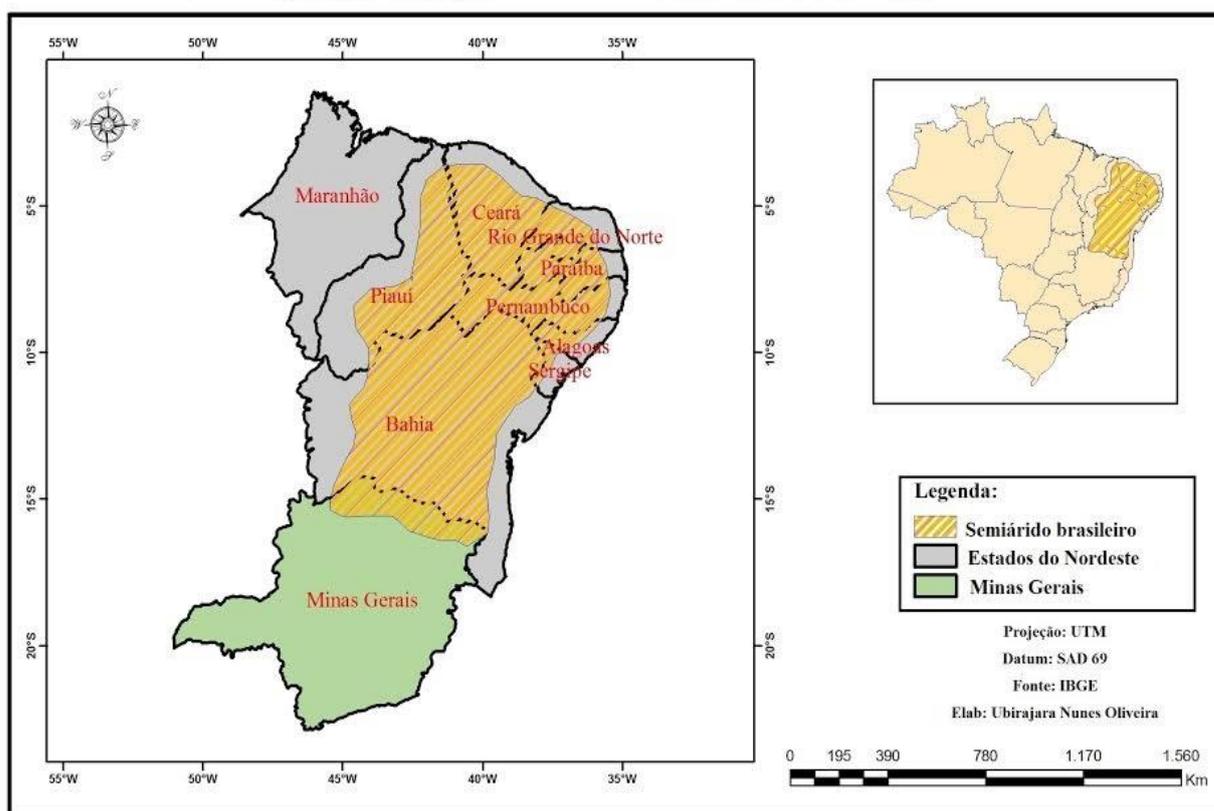
⁹ “O GTI, coordenado pelo MI, reuniu técnicos dos Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Integração Nacional; da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Participaram igualmente, a convite, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), o Instituto Nacional de

(GTI) que elaborou novos critérios para delimitar a sua região de abrangência. Passaram a levar em consideração, além do índice pluviométrico inferior a 800 mm:

- o índice de aridez até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
- o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. (BRASIL, 2005, p. 3).

Para ser considerado do semiárido, o município precisa apresentar um dos três critérios utilizados. Como resultado, 102 novos municípios foram inseridos na área de abrangência do semiárido, contando, na contemporaneidade, com 1.133 cidades. Este número representa 20,3% do total de 5.570 municípios brasileiros. A área total correspondente ao semiárido é de 969.589,4 km².

MAPA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO



Assim, ao falar sertão ou sertões, me refiro ao espaço do Semiárido. Todavia: “Hoje [...] sertão – ou sertões, como Euclides da Cunha usou – não identifica totalmente

Meteorologia (Inmet), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e o Banco do Nordeste (BNB)” (BRASIL, 2005, p. 2).

o Semi-Árido¹⁰” (MALVEZZI, 2007, p. 9). Almeida (1996, p. 42), no fim de seu artigo, ao interpretar as palavras de Sena, corrobora com a discussão ao evidenciar que: “O sertão simultaneamente, singular e plural, é um e é muito, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fim do tempo, o que nunca está”.

Como visto na apresentação do objetivo da tese, o imaginário interpretado em *Os Sertões* bem como na PNDR é compreendido enquanto espacial, pois o interesse foi verificar a espacialização destes imaginários sociais que, cada um a sua maneira, se centralizam na oferta de símbolos para orientar a construção do(s) sertão(ões) e do Estado-Nação brasileiro. A tese que aqui defendo é de que a análise do imaginário espacial de *Os Sertões*, por meio do diálogo com a linguagem Geográfica, contribui com a interpretação dos (des)limites do imaginário espacial contemporâneo presente na PNDR. Para construir esta tese, dividi o trabalho em três partes: Questões teórico-metodológicas; *Os Sertões* e o Estado: imaginário espacial do fim do século XIX e início do XX; e As políticas públicas e o semiárido no imaginário espacial do início do século XXI.

Na parte 1, são apresentadas as referências teóricas e metodológicas que orientam a leitura da obra literária *Os Sertões* em comparação conceitual com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Para tanto, ela foi dividida em dois capítulos. No primeiro, apresento a compreensão conceitual de espaço e de cultura utilizada para interpretar o (não)dito nos textos - *Os Sertões* e o documento da PNDR - aqui analisados. Assinalo que mesmo com suas especificidades conceituais, espaço e cultura são compreendidos enquanto inextrincáveis. O segundo capítulo, por sua vez, é a apresentação do referencial teórico e metodológico que instrumentaliza/operacionaliza os conceitos supracitados como a presente tese. Assim, procurei estabelecer os processos teóricos de diálogo entre Geografia e Literatura e indicar o caminho que procurei seguir na interpretação de *Os Sertões*. No caso, optei em adotar a concepção de se estabelecer pela crítica da ideologia dominante presente em determinada obra literária (BROSSEAU, 1996) e, dialogando com esta, pensar, segundo Ferraz (2011), os sentidos de localização e de orientação que o homem constrói. Como referencial teórico e metodológico foram

¹⁰ Acrescenta-se que, para Euclides da Cunha, a concepção de sertanejo, por conseguinte, sertões. não se limitava a população residente em ambiente de aridez. No artigo Garimpeiros, do livro *Contrastes e confrontos* (S. D.a), há o momento em que o autor de *Os Sertões* chama os viventes de Minas Gerais de sertanejos. Galetti (2000), ao estudar a formação identitária de Mato Grosso no início do Século XX, soma para o fato de que na época de Euclides da Cunha sertão não designava apenas o morador do Semiárido.

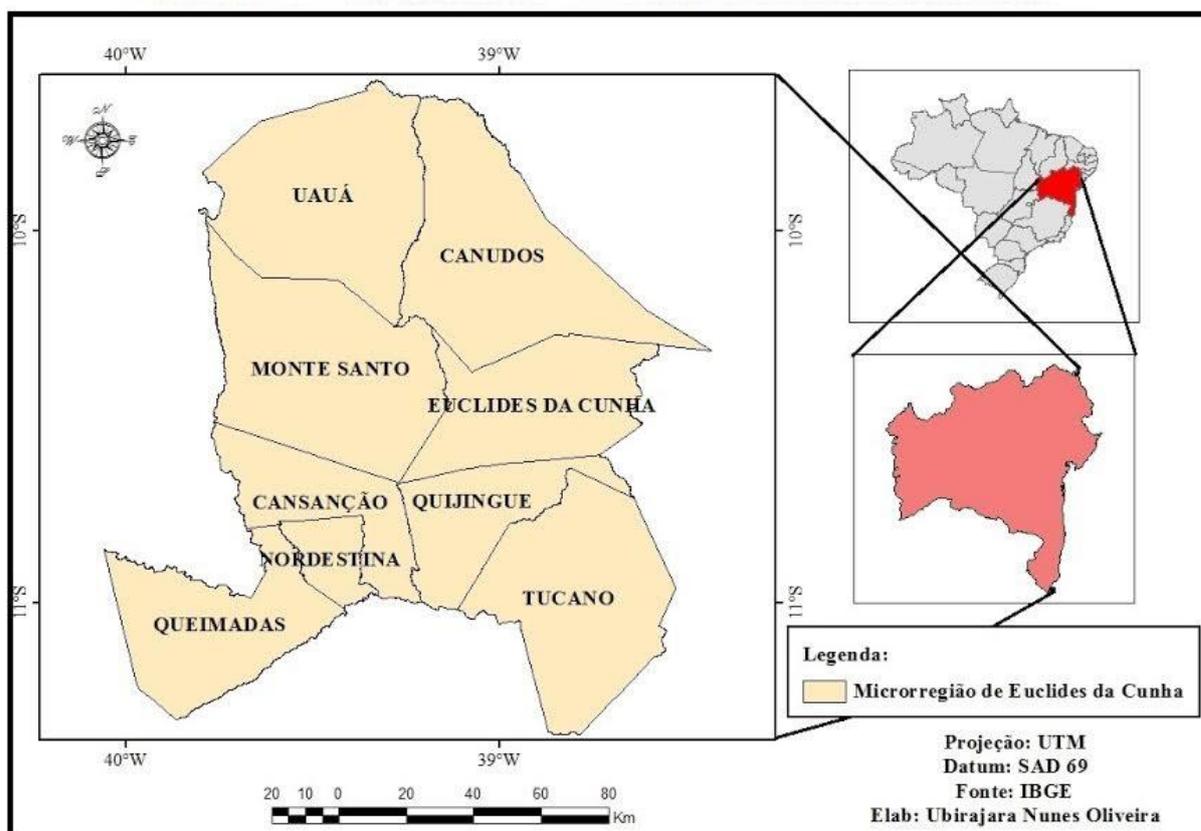
escolhidos para dialogar com as propostas acima, sendo estas as referências que orientam a proposta de Ferraz (2011), a hermenêutica filosófica de Gadamer (2008, 2010) e a Filosofia da Linguagem de Bakhtin (1986).

A Parte 2 foi dividida em duas; a primeira conta com dois capítulos e a segunda com cinco. Na primeira subparte, o primeiro capítulo buscou a compreensão da origem da formação do Estado em sua condição Moderna, vinculada ao território e com uma “Nação”: o Estado-Nação moderno. O segundo capítulo introduziu a discussão do Estado-Nação brasileiro no período que corresponde ao momento de transição do Império para a República, contexto este em que se tem a “formação” da Guerra de Canudos e a ebulição teórica de Euclides da Cunha. Na segunda subparte, há a busca da interpretação da construção imagética do espaço, atrelado à ação do Estado-Nação, presente na obra *Os Sertões*. Para isso, foi dividida em cinco capítulos que, teoricamente, representam dois momentos. Nos três primeiros capítulos, se discute as concepções teóricas sobre raça, civilização, contexto espacial dos sertões, Estado, conhecimento e litoral que, acredito, contribuem com a interpretação do imaginário espacial da obra *Os Sertões* em relação ao Estado-Nação do fim do século XIX e início do XX. Já nos dois últimos capítulos, o objetivo é evidenciar o imaginário espacial euclidiano acerca do Estado-Nação e o seu desdobramento. No caso, constatei que o Estado, para Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, é compreendido como instrumento de ação que deve promover o processo de integração nacional via a inserção da civilização que “adentrava” pelo litoral. Para Euclides da Cunha, só assim, garantia, o Brasil poderia superar o pessimismo advindo de suas condições sociais. Como desdobramento discursivo, segundo Souza (1997), o conceito integração nacional por meio da modernização dos processos produtivos e sociais se tornou mote de orientação na construção de projetos de Brasil. Todavia, em Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, a modernização é entendida enquanto supervalorização da cultura, porém, a partir de 1930 até a contemporaneidade, a modernização, para o Estado, é compreendida a partir da supervalorização do econômico.

Na terceira e última parte, são quatro capítulos. O primeiro tem o objetivo de apresentar o histórico, com o início em 1909, da intervenção federal no espaço do Semiárido. Nos dois capítulos subsequentes, procuro analisar a contemporânea atuação federal no Semiárido, refletindo, assim, sobre o imaginário espacial resultante. Para isso, primeiramente, interpreto a PNDR por meio da leitura de seus documentos e do levantamento de dados sobre a realidade socioeconômica dos estados envoltos pelo ambiente de semiaridez; posteriormente, apresento parte da configuração espacial da

microrregião baiana de Euclides da Cunha (ver mapa 2), escolhida para estudo por possuir algumas cidades relatadas em *Os Sertões*; estas são: Uauá, Euclides da Cunha – antiga Cumbe -, Monte Santo, Queimadas, Tucano e Canudos – antiga Monte Belo. O objetivo foi averiguar a situação socioeconômica desta localidade 112 anos após o lançamento de *Os Sertões*. Junto com o estudo da microrregião, houve a realização de um trabalho de campo; primeiramente, houve o levantamento de dados da conjectura socioeconômica e da discussão teórica, posteriormente, com as informações levantadas, foi estruturado um roteiro de entrevista para ser aplicado com lideranças políticas da situação. O objetivo foi averiguar a percepção política acerca da atuação do governo federal nos municípios visitados. Além da entrevista com autoridades públicas, houve o diálogo com as lideranças sociais, coordenadores de cooperativas, bem como a população em geral. No último capítulo, o interesse é evidenciar o imaginário espacial da PNDR com base em três elementos balizadores da análise: Estado, integração e modernização.

MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE EUCLIDES DA CUNHA



Como conclusão, a tese é confirmada. Ou seja, a obra *Os Sertões* contribui com a interpretação do imaginário espacial contemporâneo. Verifica-se que a

geopoética¹¹ de Euclides da Cunha “permanece” na base da ação do Estado. Todavia, na contemporaneidade, a comparação na construção dos valores e das práticas do Estado brasileiro tem como “ordenamento” a contemporânea Divisão Internacional do Trabalho. Argui-se, assim, que os sentidos de orientação que Euclides da Cunha tece em *Os Sertões* permanecem enquanto “ideia-força” a orientar a ação do Estado brasileiro.

Por fim, cabe destacar que o discurso desta tese não se objetiva generalizante ou se acredita encerrado em sua análise. Tanto a seleção do tema, o desdobramento da análise do imaginário do romance *Os Sertões* e da PNDR bem como a análise comparativa está diretamente marcada pelo limite do “pesquisador/leitor” que escreve.

¹¹ Termo de Melo e Souza (2009).

Parte 1: Questões teórico-metodológicas.

O interesse deste capítulo é apresentar as bases teóricas e metodológicas que norteiam a interpretação do imaginário espacial presente na obra *Os Sertões* e na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Desta feita, no primeiro capítulo, se discutirá os conceitos de espaço e de cultura, localizando-os em suas respectivas particularidades. O segundo capítulo, por sua vez, tem como diretriz apresentar o procedimento metodológico que instrumentaliza a leitura de *Os Sertões* e o documento da PNDR.

1.1 Espaço e cultura: o singular plural e dialético

Dentro do período moderno, o espaço aparece como categoria de análise no século XIX, antes o predomínio analítico era da categoria tempo. Como visto em Maia (2008, p. 21): “Na imaginação moderna, o espaço parecia antes uma resistência, uma trincheira da tradição destinada a ser varrida pelos personagens e forças próprias de novas experiências sociais: o capital, a luta de classes, o capitalismo, o socialismo”.

O resquíio deste imaginário sobre o espaço fez com que, na chamada Geografia Tradicional, que se estende da segunda metade do século XIX até meados do século XX, o conceito de espaço não fosse privilegiado pelos geógrafos, como destaca Correa (2001, p. 17): “[...] os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas”.

Segundo Correa (2001), durante o período que corresponde a Geografia Tradicional, foi com Ratzel de forma explícita e com Hartshorne de modo implícito que a discussão sobre o espaço surge. Ratzel entende o espaço enquanto uma necessidade social, posto que, para ele, o Estado tem que conseguir garantir um equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico, atrelado à exploração dos recursos naturais e as necessidades de sua população (CORREA, 2001). Já Hartshorne, compreende o espaço enquanto um conjunto independente de pontos que possuem existência em si.

Na segunda metade do século XX, há a reestruturação das bases científicas e filosóficas de produção do conhecimento. Com isso, o entendimento que se tem para conceituar o espaço altera-se, correspondendo, agora, com as novas “necessidades” na produção do conhecimento. Neste momento de transição, o pensamento geográfico é marcado pela revolução teorética-quantitativa. Nesta abordagem, busca-se, conforme aponta Moreira (2008), a linguagem matemática como referência de entendimento da realidade. Com esta revolução, o espaço torna-se conceito-chave, e que: “No âmbito da corrente geográfica em questão o espaço é considerado sob duas formas que não são

mutuamente excludentes. De um lado através da noção de planície isotrópica e, de outro, de sua representação matricial” (CORREA, 2001, p. 20). Como observado, o interesse investigativo dirigia-se a possibilidade de mensurar e representar matematicamente a produção do espaço, localizando os pontos de convergências e de divergências resultante de uma variável físico/social.

No entanto, na década de 1970, como aponta Raffestin (1993) e Moreira (2010), parte do pensamento geográfico é reestruturada a partir da inserção da análise materialista, histórica e dialética. Os teóricos desta corrente, segundo Moreira (2008), buscam romper com a produção da geografia tradicional e a teórico-quantitativa. Correa (2000, p. 26) argui que os teóricos marxistas compreendem o espaço como reprodução do modo-de-produção; em suas palavras: “O espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade”.

Ainda na década de 1970, atrelada com as discussões sobre modernidade e pós-modernidade, há, também, a ascensão do pensamento humanista, influenciado pelas correntes teórico-metodológicas da Fenomenologia, da Hermenêutica e da Filosofia da Linguagem. Gomes (1996), como Correa (2001), destacam que o espaço passa a ser entendido enquanto vivido. Assim, o espaço vivido é visto enquanto a significação que o indivíduo - mas social, como o pesquisador - constrói acerca de seu mundo. Conquanto, cabe destacar que esta corrente não nega a base moderna/científica de produção de conhecimento, pelo contrário, o diálogo torna-se fundamental. Nas palavras de Gomes (1996, p. 318): “A categoria espaço vivido propõe, assim, um novo foco para o objeto geográfico, uma perspectiva que acentua um outro ponto de vista, sem contudo excluir completamente a conduta racionalista da geografia”.

Desta feita, verifica-se que a categoria espaço apresenta uma polissemia conceitual oriunda da diversidade de orientação teórico-metodológica. Frente a isso, na tese, acredita-se que é importante apresentar o conceito que se tem da categoria espaço, pois este, o conceito, orienta a forma com que a obra euclidiana e as políticas públicas para o desenvolvimento do Semiárido são interpretadas/analizadas. Assim, conforme Maia (2008), a origem e os dilemas que envolviam a relação tempo e espaço, bem como o desdobramento discursivo que se produziu sobre o espaço na geografia, aponta que, contemporaneamente, o espaço é entendido enquanto produto(r) de significados, que, como se verá no subcapítulo 1.2 Entre a literatura e a geografia: apontamento teórico e metodológico, são carregados de ideologias. Maia (2008, p. 27) chama a atenção para dois temas: “[...] o espaço como metáfora, construção intelectual, e o espaço como agente

potencializador, força viva a moldar a vida humana”. Nesse sentido, entende-se que o processo de produção intelectual produz espaços ao mesmo tempo em que a realidade pesquisada produz/inventa os seus. Santos (1997) chama a atenção para este fato dizendo que a concepção de espaço enquanto tela de fundo inerte é enganosa, pois, este, o espaço, é “resultado” de complexas e diversas interações sociais mediadas por relações de poder que se manifestam em diferentes escalas – tempo(s) e espaço(s).

Assim, ao falar de espaço a partir da polissemia conceitual e da sua manifestação em diferentes escalas, cabe dialogar com o conceito de cultura, uma vez que a produção/invenção desta confere os sentidos de “identidade” da sociedade. A origem do conceito de cultura remonta, por sua vez, segundo Gomes (1999, p. 109), a Roma: “A expressão *cultus* denominava [...] o campo plantado e significava o atributo de uma terra que recorrentemente era objeto do trabalho da lavoura”. Gomes (1999) também evidencia que *cultus* era utilizada para referir-se a adoração aos deuses. Já com os gregos, a palavra cultura foi metaforizada, a relacionavam às mudanças do espírito humano com a inserção da educação em suas vidas: “[...] a idéia de cultura se aproxima do mesmo ideal da *paidéia grega*, conjunto de elementos formadores do comportamento e da consciência, princípios éticos e processo de educação do indivíduo, que regulam a vida social dos cidadãos” (GOMES, 1999, p. 110).

Com a Idade Média, o sentido de cultura liga-se as práticas religiosas; conforme Randles (1994), a sociedade tinha que se voltar aos princípios bíblicos de orientação no mundo, pois o oposto era heresia. Do Renascimento ao século XVIII, a cultura passou a ser, segundo Gomes (1999, p. 112), inserida: “[...] como complemento em locuções como ‘cultura das artes’, ‘cultura das letras’, etc.”. No entanto, a partir do século XVIII, a cultura sofreu alterações por causa do aprofundamento das Revoluções Científica e Industrial e com o advento da Revolução Francesa, amparadas na ascensão dos valores burgueses. Como resultado, a palavra cultura passa a ter maior “visibilidade”, e é direcionada para legitimar determinado padrão social de organização; ou seja, a cultura passa a ser vista como um modo operante representativo de um determinado arranjo social:

Cultura passa assim a ser concebida como um conjunto de elementos do mundo humano civilizado e, ambivalentemente, pode ser utilizada para falar de um conjunto de práticas, valores e hábitos de uma dada população ou para qualificar atributos relativos à instrução e aos conhecimentos detidos por alguém (GOMES, 1999, p. 112).

A categoria cultura, como acontece com o espaço, é polissêmica. Assim, observações sobre cultura popular, cultura erudita, cultura de massa, cultura arcaica, cultura urbana, cultura rural etc. são entendidas como formas de interpretação dos fenômenos sociais (espaço – cultura). A partir da década de 1970, Moles (1974), insere a cultura às transformações do(s) espaço(s) que a cerca; nesse sentido, cultura é entendida como a “matéria” do pensar, entretanto, o pensar é o vir-a-ser da matéria. Wagner e Mikesell (2007, p. 29) evidenciam que: “A cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente articulados até seres, objetos e lugares”.

Claval (2007), ao destacar a contribuição francesa aos estudos culturais da geografia, evidencia que o entendimento conceitual da cultura pelos franceses perpassa pelo conjunto de atividades que orientam as diferentes práticas sociais. Nas palavras de Claval (2007, p. 163):

A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção ao futuro [...] mas cada um constrói, a partir das visões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como uma repetição do passado.

A cultura é entendida como um conjunto complexo que está inerente à formação do indivíduo bem como da sociedade. Deste modo, conforme indica Laraia (2006), a cultura deve ser vista enquanto dinâmica, e este dinamismo entendido em múltiplas escalas do mesmo sistema cultural bem como a relação deste com outros sistemas culturais. Para o supracitado (2006, p. 101): “Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir”.

Ao participar do constructo social, a cultura acompanha e contribui com as transformações espaciais. Assim, entende-se que a cultura e o espaço possuem especificidades conceituais, contudo, como ambas as categorias se inserem dentro do processo de construção, conflituosa, de sentidos político, econômico, social etc. para a vida, aqui serão entendidos enquanto inextrincável. Conforme Colombres (2008, p.9): “Todo espacio se torna exclusivamente productivo, suprimiéndose para ello los signos

que las culturas fueron tamando en él a lo largo del tiempo¹²”. Desta maneira, no “jogo” dialógico entre espaço e cultura, como afirma Moles (1974, p. 18): “O papel da cultura é fornecer às percepções do indivíduo com respeito ao mundo exterior uma tela de conceitos sobre a qual ele projeta e situa suas percepções”. As percepções oferecidas pelas bases culturais orientam e são orientadas por intermédio do se fazer do indivíduo como do grupo social nos diferentes aspectos, por meio de instituições, sistemas de crenças, bens (i)materiais etc., da vida em sociedade. Moles (1974, p. 59) pondera que:

A cultura no sentido amplo de um meio resulta da atividade de indivíduos criadores que nela vivem, mas, ao mesmo tempo, as modalidades de criação destes são condicionados pelos conceitos, palavras e formas que recebem de seu meio; há, portanto, interação permanente entre a cultura e o meio que a sustenta, por intermédio de criadores que provocam uma evolução; daí uma *sociodinâmica da cultura*, objeto desta obra.

Sahr (2008) contribui com a discussão sobre a relação entre espaço e cultura. Este autor argumenta que o processo de construção e produção espacial também envolve o processo de culturalização: “[...] nos parece importante apontar que a ação, traduzida para o geográfico como ‘produção’ e ‘construção’ do espaço, também envolve a culturalização, sendo os seus processos até agora pouco valorizados na própria epistemologia da geografia cultural” (SAHR, 2008, p. 36). Ele também (2008) questiona o fato de parte dos geógrafos culturais não buscarem compreender as articulações sociais e suas manifestações espaciais que configuram o fenômeno cultural estudado, preferindo estudos descritivos dos sistemas culturais. Desta feita, como destaca o supracitado (2008, p. 52): “Deveríamos pesquisar, assim, os rizomas, as junções, os hibridismos, mas também as divergências e as contradições dentro da sociedade, quando aparecem como forma de expressão corporal ou significativa”.

A percepção teórica de Sahr (2008) incita a compreensão de que “dentro” da produção cultural e espacial, há a diversidade de escalas de poder, engendradas por intermédio dos diferentes aspectos de inserção cultural no espaço e vice-versa. O espaço e a cultura se “fazem” pelas distintas e diversas relações sociais, contudo, cabe problematizar que há o “poder maior” (RAFFESTIN, 1993), aquele que consegue, materialmente e imaterialmente, hegemonizar suas práticas ao restante dos grupos sociais.

¹² “Todo espaço se torna exclusivamente produtivo suprimindo-se para este os signos que as culturas foram tomando ao longo do tempo”.

Assim, para compreender a interpretação da conceituação do espaço e da cultura bem como sua relação, acredita-se que a discussão precisa se voltar para o entendimento da construção da hegemonia do “poder maior mundial” - ocidental, capitalista e moderno - e entender como ele se configurou.

Numa breve análise sobre a história da concepção moderna/ocidental/capitalista, se verificará que se encontra no sentido estrito de subjugação econômica, cultural, política, ideológica, filosófica, étnica etc. em prol de um “desenvolvimento que há de chegar”. Em outras palavras, a busca por ser desenvolvido, a partir dos princípios que se configuram na sociedade moderna, sacrificou e continua a sacrificar grandes agrupamentos humanos, pessoas que do ponto de vista econômico, cultural, étnico, político, religioso, sexual etc. são “condenados” a não ter o direito à existência espacial e temporal. Indivíduos passam a vagar sobre a espreita de olhos “fugitivos”, de irem ao encontro das celas¹³ que esperam o seu “doce” momento de “acalantar” a moral, a justiça, o direito, a liberdade etc.. Enfim, grupos tornam-se “pó” por intermédio de diversas moedas, como a religião, o Estado, os intelectuais, a mídia, as promessas idílicas capitalistas etc..

O sistema moderno ocidental capitalista respalda-se num conjunto de instrumentos materiais e imateriais (ALTHUSSER, 1985) que o reproduz e o dá legitimidade. Aqui, para os anseios da tese, destacar-se-á o Estado - que é territorialmente delimitado e composto por uma Nação (MARTIN, 1994) -, pois este acaba por centralizar os procedimentos de organização social. Por exemplo, em praticamente toda a América Latina, o Estado atuou/a como regulador - a partir de influências internas e externas (SANTOS, 2003) - do viver em sociedade; conquanto, é de importância salientar a hegemonia do poder externo, representado pelos interesses da economia mundial (FURTADO, 1996). Como resultado, há historicamente a reprodução de lógicas espaciais e culturais - oriundas dos países denominados desenvolvidos, modernos etc. - espoliatórias que subjagam econômica, política e culturalmente as diferentes sociedades ou tentativas de novas organizações espaciais (GALEANO, 1986).

¹³ Engels (1980), no momento em que evidencia as principais características do Estado, aponta que para conter a intensificação da diversidade e complexidade das tensões sociais presentes no Estado arquitetou-se a Força Pública, que, segundo Engels (1980), sempre foi utilizada pelo interesse da classe que controlava o governo: “Esta força pública existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade da gens” (ENGELS, 1980, p. 192).

Victor Hugo (1802 – 1885), em *Os miseráveis*, escrito em 1862¹⁴, já refletia sobre esta questão ao metaforizar que o “caminhar” das sociedades deixa à deriva inúmeros indivíduos. Do supracitado romance, se evidencia, dentre inúmeras passagens que dialogam com o argumento apresentado, o capítulo “A Onda e a Sombra”. Neste capítulo, o narrador conta a história de um homem que cai, à noite, ao mar: “- Que importa? O navio não pára” (HUGO, 2007, p. 112). A narrativa prossegue com a tentativa de mostrar o drama do homem solitário em meio ao mar a observar as luzes do navio desaparecerem aos poucos. Por fim, desiste da luta por sua vida:

[...] ó implacável marcha das sociedades humanas! Perda de homens e de almas no meio do caminho! Oceano, onde desaparece tudo o que a lei desampara! Sinistro sumiço de socorro! Ó Morte moral!
 Mar, a inexorável escuridão social onde a penalidade arremessa seus condenados. Mar, a imensa miséria!
 A alma, na correnteza desse abismo, torna-se cadáver. Quem a ressuscitará? (HUGO, 2007, p. 114).

A pergunta ao final pode ser respondida por Berman (2007) em suas considerações sobre a obra *Fausto*, de Goethe (1749 - 1832), publicada em 1808. O autor reverbera para o fato de assumirmos nossa condição de sujeitos modernos e arquitetarmos/imaginarmos outras formas de modernidade, esta que seja em função do homem:

[...] se Fausto é uma crítica, é também um desafio – ao nosso mundo, ainda mais do que ao mundo de Goethe – no sentido de imaginarmos e criarmos novas formas de modernidade, em que o homem não existirá em função do desenvolvimento, mas este, sim, em função do homem. O interminável canteiro de obras de Fausto é o chão vibrante, porém inseguro sobre o qual devemos balizar e construir nossas vidas (BERMAN, 2007, p. 108).

Destaque-se, com isso, que a concepção espacial e cultural que se hegemoniza em relação a outras advém da ocidentalização de corpos e mentes em favor das lógicas mercadológicas mundiais que não favorecem a grande maioria dos envolvidos. Desta feita, a lógica acima descrita é entendida enquanto produto(r) de um complexo sistema de Divisão Internacional do Trabalho que diretamente influencia e se coloca como hegemônico no processo de produção do(s) espaço(s) mundial(is) e, por conseguinte, nos corpos humanos envoltos por suas particularidades espaciais e culturais. Por exemplo, na

¹⁴Esta narra a história da(o) personagem/miserável Jean Valjean, preso pelo roubo de um pão, ficando trancafiado por 19 anos. Cf.: Hugo (2007) I Vol..

primeira metade do século XX, como salienta Souza e Rodrigues (2004), devido à “necessidade” de estruturação do Estado-Nação frente à nova Organização Mundial, elabora-se a concepção de gestão e planejamento periférico, refém das lógicas internacionais de produção. Segundo Santos e Silveira (2001), as lógicas de planejamento internacional eram voltadas ao fortalecimento das relações mercadológicas.

Cabe destacar que a situação de subordinação de distintas espacialidades aos interesses mercadológicos mundiais contemporâneo foi amplamente difundida por meio do sistema colonial. Na América Latina e Caribe, por exemplo, segundo Galeano (1986), conforme o processo de colonização ocorria, as lógicas produtivas locais e ou regionais eram desestruturadas em prol das necessidades das Metrôpoles. Com o passar do tempo e das independências, as articulações políticas que se sucederam não conseguiram diminuir a intervenção da lógica mundial em seus respectivos Estados-Nação. O poeta chileno Neruda (2003, 206), em 1950, no poema *La United Fruit CO.*, dialoga com a imagem deste, retroalimentado a partir das inovações e sua posterior difusão desigual, cenário mercadológico mundial:

Cuando sonó la trompeta, estuvo
 todo preparado en la tierra
 y Jehová repartió el mundo
 a Coca-Cola Inc., Anaconda,
 Ford Motors, y otras entidades:
 la Compañía Frutera Inc.
 se reservo lo más jugoso,
 la costa central de mi tierra,
 la Dulce cintura de América.
 Bautizó de nuevo sus tierras
 Como “Repúblicas Bananas”
 y sobre los muertos dormidos,
 sobre los héroes inquietos
 que consquistaron la grandeza,
 la libertad y las banderas,
 estableció la ópera bufa:
 enajenó los albedríos,
 regalo coronas de César,
 desenvainó la envidia, atrajo
 la ditadura de las moscas,
 moscas Trujillo, moscas Tachos,
 moscas Carías, moscas Martínez,
 moscas Ubico, mocas húmedas
 de sangre humilde y mermelada,
 moscas borrachas que zumbam
 sobre las tumbas populares,
 moscas de circo, sabias moscas
 entendidas en tiranía.
 Entre las moscas sanguinárias

la Frutera desembarca,
 arrasando el café y las frutas
 en sus barcos que deslizaron
 como bandejas el tesoro
 de nuestras tierras sumergidas.

Mientras tanto, por los abismos
 azucarados de los puertos,
 caían índios sepultados
 en el vapor de la mañana:
 un cuerpo rueda, una cosa
 sin nombre, un número caído,
 un racino de fruta muerta
 derramada en el pudridero.

Entrementes, a apresentação da hegemonia da lógica mundial de Divisão Internacional do Trabalho na produção espacial nacional (local e regional) acima apresentada, não deve ser entendida enquanto homogeneização espacial e cultural. Argumenta-se que a lógica moderna de organização contribui para o entendimento dos distintos espaços que se constroem/inventam, pois é em comparação a esta que as relações sociais “diferentes” são aceitas, negadas ou negociadas enquanto possibilidade de existência temporal e espacial – como se verá com a Guerra de Canudos.

Desta feita, frente à produção espacial e cultural apresentada, percebe-se que as relações de poder que se estabelecem por intermédio do contato entre os diferentes produzem diversas paisagens que os indivíduos são obrigados a construir para a manutenção e reprodução da existência. Locais em que os viventes podem aferir “sentimentos outros”, mas, comparativamente com os modelos hegemônicos do Ocidente, mostram-se “ser” uma espacialidade “ordenada” pela presença dos descartáveis, ignorados, incluídos de forma marginal (MARTINS, 1997), ou “aqueles” que não se “adéquam” ao modelo de desenvolvimento (ser e estar etc.). Como afirma Eagleton (2005, p. 28): “As margens podem ser lugares indescritivelmente dolorosos para se estar, e há poucas outras tarefas mais honrosas para estudantes da cultura do que ajudar a criar um espaço no qual o descartado e ignorado possa encontrar uma língua, uma fala”.

Geertz (1989), se interpreta, contribui com os estudos dos geógrafos que destacam a cultura como balizador discursivo para compreender o espaço. O autor enfatiza que a pesquisa sobre a cultura deve se ater à procura dos significados; interpretar as “teias” de significação que o homem constrói. Esta perspectiva vai ao encontro do que aqui se concebe enquanto coerente para pensar a espacialidade em seu refazer, é de valia

a aproximação das “contradições” (i)materiais que permeiam as relações cotidianas dos que experimentam e, concomitantemente, constroem/inventam o espaço.

Canclini (2005) aponta, em relação aos estudos culturais, sendo ressignificado ao objetivo da tese, que além de aceitar e interpretar enquanto diferentes a produção cultural, é de valia a compreensão das articulações que possuem maior poder para (des)legitimar determinada cultura/espaço em relação ao outro; em suas palavras (2005, p. 43): “Também precisamos relacionar a análise intercultural com as relações de poder para identificar aqueles que dispõem de maior força para modificar a significação dos objetos”.

Acredita-se, com isso, que tanto a cultura como o espaço podem se apresentar singulares num primeiro olhar, conquanto, tendo em vista a dinâmica escalar oriunda do jogo de relações sociais (SANTOS, 1997) que hegemonomizam determinadas concepções culturais e espaciais em detrimento de outras, perceber-se-á que o “singular” é criação de uma interpenetração de espaços e de culturas em constante movimento dialético.

Gomes (1999, p.111), ao refletir sobre cultura e civilização, contribui com a discussão ao dizer que:

A noção de cultura tem [...] raízes profundas na idéia de um mundo ocidental, de união de espaços alinhados sobre iguais valores, na própria idéia de humanidade. De fato, cultura no singular anuncia de alguma maneira a idéia de culturas no plural. Em outras palavras, ainda que a suposição da superioridade de um modo de vida imponha uma orientação uniforme ao mundo, a idéia de cultura é solidária do reconhecimento de que há outras inúmeras formas de viver e conceber a vida, ou seja, outras possíveis culturas.

Acrescentam-se, aqui, outros possíveis espaços. A questão não se limita à aceitação do espaço e da cultura se apresentarem no plural de seu se fazer singular. Teoricamente apresenta-se que é de valia o questionamento de valores, “culturas”, políticas, economias etc. que “não permitem” o acontecer da pluralidade. Acredita-se que o pesquisador, em seus estudos, deve se ater ao diálogo com as condições escalares (CASTRO, 2001) – temporal, múltiplas formas de percepções e processos históricos, e espacial, do local ao global - que se imbricam e, assim, produz a cultura como o espaço ao mesmo tempo em que é produzida. Ou seja, acompanhar o movimento do fazer social, cultural, econômico, político, técnico, científico, informacional para conseguir imaginar uma realidade que não se finde nela mesma, e sim a pense em seu processo (BERMAN, 2007).

E pensar no processo é tecer um olhar ao espaço e à cultura sem cometer certos preconceitos, sombreamentos, abusos etc. que, com o olhar do hoje (diante disso, carregado de preocupações/desejos etc. que talvez não fosse de preocupação em outro tempo – espacialidade), “outros” cometeram. Deste modo, é preciso repensar as problemáticas - suscitadas pelas idiosincrasias do enunciador das indagações - direcionadas ao espaço e à cultura para interpretar com outra perspectiva as contradições sociais, econômicas e políticas que envolvem a produção espacial/cultural. Evidencia-se a importância da teoria para as ciências, em que esta permita a recolocação de diversas questões a partir da “mudança” de perspectiva analítica do questionamento (ZIZEK, 2008). Contudo, esta reflexão poderá suscitar o seguinte questionamento: “Mas isto não gera uma ‘outra ordem discursiva’”? Sim! Para Foucault (2009, p. 53): “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso”.

Entretanto, isto não pode impedir que, consciente desta assertiva, se tenha um foco; e aqui é interpretar a imaginação espacial para “imaginá-la” de forma humanamente justa, respeitosa, preocupada etc. Não se trata de inverter a lógica excludente do(s) meu(s) “eu(s)” em relação ao(s) “outro(s)” como afirma Albuquerque Júnior (2009) ao estudar a “invenção” do nordeste, e sim de buscar o diálogo para corroborar com a invenção de “outra” psicosfera social que não pratique as “mesmas” (muitas vezes apresentadas com outras roupagens – vide exemplo, o racismo no Brasil) ou produza “outras” formas de subjugação, colonização, marginalização etc. espacial e cultural. Este é um entrave para o viver com o/no mundo, como um desafio para os geógrafos e demais pensadores.

1.2 Dialogo entre a Literatura e a Geografia: apontamento teórico e metodológico

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial (BAKHTIN, 1986, p. 95).

Brosseau (1996) destaca que desde o fim do século XIX houve a tentativa de geógrafos se aproximarem discursivamente da criação literária. Um dos precursores da Geografia moderna, Humboldt (1769 - 1859), estabelece aproximações entre o literário e o científico e é considerado como pioneiro neste procedimento; conforme Pedras (2000, p. 102): “A obsessão do viajante cientista (Humboldt) pela transposição de cenários justifica muitas vezes o uso que aqui se faz da literatura – o de torná-la não só descritiva e documentalista, mas compensatória de prazer diante do esforço especulativo e da auto-reflexão”. Contudo, como Brosseau (2007a) e Ferraz (2007) destacam, os estudos que visavam o diálogo entre geografia e literatura foram secundarizados. Na busca de transformar a Geografia em ciência, se fez a opção pelos padrões modernos de confecção de conhecimento¹⁵. Assim, buscou-se, segundo Ferraz (2001, p. 22), o:

[...] status de discurso científico, portanto, eficiente, objetivo, exato, totalizante, não contraditório e absolutamente verdadeiro; [...] sacrificou toda uma diversidade de conhecimentos em prol do que oficialmente passou a ser considerado como “geográfico”.

No entanto, na década de 1970, verifica-se o momento de crise *paradigmática*¹⁶ do período moderno (SANTOS, 1989). Esse momento, de forma geral, é entendido no sentido de considerar que os padrões ofertados pelo “fazer” moderno científico não mais conseguem por si, nas ciências humanas, compreender a dinâmica de interação do homem com o mundo. Segundo Santos (1989), a busca por um conhecimento generalizante e objetivo de determinada “porção” espacial é, no mínimo, “estranho”; pois, como conhecer uma determinada espacialidade se ela própria busca instrumentos para se conhecer?

Assim, formas “novas”¹⁷ de conhecer ganharam maior destaque, no caso, a valorização do subjetivo nos estudos geográficos. Acredita-se que a pesquisa muito pode

¹⁵ Esta discussão não será aprofundada neste trabalho, contudo, para quem tiver interesse nas inserções da Geografia na/pela modernidade, ver Moreira (2008).

¹⁶ “Viva a crise”. Sobre o assunto, ver Gonçalves (1982)

¹⁷ Que, na verdade, não é tão novo assim. Ver: Monteiro (2002), Brosseau (2007a; 2007b), Sahr (2009) e Almeida (2009).

se enriquecer devido ao fato de o pesquisador iniciar suas investigações dos processos espaciais tendo como mediador as significações que os homens constroem para se localizar e se orientar hodiernamente; e estas, as significações, podem estar materializadas por intermédio de um meio comunicacional (literatura, pintura, pichações, grafites, monumentos etc.).

No caso da tese, opta-se por desenvolver a discussão por intermédio do discurso literário. Engendrar parte dos diferentes discursos de sistematização/criação da realidade pela perspectiva do diálogo científico com o literário pode, acredita-se, contribuir para uma interpretação/significação do real por meio da perspectiva dual (subjéctiva e universal) de entendimento. Aqui adentra o “entre” presente no título do capítulo - Diálogo entre a Literatura e a Geografia: apontamento teórico e metodológico -, a situação de estar entre a linguagem científica e a literária. A linguagem científica, por intermédio de seus conceitos, permite o entendimento dos elementos universais que se presentificam no viver cotidiano dos indivíduos em sociedade. Seria a linguagem que ofertaria os padrões de entendimento das formas com que o sistema-mundo (WALLERTEIN, 1997) “se” (re)organiza. Já a literária, por sua vez, seria a linguagem que representa o lado subjéctivo de apreensão do sistema-mundo; meio comunicacional em que o autor materializa (in)diretamente sua forma de entendimento e de leitura das suas experiências espaciais e do grupo social a que “se vê” pertencente.

No Brasil, a relação dialógica entre Geografia e Literatura, segundo Marandola Jr. e Gratão (2010), ganha maior destaque com os estudos humanistas e com as renovadas investidas dos estudos culturais da década de 1990. Monteiro é um balizador desta discussão, desde a década de 80¹⁸ se ventura em perscrutar “*o conteúdo geográfico em criações romanescas*”. Seus ensaios foram reunidos no livro *O mapa e a trama*, publicada em 2002 pela editora da UFSC. Moreira, em 1996, publica na Revista Fluminense de Geografia o artigo *Grande Sertão, Veredas, na trilha de uma geografia Roseana*. Além destes trabalhos, há as recentes publicações sobre a temática, como o livro *Geografia e literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação* (2010), organizado por Marandola Jr. e Gratão. O livro é referência por nele conter parte

¹⁸ Monteiro (2002), após participar de um evento sobre Geografia e Literatura em Recife, argumenta que se surpreendeu em averiguar que o diálogo entre estas duas áreas do conhecimento havia crescido ao ponto de permitir uma reunião sobre a temática. Diz que a primeira vez, no Brasil, que buscou o diálogo acadêmico nesta área foi em 1988, em Recife, na Fundação Joaquim Nabuco. Em suas palavras: “Surpreendia-me, contudo, que entre maio de 1988 e outubro de 1996 já houvesse crescido aquela linha de investigação, a ponto de ensejar uma importante reunião, tendo-a como centro de interesses” (MONTEIRO, 2002, p. 11).

significativa dos geógrafos que pesquisam sobre o tema naquele momento. Outro referencial é o livro *Transfazer o espaço: ensaios de como a literatura vira espaço e vice-versa*, organizado por Göettert e Marschner (2011). Nele além de geógrafos que pensam a relação da geografia com a literatura, há a presença de antropólogos, cientistas sociais, críticos literários e historiadores discutindo a temática literatura e espaço.

No que toca a produção de teses e dissertações do tema, Lima (2011, p. 12), por intermédio da análise do banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Ministério da Ciência e Tecnologia, destaca que do ano de 1998 a 2011 houve a defesa de 22 trabalhos. Os trabalhos publicados e defendidos (monografias, dissertações e teses) formam um conjunto diverso de temas e ferramentas interpretativas. Compreende-se, assim, que no diálogo entre Geografia e Literatura há a uma diversidade de abordagens e tematizações. Entretanto, há o entendimento de que literatura é linguagem; portanto, instrumento de comunicação carregada de significados que influencia, ao mesmo tempo em que é influenciada, o processo de produção de sentidos sobre o mundo. Tal argumento justifica-se no entendimento de que o ato criador literário não pode ser imaginado enquanto distanciado da espacialidade/temporalidade do autor. Isto não é uma lei, o tempo e o espaço não explicam tudo, mas contribuem sobremaneira com o entendimento de determinadas formas de imaginá-los. As personagens, as vestimentas, a distribuição discursiva entre as personagens, a narrativa e a escrita não estão isoladas do mundo, o mundo se presentifica na resignificação tecida pelo autor; conforme indica Merleau-Ponty (1996, p. 393.): “[...] o mundo nos obceca até no sono é sobre o mundo que sonhamos”. O que aqui se argumenta é que o ato criador não ocorre casualmente, é a partir da inserção do literato no mundo que a trama “acontece”. Segundo Gadamer (2008, p. 227):

O conceito de literatura não deixa de estar vinculado a seu receptor. A existência da literatura não é a sobrevivência morta de um ser alienado que se oferece simultaneamente à realidade vivencial de uma época posterior. A literatura é, antes, uma função da preservação e da transmissão espiritual e por isso introduz em cada presente sua história oculta.

Conquanto, cabe destacar que o ato criador literário pauta-se em lógicas contrárias à científica para divulgar o raciocínio: a comédia, a ironia, as metáforas, a contradição etc.. O crítico literário Bernardo (1999) contribui com a discussão sobre o ato criador ao exemplificá-lo com o desenho de um Centauro pintado pelo espanhol Pablo Picasso (1881 – 1973). Do desenho, destaca-se que a criação do Centauro, figura

inexistente, se tornou “possível” por possuir partes de “coisas” existentes - o cavalo e o homem:

É o que faz o pintor, que escolheu, para além da técnica em si, como motivo, um ser que, sabemos, não existe, formado por dois seres que, acreditamos, existem: o cavalo e o homem. Sobre o corpo de um cavalo, emerge o torso de um homem. Este ser, o centauro, representa muito bem outra contradição: o artista, ao inventar, deve respeitar o limite da existência, recorrendo a formas e entes que de fato existem, para recombinar tais formas e entes de tal modo que crie o inexistente (BERNARDO, 1999, p. 137).

Ou seja, a trama literária está mergulhada no/de mundo. Primeiro, cria-se mundo ao “revelar” as formas com que os diferentes espaços e tempos se engendram no indivíduo autor, pois o indivíduo não é um ser isolado do mundo, é social: “A consciência individual é um fato sócio-ideológico [...] A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (BAKHTIN, 1986, p. 35). Segundo, o literato constrói/inventa mundo(s) ao ressignificar sua relação com o lugar de enunciação a partir de um posicionamento seletivo; por si, ideológico. Contudo:

[...] o conteúdo geográfico não se poderia restringir ao ‘lugar’. Isto porque a indissolúvel relacionalidade espacial embaralha as ‘escalas’; porque o espaço está irremediavelmente unido ao tempo; porque o tempo pressupõe uma variação de ‘sentidos’; e a fatalidade gregária do Homem diversifica e amplia os contextos sociais, políticos e econômicos que, a partir do anseio à auto-afirmação individual, refletem-se em qualquer trama romanesca (MONTEIRO, 2002, p. 23).

O lugar, então, deve ser visto a partir da rede de relações sociais que se “imbricam” com diversas escalas espaciais e, por sua vez, interfere na constituição do ser no seu espaço e tempo. Esta discussão, apresentada no capítulo 1.1 Espaço e cultura: o singular plural ou vice-versa, é reverberada por Santos (2012) no momento em que desenvolve a ideia de movimento - em meio às contradições - do espaço. No caso, se discutem os fatores internos e externos que se encontram no lugar por intermédio de uma relação entre escalas variáveis conforme o contexto interno e externo de orientação e localização no mundo. Em suas palavras:

O interno é aquilo que, num dado momento dado, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extra locais, portanto mais amplas que o lugar. A escala das variáveis é maior do que a escala do lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é

fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele (SANTOS, 2012, p. 105).

Neste momento, cabe evidenciar que o interesse pelo diálogo aqui proposto não visa homogeneizar o conhecimento geográfico com o produzido nas obras literárias. Entende-se que são linguagens diferentes. Monteiro (2002), Almeida (2010), Ferraz (2011), Brosseau (1996), entre outros, asseguram que a questão não é homogeneizar a linguagem geográfica com a literária ou vice-versa, pelo contrário, o interesse é de perscrutar como a leitura da realidade por meio dos conceitos geográficos podem se enriquecer e/ou contribuir com a leitura/interpretação da obra literária. Segundo Brosseau (2007b, p. 80):

O recurso ao romance, no âmbito de uma reflexão geográfica sobre os lugares, inscreve-se em uma perspectiva precisa, que se apoia no reconhecimento do caráter distinto do modo de expressão romanesca. A especificidade desse modo de expressão em relação àquele das ciências humanas deve ser plenamente assumida, se buscamos compreender melhor aquilo que o romance pode nos ensinar de novo ou de diferente sobre a escritura dos lugares.

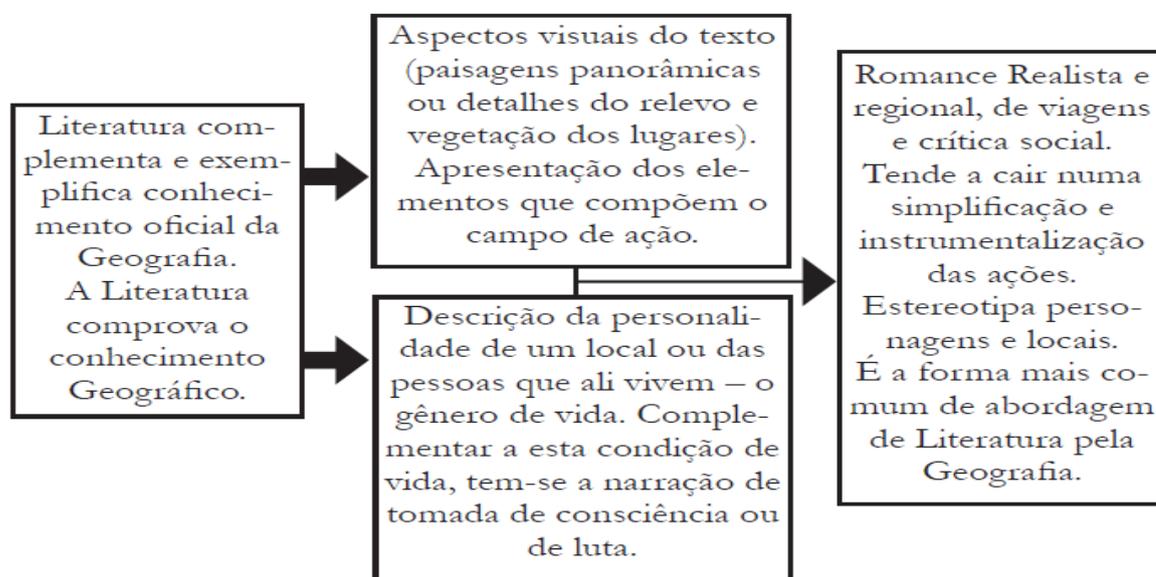
Nesta perspectiva dialógica, vale cogitar a utilização da Geografia como uma ciência que auxilia o indivíduo no processo de entendimento da sua relação de orientação/localização espacial. No caso da análise literária a partir da Geografia, a questão é interpretar as experiências espaço-temporais de outrem por meio da criação literária.

Brosseau (1996) e Ferraz (2011) elaboram sistematizações das formas predominantes de diálogo entre Geografia e Literatura. Brosseau (1996), após analisar o histórico desta relação, apresenta cinco temas que predominam no diálogo entre ambas, a saber: *La littérature: complément à une géographie régionale*, *La littérature: transcription de l'expérience des lieux*, *La littérature: critique de la réalité ou de l'idéologie dominante*, *Histoires parallèles de la géographie et de la littérature*, e *Espace, altérité et littérature*¹⁹. Ferraz (2011), por sua vez, explicita uma possível sistematização das diferentes abordagens sobre o tema Geografia e Literatura. Genericamente caracteriza esta em três: a forma tradicional, a tentativa de renovação do diálogo e, por fim, propõe uma perspectiva de análise. A primeira é a abordagem que buscou utilizar a literatura

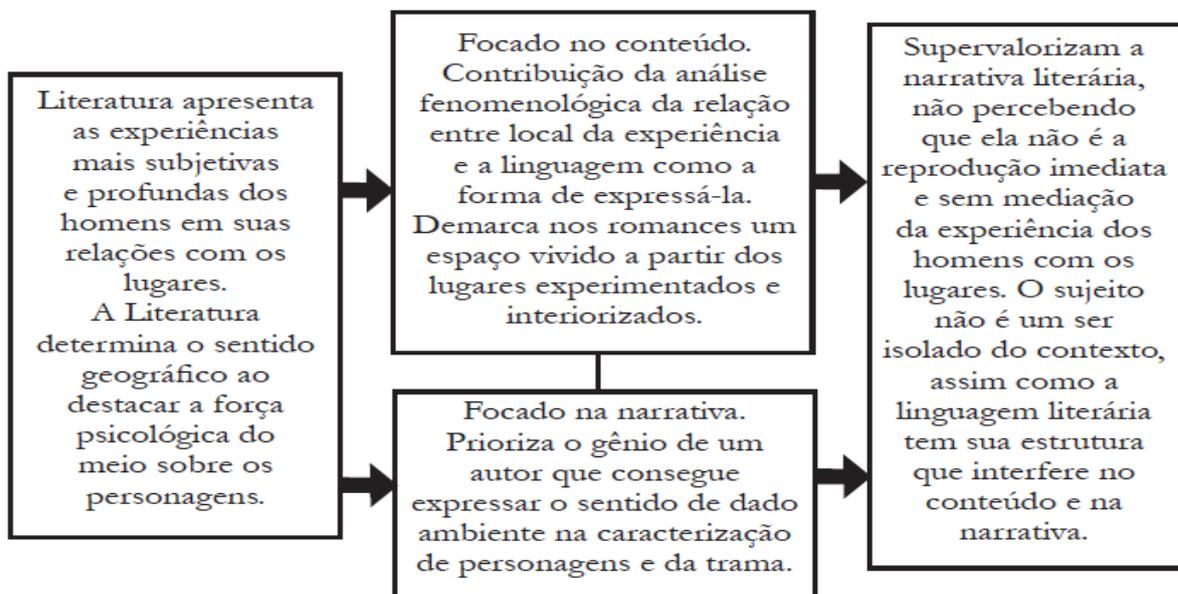
¹⁹ Tradução (CORRÊA, ROSENDHAL, 2007, 11 - 10): “[...] como complemento à geografia regional; como transcrição de experiências dos lugares; como crítica da realidade ou da ideologia dominante; como história paralela; como parte da alteridade, o modo como o romancista capta a paisagem, o lugar e o espaço”.

como um complemento do saber geográfico. Os geógrafos procuravam obras literárias que evidenciassem dois aspectos: o humano, a descrição dos aspectos culturais dos mais distintos grupos sociais, e a descrição das paisagens físicas, relevo, fauna, flora etc. que pertencem ao enredo narrativo. A segunda perspectiva ressalta a relação entre o homem e os lugares, diz da ação psicológica do meio sobre as personagens. A linguagem é vista como capaz de expressar a experiência do ser. Nesta abordagem, a obra literária é compreendida como realmente capaz de expressar a experiência do eu, autor, com os lugares/mundos. A terceira é uma proposta de diálogo entre Geografia e Literatura tramada por Ferraz (2011); esta, segundo o autor, tem por intuito compreender os sentidos de localização e de orientação que o homem tece frente a sua relação com o mundo. Para isso, texto e contexto são levados em consideração. Texto no sentido de compreender as formas que orientam e localizam as ações, falas etc. das personagens e contexto envolvendo o autor, o momento de criação da obra bem como a do leitor, visto enquanto um indivíduo que movimenta a obra, pois a lê e constrói sentidos para o seu hoje - suas angústias, dores e alegrias. Ferraz (2011, p. 18, 19 e 20) assim apresenta sua proposta de sistematização da relação entre Geografia e Literatura:

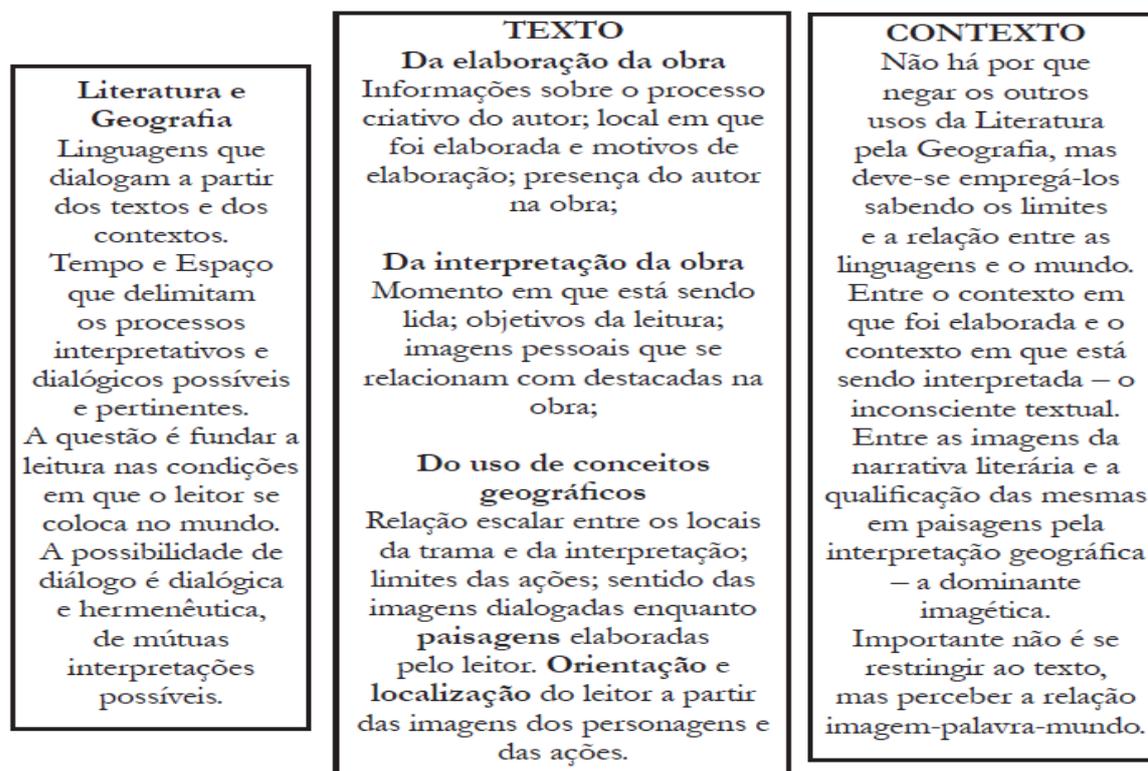
Forma tradicional de a Geografia se relacionar com a Literatura



Tentativa de renovar a leitura geográfica dos textos literários



Proposta de diálogo possível



Fonte: Ferraz (2011, p. 18, 19 e 20).

Das supracitadas propostas de sistematização dos estudos entre Geografia e Literatura, nesta tese, opta-se – mas isto não quer dizer que as outras concepções não participam desta análise - por trabalhar com a concepção de Brosseau (1996) de se estabelecer pela crítica da ideologia dominante presente em determinada obra e, dialogando com esta, pensar, segundo Ferraz (2011), os sentidos de localização e orientação que o homem constrói cotidianamente. Referenciais teóricos e metodológicos

que permitem o acesso à proposta interpretativa oriundas de Brosseau e de Ferraz são a, sugerida pelo último (2011), hermenêutica filosófica de Gadamer (2008, 2010) e a Filosofia da Linguagem de Bakhtin (1986).

De Bakhtin, se destacam os conceitos de Polifonia e Dialogismo. De início, cabe retomar a citação de Bakhtin (1986) que abre o presente capítulo, em que o autor evidencia que não são palavras que se fala ou que se ouve, mas: “[...] verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um sentido ideológico ou vivencial”. Esta assertiva é dita no contexto de exemplificar a diferença do signo e do sinal, por sua vez, relacionados aos processos, respectivamente, de descodificação e de identificação. Para esse autor, o signo é essencialmente ideológico e possui mobilidade:

Assim, o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo (BAKHTIN, 1986, p. 94).

O sinal, por sua vez, atrela-se a forma. Bakhtin (1986, p. 94) exemplifica a diferença com um comentário sobre o processo de assimilação de uma língua estrangeira. O autor assinala que a sinalidade e o reconhecimento carecem de ser dominados, respectivamente, pelo signo e pela compreensão, pois, se não houver a compreensão: “[...] a língua ainda não se tornou língua” (BAKHTIN, 1986, p. 94). O que se coloca para a Filosofia da Linguagem é que: “[...] na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular” (BAKHTIN, 1986, p. 95).

Conceito que permite apreender a concepção de linguagem apresentada é: “[...] a perspectiva do discurso polifônico presente no dialogismo bakhtiniano” (FERRAZ, 2011, p. 28). Com a Polifonia, se entende que a produção do conhecimento concretiza-se a partir das relações sociais dialógicas que se consumam no ato de existir, pois são diversas as vozes que se inserem no processo dialógico de conferir sentido ao espaço, à vida. Bakhtin (2003), em seus estudos sobre a criação verbal, contribui com o entendimento do discurso polifônico ao retratar a relação direta entre autor e personagem:

O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse *excedente* de visão e conhecimento do autor, sempre determinado e estável em relação a cada personagem, é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo, quer das personagens, quer do acontecimento conjunto de suas vidas, isto é, do todo da obra (BAKHTIN, 2003, p. 11).

Verifica-se, com isso, que, no caso da análise de um texto literário, o autor é central na composição da polifonia, é ele que rege à diversidade de vozes e direciona o sentido das mesmas. Como afirma Bezerra (2008, p. 194):

O que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro “eu para si” infinito e inacabável. Trata-se de uma “mudança radical” da posição do autor em relação às pessoas representadas, que de pessoas coisificadas se transformam em individualidades (BEZERRA, 2008, p. 194).

O texto, assim, não se efetiva em si, ele deve ser descoisificado a partir do contexto social do autor e do leitor. Este entendimento leva à discussão do dialogismo. Para Ferraz (2011, p. 29): “Dialogismo, portanto, é a condição do próprio processo de produção de conhecimento humano, o que ocorre num contexto polifônico de sentidos e enunciados, no qual os diversos discursos se relacionam, se negam e se recriam”. No caso literário, autor, trama e leitor tornam-se participantes do processo produtor do diálogo. Brandão (2005, p. 272), no que toca, em Bakhtin, a dialogicidade entre autor e leitor, afirma que há: “[...] uma atividade de co-enunciação, o diálogo que o autor trava com o leitor possível, cujos movimentos ele antecipa no processo de geração do texto e também como atividade de atribuição de sentido ao texto promovido pelo leitor no ato da leitura”.

A questão, para os estudos geográficos, é a da orientação, ou seja, como autor e leitor se orientam no/com o mundo. No que toca a análise da obra literária, cabe, então, levar em consideração os significados do imaginário espacial presentes no discurso literário - este envolvendo o contexto socioespacial do autor e de suas personagens - e o do leitor - este inserido em questões epistemológicas, culturais, ideológicas, técnico-científico-informacionais que se distanciam e se aproximam, dialeticamente, do contexto do autor do romance lido/interpretado. Este entendimento é de importância porque aqui não se tem a pretensão de um discurso universalista, pois, como dito por Ferrara (2007), todo discurso é parcial.

A hermenêutica filosófica de Gadamer (2010) contribui com a construção de sentidos de compreensão do processo de comunicação que se estabelece entre autor, texto e leitor²⁰. Ferraz (2011, p. 31) argumenta que a hermenêutica é: “[...] um referencial que visa contribuir para se melhor entender quem somos nós hoje a partir da interpretação de textos e documentos elaborados pelos humanos em outros períodos e lugares”. O texto deve ser compreendido enquanto possuidor de alteridade, ou seja, de especificidade narrativa de quem o “narra”. Conquanto, isto não pode ser justificativa para a neutralidade, pelo contrário, é de importância o diálogo, em que seja colocada à prova a tomada de consciência do outro e dos próprios pré-juízos e das pré-compreensões do leitor; nas palavras de Simplício (1999, 516):

Nesse sentido, é preciso ouvir o texto para que se possa compreendê-lo. Isso implica na consciência, por parte do intérprete, de que o texto possui uma alteridade a ser respeitada. Respeitar a alteridade do texto, porém, não pressupõe “neutralidade” objetiva nem esquecimento de si mesmo, mas a tomada de consciência dos próprios pré-juízos e pré-compreensões.

Conforme Gadamer (2008, p. 169), para o leitor de um texto artístico, o que se evidencia é a relação da obra com a verdade, e no caso a verdade é pensada desde o conhecimento e do reconhecimento de algo ou do próprio ser leitor na arte compreendida; em suas palavras: “O que propriamente experimentamos numa obra de arte e para onde dirigimos nosso interesse é, antes, como ela é verdadeira, isto é, em que medida conhecemos e reconhecemos algo e a nós próprios nela”. A hermenêutica deve ser pensada na direção de melhor orientar a contextualização das (des)verdades do leitor. No caso do texto científico, este procedimento localiza-se no objeto.

Para os estudos geográficos, importa a consciência histórica de toda espacialidade, mas se deve deixar claro que a consciência histórica precisa ser compreendida como um instrumento de interpretação do presente. Nesse sentido, Gadamer (1998) destaca o papel ou o “talento” do historiador como do geógrafo em compreender o presente a partir do passado que se “apresenta”. Entender o passado em sua temporalidade e espacialidade é respeitar o(s) outro(s) - no caso, do texto literário. Contudo, o outro só se efetivará a partir do momento em que o leitor compreender os

²⁰ Conforme Candido (2000, p. 33): “Na medida em que a arte é [...] um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador”.

signos que se presentificam na trama e os trazer para a contemporaneidade da leitura. Acredita-se, aqui, que:

[...] a capacidade de ler, de compreender os escritos, é como uma arte secreta, como um feitiço que nos libera e nos prende. Nela o espaço e o tempo parecem suspensos. Quem sabe ler o que foi transmitido por escrito atesta e realiza a pura atualidade do passado (GADAMER, 2008, p. 230).

O evidenciado em Gadamer direciona-se no fomento da construção de sujeitos com condições de ter consciência de serem habitantes do mundo, com isso, exigindo destes a capacidade de compreensão e interpretação do seu ato de viver a partir da atualização do passado.

Portanto, o diálogo entre Geografia e Literatura apresenta-se profícuo para ler/interpretar determinado romance bem como contribuir para a orientação do geógrafo leitor na contemporaneidade. Isto é, pensar nas formas em que o espaço, o território, a região, o lugar, a paisagem, o Estado-Nação, o imaginário, a identidade, entre outros conceitos, se apresentam nas obras literárias e, posteriormente, averiguar em que medida essas concepções conceituais podem auxiliar na compreensão da contemporaneidade das mesmas.

Entende-se que tanto a Literatura (subjético) como a Geografia (conceitos = generalizantes) se enriquecem a partir do diálogo. No que se refere aos estudos literários, compreende-se que a Literatura, ao dialogar com a Geografia, irá para além de uma apreciação “estética” da obra, pois insere os conflitos/contradições (escalares) inerentes ao ato de produção do espaço. A Geografia poderá inserir a discussão do subjético em seus estudos “científicos” - entendendo de que maneira os “indivíduos” se orientam no/com o mundo -, para, depois, verificar em que medida os sentidos construídos em outro espaço/temporalidade podem contribuir com a produção/invenção espacial da contemporaneidade da leitura.

É o que aqui se buscou efetivar, a interpretação dos pontos de (des)encontros do imaginário espacial do ontem, em *Os Sertões*, com o do hoje, presente no texto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (2003 – 2014).

Parte 2: *Os Sertões* e o Estado na imaginação espacial do fim do século XIX e início do XX

Neste momento, o objetivo é interpretar o imaginário espacial do Estado brasileiro presente no romance *Os Sertões*. Para isso, num primeiro momento que se divide em dois capítulos, será apresentada a origem de formação do Estado moderno e, posteriormente, a discussão se direcionará para o Brasil, de forma mais específica, trabalhar-se-á o contexto de transição do Império para a República, momento este de formação intelectual de Euclides da Cunha. No segundo momento dividido em cinco capítulos, o objetivo é apresentar a interpretação que aqui se faz do imaginário espacial de *Os Sertões*, o compreendendo em seu sentido de direcionamento para a ação do Estado frente ao processo de integração modernizadora. O direcionamento advindo do imaginário euclidiano desdobrou-se como discurso de legitimação da ação de interiorização do Estado-Nação Brasil frente aos “seus” sertões.

2.1. O Estado

2.1.1 O Estado e a Nação: apontamento introdutório

De início, cabe destacar que o Estado é entendido enquanto produto das contínuas e distintas necessidades sociais – demandadas pelo arranjo social que controla o poder político/administrativo territorial – frente às (des)venturas das evoluções técnicas, ideológicas, culturais, filosóficas, econômicas, políticas etc. do se fazer do homem em coletividade. Como arguido por Engels (1820 – 1895), no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicado em 1884, as transformações técnicas fizeram com que as comunidades tribais ou o regime de *gens*²¹, aos poucos - especificamente Engels (1980) estuda a dissolução destes regimes com os gregos, os romanos e os germanos -, modificassem suas estruturas organizacionais, permitindo a superação dos sistemas tribais de organização e, criando, assim, a estrutura para a formação do Estado.

Com o passar do tempo, na transição da barbárie para a civilização²², houve o desenvolvimento dos setores de produção: criação de gado, agricultura e ofícios manuais domésticos²³. O desenvolvimento destes setores fez com que, pela primeira vez,

²¹ Segundo Engels (1980, p. 178): “A grandeza do regime da gens – e sua “limitação” – é que nele não cabiam a dominação e a servidão”. Até poderia existir conflito de uma tribo frente à outra, e isto levar ao extermínio de uma das tribos, mas nunca a escravidão, sendo que a divisão do trabalho dava-se pelo sexo, as mulheres cuidavam dos arredores do local de “residência” e os homens “corriam” o horizonte atrás de mantimentos.

²² Engels (1980) utiliza-se da divisão de Morgan para pensar as épocas e suas passagens, no caso, ele divide as épocas em três (estado selvagem, barbárie e civilização) e divide cada uma delas em três fases (inferior, média e superior).

²³ Engels (1980) salienta que as transformações não aconteceram somente no nível técnico perante o mundo, a própria concepção de família – com isso a relação homem e mulher - modificou-se com o transcorrer do tempo. As formas de organização das famílias, da Punaluana, passou para à Sindiásmica e, por fim, na fase

se conseguisse colher excedente alimentar. Este, o excedente alimentar, permitiu o deslocamento de mão-de-obra do campo para outras funções. Entrementes, ao mesmo tempo em que permitiu o redirecionamento da mão-de-obra, se criou outra estrutura organizacional, pois, ao surgirem novas funções sociais, houve o aumento da quantidade de trabalho necessário para garantir a produção. A força de trabalho a mais foi conseguida nas guerras, os derrotados tornavam-se escravos. Conforme destaca Martins (1994, p.23) ao falar do processo de transição, seguindo a conceituação utilizada por Engels, da Barbárie para a civilização:

A dissolução das comunidades primitivas pode ser vista como sendo decorrência de duas pressões, uma externa, outra interna, que podem, além disso, se combinar. Do ponto de vista interno, uma melhoria na produtividade agrícola, geralmente alcançável em planícies aluviais de solo fértil, permitia o deslocamento de parte da população para outras atividades. Ao mesmo tempo em que a caça perdia importância em relação à agricultura, surgiam funções especializadas: a burocracia, os militares, os artesãos, os comerciantes, além, obviamente, dos camponeses. Do ponto de vista externo, os grupos invasores vitoriosos conquistavam junto com o território, seus habitantes, dando origem, assim, a várias formas de trabalho servil. Inicia-se então um processo de centralização do poder e de expansão territorial sem precedentes.

O aumento da riqueza distribuída de forma concentrada proporcionou a formação de antagonismos sociais historicamente não conjurados. As classes sociais modificam de nome com o passar dos anos, mas o conteúdo dual, hoje visto como multifacetado, permanece: opressor e oprimido, explorador e explorado, colonizador e colonizado, ocidental e oriental, desenvolvido e atrasado (subdesenvolvido) etc. É com a permanência das contradições duais/multifacetadas que o Estado se estrutura como o possível “redentor”, um produto da sociedade, mas colocado acima dela. Nas palavras de Engels (1980, p. 191), o Estado:

[...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consuma a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da

da civilização, a Monogamia: “A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo Contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré história (ENGELS, 1980, p. 70).

sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Font e Rufí (2006) destacam que o Estado, desde o início do seu uso para a organização das relações sociais, passou por três momentos; são eles: o Estado Antigo, o Estado Feudal e o Estado Moderno. Para o interesse da tese, perscrutar-se-á acerca do último. Martin (1994) evidencia que o Estado Moderno emerge, na passagem do século XVI para o século XVII, de um conflituoso momento de disputas originárias de divergências religiosas. Como resultado, houve a Guerra dos Trinta Anos que deu origem, em 1648, ao *Tratado de Westfália*, na hoje Alemanha. O presente tratado assegura a soberania do território governado, que, por sua vez, resulta no estabelecimento da ordem mundial dada pela organização via Estados soberanos. Como salienta este autor: “Embora qualquer periodização histórica dê margem a muita controvérsia, existe um relativo consenso em considerar o ‘Tratado de Westfália’ como marco inicial na constituição de um sistema ‘moderno’ de fronteiras na Europa Ocidental (MARTIN, 1994, p. 35)”.

Segundo Font e Rufí (2006), a genealogia do Estado moderno temporalmente localiza-se no século XVIII e espacialmente é produto(r) da sociedade Ocidental. No caso, os autores evidenciam a construção do Estado moderno o relacionando com o aprofundamento da Revolução Científica, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Em palavras de Font e Rufí (2006, p. 98):

Quer dizer, interpretava-se o Estado como resultado e instrumento da modernidade: de uma nova estrutura social não aristocrática, porém classista; de uma cultura laica; de uma nova fé baseada na ciência, na razão e no progresso; e de uma economia preparada para abrir caminho para a industrialização e ao capitalismo de mercado (FONT, RUFÍ, 2006, p. 98).

Como visto, o Estado Moderno é oriundo de um momento histórico e espacial específico, em que os padrões de orientação econômica, política, cultural, científica modificaram-se, alterando as formas de organização do indivíduo e da sociedade (MORAES, 2008) – ambos numa intensa relação escalar espacial/temporal.

O que se pode observar na constituição do Estado é seu caráter territorial. Conforme Moraes (2008, p. 61): “De todo modo, a modernidade fornece uma referência espacial clara para o exercício do poder estatal: uma jurisdição. Trata-se, pois, de um Estado territorial”. Martin (1994) argui que a forma de organização territorial Estatal, dada pelos princípios modernos, é acompanhada de outro processo, a construção do

conceito de Nação. Hobsbawm (1998) contribui com a discussão ao evidenciar que a Nação não forma o Estado e nem o nacionalismo, pelo contrário, são estes que acabam por configurar/formar a Nação. No que se refere à relação entre Nação e nacionalismo, conforme Arantes (2006, p. 27):

O nacionalismo não deveria ser explicado pela alegada existência de “nações”, mas sim o contrário, e bem ao contrário do que comumente se entende como o despertar da consciência nacional: o nacionalismo não acorda uma nação entorpecida por uma alienação secular, ele simplesmente inventa a nação que antes não existia.

Entretanto, ao mesmo tempo em que “buscam” - (in)conscientemente - construir elementos comuns disseminados (BHABHA, 1998) aos membros da respectiva “Nação”, esquecem/encobrem muitos outros. Nas palavras de Renan (*Apud*. ANDERSON, 2008, p. 32): “Or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses”²⁴.

No caso do Estado-Nação, destaca-se que, segundo Hobsbawm (1998, p. 19), a Nação: “[...] é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-Nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação”. Assim, verifica-se que “o fazer” político Estatal acaba por gerir símbolos, historiografia, vultos históricos etc. que tentam unificar os membros dos respectivos territórios político/administrativos em prol de interesses “comuns”. Ou seja, a diversidade social/territorial passa por um processo de “seleção” dos representantes do “espírito” nacionalista.

O discutido até o momento suscita enquanto característica da relação entre o Estado e a Nação o fato do Estado anteceder a Nação. As normas, as diretrizes, as políticas, as técnicas etc. que se cruzam na Nação são oriundas do interesse dos respectivos grupos sociais que controlam a administração Estatal. Como exposto acima e posteriormente exemplificado com a Guerra de Canudos e com a PNDR, os representantes estatais preocupam-se em tecer diretrizes organizacionais que pudessem levar os respectivos Estados à civilização, ao progresso, a modernidade (GALEANO, 1986). Desta maneira, uma determinada conjugação de forças do grupo social dominante centraliza a diversidade de interesses sociais. Ao centralizar, “esquece” que os que vem

²⁴ “Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos possuem coisas em comum e também que todos tenham esquecido muitas coisas”.

de “baixo”, muitas das vezes, podem ter outros sonhos. Segundo Hobsbawm (1998, p. 19 – 20):

[...] as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.

O que diretamente Hobsbawm (1998) destaca é que não é possível compreender o Estado-Nação sem colocá-lo frente às suas contradições. Não basta interpretar as normatizações que vem de cima, dos administradores Estatais, é de valia entender as dores, os cheiros, as alegrias, as tristezas etc. que participam da vida cotidiana dos que não possuem o controle institucional do poder. Entretanto, o que foi e “é” comum na gerência do Estado-Nação é o sombreamento ou a eliminação daquilo que não coaduna com a imagem de mundo pretendida por intermédio da ação do Estado. Schwarcz (2008, p. 16), em sua apresentação do livro *Comunidades Imaginadas*, de Anderson, contribui com o entendimento do conceito de Estado-Nação ao arguir que: “Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada”. Desta feita, argui-se que o Estado “busca” ser o representante da Nação, mas é, no máximo, o representante dos grupos sociais que o assume ou se consolida no poder de organização institucional (HARVEY, 2001).

A título de aprofundamento da discussão, apresentar-se-ão fragmentos do processo histórico brasileiro de transição da Monarquia para a República. O objetivo é averiguar o contexto Estatal que permeava o constructo intelectual e social de Euclides da Cunha.

2.1.2 A constituição do Estado-Nação Brasil: do Império à República

A Independência do Brasil é vista como marco fundante da Nação brasileira. Mesmo sendo criticado, o 7 de setembro de 1822: “[...] permaneceu como repositório da memória nacional, cuja simbologia ainda hoje é repetida nas escolas, apresentando o ato do príncipe como momento fundante da formação da nação” (SANDES, 2011, p. 18). Com a Proclamação da Independência, foi necessária, por parte do Império, a construção de símbolos que pudessem identificar o povo com o novo governo. Ou seja: “[...] no 1º e no 2º Reinado, ainda que premidos por dificuldades de toda ordem, se formulou um visível ‘desejo de memória’, expressão da vontade de formalizar uma tradição histórica” (SANDES, 2011, p. 18).

Schwarcz (2003) demonstra que a criação/invenção de uma memória oficial do Brasil no Império, por exemplo, ocorreu de forma com que a população não participasse. A autora destaca que o papel de arquitetar uma memória oficial ficou destinado ao IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – fundado em 1838)²⁵ e a Academia Imperial de Belas Artes (fundada em 1826); estas tinham por missão: “[...] ‘inventar um passado’, recuperar o presente e associar uma certa ‘aparência a uma essência’: um Estado idealizado por meio de seu soberano e de suas instituições quase ausentes” (SCHWARCZ, 2003, p. 353). Cabe lembrar que, a partir de 1840, o Estado, representado na figura do D. Pedro II, entrava com 75% da receita do IHGB. Segundo Schwarcz (2003, p. 358):

A participação do imperador não era apenas financeira. Através do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, D. Pedro II imiscuía-se em um grande projeto, que implicava não só o fortalecimento da Monarquia e do Estado, como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural.

Neste momento, a constituição do caráter nacional²⁶, impulsionada pelo movimento estético, intelectual do romantismo, foi, segundo Veloso, Madeira (1999, p.

²⁵ Sandes (2011, p. 19) prioriza a reflexão sobre o papel do IHGB: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) será o artífice principal dessa história pragmática, articulando o conhecimento disperso regionalmente em uma síntese histórica capaz de simbolicamente explicar e fundar o Brasil: índios, negros, brancos, história e geografia, guerras, acontecimentos, biografias, documentos, principalmente documentos. Todo esse acervo, mais que compreender, quer predizer o sentido de nossa evolução histórica”.

²⁶ Segundo Chauí (2000, p. 21): “O processo histórico de invenção da nação nos auxilia a compreender um fenômeno significativo, no Brasil, qual seja, a passagem da idéia de ‘caráter nacional’ para a de ‘identidade nacional’. O primeiro corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do ‘princípio da nacionalidade’

73), dada por intermédio da idealização do passado enquanto heroico, valorização do índio, concepção de natureza exuberante, grandiosa – o paraíso terrestre.

Posteriormente, no momento de transição da Monarquia para a República, também se tem a construção discursiva imagética oriunda da ideologia republicana. Conforme aponta Sandes (2011), o passado é, em partes, ressignificado aos interesses discursivos. Assim, por exemplo, a imagem de Tiradentes retorna com alusão a Jesus Cristo. Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado de Tiradentes, foi um dos líderes da incondição mineira (1789 – 1792). Esta, como destaca Andrade (1991), foi o primeiro movimento republicano na colônia portuguesa. Os burgueses mineiros viam no republicanismo a solução para a crise econômica e do fisco. Posterior ao levante de Minas Gerais e em Recife, PE, (1817), ocorreram outros levantes republicanos, ambos liderados pelas elites econômicas e intelectual, como a Independência da Bahia (1821 – 1823) e a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845). Estes movimentos foram silenciados pela força e a ideologia republicana ficou circunscrita a um grupo de políticos bem como de intelectuais que se esmeravam em solapar a Monarquia por meio do discurso. Desta feita, somente: “[...] quando o império começou a declinar, a partir de 1870, é que os republicanos se aglutinaram em sociedades, imprimiram jornais e se organizaram em um partido que disputava votos aos velhos partidos monarquistas, o liberal e o conservador” (ANDRADE, 1991, p. 70).

A ascensão do republicanismo e o declínio do governo monárquico foram concomitantes. O movimento republicano ganha força com a denominada geração de 1870. Este foi um grupo de homens letrados que além de condenar, como apresenta Sevcenko (1985), o Governo Imperial e a sociedade que dele deriva, pensavam alternativas políticas, econômicas e culturais. Desta feita, pregavam, os republicanos, a abolição, a república e a democracia.

Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos os abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos. Todos eles trazem como lastro de seus argumentos as novas idéias europeias e se pretendiam ser os seus difusores no Brasil. Tomemos apenas alguns exemplos dentre alguns dos mais notáveis desses homens. Inicialmente, Tobias Barreto, o sergipano em torno do qual iria se aglutinar a chamada Escola do Recife e cuja influência marcaria a obra de intelectuais de relevo como Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Arthur Orlando, Araripe Junior,

(1830 – 1880) e da ‘idéia nacional’ (1880 – 1918), enquanto a segunda parece no período da ‘questão nacional’ (1919 – 1960)”.

Capistrano de Abreu e Graça Aranha, dentre muitos outros (SEVCENKO,1985,p. 79).

Este mesmo autor (1985, p. 85) demonstra que a psicosfera voltava-se para a instrumentalização do conhecimento por intermédio dos preceitos modernos – para o caso estético de Euclides da Cunha, conforme Bosi (S. D.), pré-moderno - oriundos da redução da realidade em leis, conceitos e informações objetivas que facilitam o domínio:

Tratando de intelectuais voltados para a transformação de sua realidade e de filhos das últimas décadas do século XIX, o caminho não poderia ser outro. A crença no mito novecentista da ciência – intensificado na *Belle Époque* – consagrava-a como o único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas, as quais, instrumentalizadas pelo cientista, permitiriam o seu perfeito domínio. Uma ciência sobre o Brasil seria a única maneira de garantir uma gestão lúcida e eficiente de seu destino. Desacreditadas as elites tradicionais, só a ciência – e seus Prometeus portadores – poderia dar legitimidade ao poder.

Entrementes, o republicanismo como Partido, segundo Andrade (1991, p. 70), adotou uma postura utilitária; assim, procurou não se indispor com as elites agrárias e nem com os militares, pelo contrário, buscou seu apoio:

Desejando o poder, os republicanos foram muito pragmáticos, evitando se incompatibilizar com os grandes proprietários e se aproximando dos militares. Assim, na questão da abolição, os republicanos, como bloco, como partido, não participaram ativamente da campanha, apesar de numerosos jornalistas a eles ligados serem militantes abolicionistas. Na luta pela abolição se falava em abolicionistas republicanos e abolicionistas monarquistas, mas o Partido Republicano, como partido, não se posicionou. Esta atitude fez com que numerosos proprietários de escravos, quando se sentiram desprotegidos pela monarquia, apoiassem ou ficassem indiferentes à implantação da república. Quanto aos militares, eles não só demonstraram simpatia pelas reivindicações das forças armadas, como se aproximaram de militares positivistas que praticamente pregavam idéias republicanas nas escolas em que ensinavam. Benjamin Constant, como professor e Euclides da Cunha como aluno, foram declaradamente republicanos.

Segundo Schwarcz (1993), ao falar da *sciencia* no Brasil do fim do século XIX, os conceitos de liberalismo, determinismo e positivismo estavam em voga para os intelectuais inspirados no movimento de 1870. Para reverberar seu dito, faz referência à *apresentação* do antigo jornal Província de São Paulo - fundado em 4 de janeiro de 1875 -, o hoje O Estado de São Paulo: “[...] moderno, fruto de uma cidade progressista, científica e laboriosa. Em suas páginas se dará publicidade a todo um ideário evolutivo-

positivista, sendo sua prática a divulgação cotidiana de mestres europeus, entre eles Darwin, Spencer e Comte” (SCHWARCZ, 1993, p. 32).

De acordo com esta autora (1993), os ideais deterministas foram, além do jornal, largamente divulgados por meio da literatura; as obras romanescas tinham como base de suas tramas discursivas o determinismo representado nas atitudes e nas características físicas e mentais das personagens. Já o liberalismo tem origem nas ideias de Adam Smith (1723 – 1790). Schwartzman (2004, p. 24) evidencia que a diretriz do pensamento liberal de Adam Smith localiza-se na:

[...] noção de que a sociedade deveria ser entendida como o produto agregado das decisões individuais, não apenas na economia, mas também na ação política e no relacionamento social; da crença em que, quanto menos governo houver, melhor; e da noção de que instituições, cultura, ideologias e sistemas de valores só podem desempenhar papéis relevantes se estiverem alinhados e contribuirão para o fortalecimento das tendências individuais e das trocas livres de mercado.

O apresentado por Schwartzman (2004) dialoga com o dito por Faoro (2000, p. 111) acerca do que era ser moderno no Brasil do fim do século XIX e início do XX:

Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança, será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas.

Conquanto, o Liberalismo, no Brasil, se fez a partir das especificidades da realidade econômica e social. Bosi (1992) evidencia que o liberalismo brasileiro é contraditório por se organizar politicamente e economicamente pela livre concorrência de mercado, contudo, a força de trabalho para otimizar a produção é a escrava. Diante disso, Bosi (1992, p. 196) argumenta que: “Ora, esse liberalismo ativo e desenvolvimento simplesmente não existiu, *enquanto ideologia dominante*, no período que se segue à independência e vai até os anos centrais do Segundo Reinado”. O supracitado (1992) argui que a utilização da mão-de-obra escrava assenta-se na alegação de direito natural de desigualdade – determinismo -, desta feita, no território nacional, tem-se a contradição entre o aceitar o liberalismo e rejeitar a possibilidade de democracia. Bosi (1992)

exemplifica com uma citação do jornalista e poeta Evaristo de Veiga (1799 – 1837), quando este aceita o liberalismo econômico, mas rejeita a democracia por três motivos:

[...] (1º) ao fato da desigualdade, estabelecida pela natureza, entre as capacidades e as potências individuais; (2º) ao fato da desigualdade de capacidades provocadas pela diferença de posições; (3º) a experiência do mundo que viu sempre os tímidos seguirem aos bravos, os menos hábeis obedecerem aos mais hábeis, as inferioridades naturais reconhecerem as superioridades naturais e obedecerem. O princípio da soberania do povo, isto é, o direito igual dos indivíduos à soberania, e o direito de todos os indivíduos de concorrer à soberania é radicalmente falso porque, sob pretexto de manter a igualdade legítima, ele introduz violentamente a igualdade onde não existe e viola a desigualdade legítima (VEIGA, *apud*. BOSI, 1992, p. 217).

O positivismo, por sua vez, surge na primeira metade do século XIX com Augusto Comte (1798 – 1857). No Brasil, a discussão avolumou-se na década de 1870, principalmente nas cidades de Rio de Janeiro e de Porto Alegre (BOSI, 1992). Conforme Chauí (2000, p. 43), os positivistas seguiram as teorias de Comte sobre o Estado, entendiam que: “[...] cabe ao organismo estatal realizar a economia política, isto é, controlar a anarquia econômica; e a de realizar a integração e a harmonia das classes sociais, particularmente o proletariado”. Ampara-se que somente por meio da ordem estabelecida pelo Estado pode se chegar ao progresso.

Desta feita, liberalismo, determinismo e positivismo se inserem:

[...] na formação de um novo imaginário nacional a partir da década de 1870, o qual, entre 1888 e 1900, se consolidou por meio de uma mudança política e cultural que reinscreveu a ordem social anterior dentro da nova, pautada por valores sintetizados no modo positivista de ordem e progresso (MISKOLCI, 2012, p. 22).

Ou seja, somente com a construção de um povo ordeiro, moderno é que as adversidades naturais e sociais poderiam ser vencidas, e, assim, se chegaria ao progresso. Este era o desafio para os republicanos, superar os entraves criados pela administração imperial – como será observado no direcionamento discursivo de Euclides da Cunha.

Além do movimento intelectual em prol da República, segundo Andrade (1991), de forma genérica, há a indisposição do Império com outros setores importantes na manutenção do Estado. Dos problemas políticos, aos poucos, o Império “criou” indisposição com o setor religioso, militar e agrário. Com o religioso o impasse estava na participação da Maçonaria nas atividades públicas. Momento alto do impasse foi quando um Bispo de Olinda e outro de Pernambuco condenaram a Maçonaria e foram presos a

mando de D. Pedro II. Mesmo após liberar os Bispos por intermédio da anistia, em 1875, o império não recuperou sua imagem perante os católicos (ANDRADE, 1991). Os militares, por sua vez, buscavam uma maior participação no cenário político nacional. Galvão (1984) apresenta que o exército, a partir da segunda metade do século XIX, estava em ascensão, principalmente a partir dos anos de 1860, momento em que se estabeleceu a organização de um grande contingente para lutar na Guerra do Paraguai / da Tríplice Aliança. Para Andrade (1991, p. 67):

A questão militar resultou do desejo das forças armadas de ocuparem um espaço político mais amplo, e a consciência que tomaram de sua força quando, em 1868, a divergência entre o então marquês de Caxias, comandante das forças aliadas em lutar no Paraguai e o presidente do Conselho de ministros, Zacarias de Gois e Vasconcelos, provocou a queda do ministério e a dissolução da Câmara, a fim de que se fizesse um governo conservador, correligionário do general.

A indisposição com o setor agrário ocorreu devido às contínuas políticas de combate ao tráfico de escravos brasileiro incentivado pelo interesse liberal da Inglaterra. No Brasil, a política de combate ao tráfico negreiro foi intensificada a partir da segunda metade do século XIX; primeiro se tem a abolição do tráfico (1850), seguido de uma débil repressão da fiscalização que não permitisse tal comércio, posteriormente foi criada a Lei do Ventre Livre (1871) e, por fim, a Lei Áurea (1888).

Outro fato que contribuiu com a desestruturação das bases de sustentação do Império foi a centralização política. Os presidentes das províncias eram escolhidos pelo imperador, que, por sua vez, escolhia entre os partidos dominantes: os conservadores e os liberais. Com esse critério, na maioria das vezes, eram selecionados presidentes que não tinham ligação com as localidades que iam administrar, servindo, muitas vezes, como área de passagem para a Câmara ou para o Senado. O fato era tão emblemático que Andrade (1991) destaca que Joaquin Nabuco (1849 - 1910), monarquista, precipitava-se em falar da necessidade de federalizar o Império para evitar possíveis levantes.

Do ponto de vista econômico, o país estagnava-se na produção e exportação de produtos primários (FURTADO, 1968), pois a burguesia local não fomentava o processo de industrialização. O governo imperial, por seu lado, não investia em equipamentos que permitissem a industrialização e a maior circulação de produtos e pessoas no território nacional bem como para o estrangeiro. Segundo Andrade (1991), somente na segunda metade do século XIX que o governo incentivou a construção de estradas de ferro e de portos. Contudo, o investimento nesses itens, bem como o processo

de introdução do processo industrial do Brasil ocorreu a partir do capital estrangeiro. Nas palavras de Andrade (1991, p. 66):

Mesmo assim, para construir portos, estradas de ferro e indústrias, caminhou o império para uma política de concessões a capitais estrangeiros e estes passaram a controlar a economia do país. Industriais arrojados, como o Visconde de Mauá, que aplicou capitais nos mais diversos setores – construção de estradas de ferro, de portos, em navegação, em bancos -, não recebeu estímulos governamentais e faliu completamente desprotegido.

Diante do intenso cenário de descontentamento por parte da elite brasileira, no dia 15 de novembro de 1889, a República é proclamada sem o uso da força²⁷. Com a República, acompanha-se o “desejo do Estado-Nação” Brasil ser moderno, em que o passado - escravocrata, colonial e imperial - seja superado em prol do progresso que, por intermédio da ação estatal, há de chegar; conforme Miskolci (2012, p. 24):

O desejo da nação era um desejo de modernidade compreendido como a necessidade de reformar a ordem social por meio de uma intervenção orientada estrategicamente. Necessidade que se impunha a despeito das divergentes visões sobre como perseguir o caminho do progresso deixando para trás nosso passado colônia e escravista.

Este contexto poderia ser resignificado de várias formas, uma delas, seguindo a proposta desta tese, está registrada na literatura de *Os Sertões*.

²⁷ O militar Deodoro da Fonseca (1827 – 1892) assume o Governo provisório no momento de transição, passado a instalação das instituições republicanas o mesmo é eleito presidente com o apoio das elites dirigentes do país.

2.2. Os Sertões

2.2.1 Raça, cultura e natureza em *Os Sertões*

Em *Os Sertões* (1967), a questão racial não se desvincula dos aspectos culturais/históricos e físico/natural em que se insere. Isto pode ser observado a partir das diferenciações que Euclides da Cunha (1967) tece sobre as miscigenações ocorridas no território brasileiro. Entretanto, devido aos objetivos da tese, localizar-se-á a distinção que o autor realiza acerca da miscigenação do litoral e do sertão na produção da nacionalidade brasileira.

Assim, para Euclides da Cunha (1967, p. 101): “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, pois: “Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. No capítulo: *Causas favoráveis à formação mestiça dos sertões distinguindo-a dos cruzamentos no litoral*, evidencia que o fato dos sertanejos estarem insulados e envoltos por um ambiente único, com: “[...] a flora agressiva, o clima impiedoso, as secas periódicas, o solo estéril crespo de serranias desnudas [...] região ingrata para a qual o próprio tupi tinha um termo sugestivo *pora-pora-eima*²⁸” (CUNHA, 1967, p. 94), fez com que a miscigenação se produzisse por intermédio de uma maior inter-relação entre o índio e o branco; assim, permitiu o aparecimento de um mestiço melhor definido, pois, segundo Euclides da Cunha (1967, p. 96): “A mestiçagem extremada é um retrocesso”. Em *Os Sertões* (1967, p. 93), se lê:

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamentos uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo.

O autor se utiliza da metáfora do Hércules-Quasimodo²⁹ para designar o sertanejo do norte baiano, homem forjado na dureza da lida cotidiana, mas o seu aspecto

²⁸ Segundo Euclides da Cunha (1967, p. 94), esta palavra significa: “Lugar despovoado, estéril”.

²⁹ A adjetivação do sertanejo de Euclides da Cunha é, além de originária do mito Grego, influenciada por Victor Hugo (1957, p.44) em *O Corcunda de Notre Dame*: “Uma cabeça formidável, erriçada de uma cabeleira ruiva; entre os dois ombros uma bossa enorme que, com o movimento, fazia vulto por diante; um sistema de coxas e de pernas tão singularmente descambadas que apenas se podiam aproximar pelos joelhos e que, vistas de frente, pareciam duas lâminas recurvas de foices, unidas pelo cabo; pés largos, mãos monstruosas; e, com toda esta disformidade, não sei que ar de forte, todo ele vigor, agilidade e coragem; estranha exceção à eterna regra que pretende que a fôrça, do mesmo modo que a beleza, resulte da harmonia. Tal era o papa que os loucos acabavam de eleger”.

visual é de um fraco: “[...] a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente” (CUNHA, 1967, p. 101). Porém, o aspecto visual engana, no mínimo sinal de necessidade: “[...] O homem transfigura-se. Impertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto” (CUNHA, 1967, p. 102). O que se evidencia na descrição do sertanejo em *Os Sertões* é, segundo Bernucci (1995, p.87), o caráter dialético:

Assim, nessa definição antológica e antitética do sertanejo dada por Euclides exemplifica-se de modo claro o raciocínio dialético do autor. Apresentada a tese (O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral), busca-se a antítese (A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica-impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas...) e finalmente chega-se a síntese (Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude).

Por sua vez, o litorâneo, segundo Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1967), miscigenou com maior intensidade com o negro. A localização geográfica, acompanhada das funções econômicas que se estruturavam no litoral priorizou o trabalho escravo dos negros. O mulato, homem do litoral, segundo Euclides da Cunha (1967, p. 97), é um ser que sofre de perturbações mentais, é triste, apático, sem robustez, enfim: “[...] o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores”.

Euclides da Cunha tecia suas comparações interpretativas sobre a miscigenação a partir das ideologias, das crenças e dos valores que vivenciava. Não entendia como grande parte dos viventes do litoral, mesmo recebendo as informações e a civilidade que chegavam por intermédio do oceano, não conseguia contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento do país: “[...] não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu” (CUNHA, 1967, p. 98).

O que se evidencia em *Os Sertões* é que se estabeleceu uma: “[...] distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral” (CUNHA, 1967, p. 83). A justificativa para sua interpretação analítica estava no isolamento. Os sertanejos herdaram a coragem, a força, a valentia do índio, forjando, assim, uma “raça” autêntica, forte. Murari (2007, p. 131) evidencia que o ambiente sertanejo, nas concepções de Euclides da Cunha³⁰, é propício para a formação de uma raça histórica:

³⁰ A partir da teoria racial sobre o Estado do sociólogo polonês Gumplowicz (1839 – 1909).

O conceito de raça histórica fornece ao autor (Euclides da Cunha – adendo) uma brecha para que o sertanejo escape à “maldição do mestiçamento”. É, neste ponto, uma síntese perfeita a proposição de que o homem sertanejo é um retrógrado, não é um degenerado, ou seja, estaria atrasado na linha do tempo evolutivo, mas teria tido condições de vencer a heterogeneidade de seus elementos formadores, ao contrário do eternamente instável mestiço do litoral.

Para Euclides da Cunha (1967), os sertanejos, superados os três séculos de “distância” que os separavam do litoral, conseguiriam se tornar evoluídos, sem a degeneração que atingia o litoral. Como pode ser visto em *Os Sertões*, o sertanejo:

É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia. A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afina da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente (CUNHA, 1967, p. 100).

O autor aqui analisado expõe que o próprio mestiço do litoral compreende a importância da evolução racial, pois isto garantirá a sua existência:

As leis naturais pelo próprio jogo parecem extinguir, a pouco e pouco, o produto anômalo que as viola, afogando-o nas próprias fontes geradoras. O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima de cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida (CUNHA, 1967, p. 97).

O interessante é perscrutar o imaginário espacial presente no discurso euclidiano, o que ele apresenta é a forma com que se orienta em seu mundo e o projeta. Neste momento, cabe aqui suscitar dois questionamentos sobre a orientação discursiva euclidiana. O primeiro é evidenciado por Santos (1997b) a partir das cogitações de Roquette-Pinto (1884 – 1954). Roquette-Pinto, segundo Santos (1997b, p. 247), critica Euclides Cunha e afirma que ele se engana em limitar o cruzamento do sertanejo do norte com o índio e o branco: “Para Roquette-Pinto, as próprias descrições dos canudenses nas páginas de *Os Sertões* demonstram que o ‘poviléu de Canudos’ tinha ‘fartas gotas de sangue negro’ correndo em suas veias” (ver imagem 1).

Imagem 1: Parte da foto tirada por Flávio de Barros - no momento de rendição das crianças, mulheres e idosos no fim da Guerra de Canudos - exposta no Parque Estadual de Canudos. Ao fundo da imagem, encontra-se parte do açude de Cocorobó que inundou Monte Belo.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (22/04/2014).

O segundo questionamento liga-se a interpretação de que o miscigenado do litoral seja um ser etnicamente decaído. Euclides da Cunha explicou como causa étnica a inserção indisciplinada, confusa e lenta dos mestiços do litoral as transformações sociais que adentravam pelo litoral. Interpreta-se, aqui, que o autor não compreendeu que os viventes do litoral, mesmo próximo das novidades, se viam distantes, não entendiam as novas demandas ideológicas, políticas e culturais que, principalmente, desde a década de 1870 se faziam presentes em partes do Brasil. Conforme destaca Lima (1998, p. 28), o engajamento político advindo de novas concepções de organização atrela-se à atuação de homens que tiveram a condição de se instruírem na Europa:

Os estudos sobre a gênese de uma *intelligentsia* no Brasil tendem também a realçar o papel da abolição da escravatura e da instituição da República em seu processo de formação. Esses dois fatos engajariam na ação política filhos de famílias tradicionais, educados na Europa – um círculo bastante reduzido das pessoas ilustradas da segunda metade do século XIX.

Destaca-se, a partir do supracitado, que mesmo a “porta” de entrada das inovações econômicas, políticas, culturais ser o litoral, grande parcela dos viventes desta localidade geográfica estava “distante” das novidades. Era, com intensidades, escalas e formas diferentes, uma distância geométrica e geográfica como a do sertanejo do norte baiano. No litoral, a geometria e a Geografia que aproximava era a mesma que distanciava. Por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, Capital nacional que se destacava no cenário internacional da época, município que Sevcenko (1985, p.55), ao estudar o contexto de formação do pensamento de Euclides da Cunha e de Lima Barreto, demonstra ter tentado promover as políticas de desenvolvimento moderno, contudo, frente à promoção desenvolvimentista moderna, houve o surgimento de verdadeiros infernos sociais:

Era aí nesse “centro” que as agruras da população humilde chegavam ao extremo. Se, em 1906, a densidade demográfica do subúrbio chegava a 191 habitantes por km², na zona urbana ela atingia 3928 pessoas por Km², dando plena substância à expressão “infernos sociais” com que Alcindo Guanabara, parafraseando Tolstoi, procurava caracterizar as zonas de maior concentração popular. Nesses núcleos é que se localizavam as habitações coletivas, precárias, insalubres e superpovoadas, já estigmatizadas por Aluísio Azevedo no seu *O Cortiço* em 1890.

A situação de precarização foi, segundo Sevcenko (1985), agravada a partir de 1888 com as constantes crises econômicas conjunturais devido à depressão da economia cafeeira, o alto gasto das campanhas militares que visavam à defesa do regime Republicano e a abrupta inserção de trabalhadores (escravos recém libertos, brancos e imigrantes) na capital do Brasil. Euclides da Cunha, conforme Sevcenko (1985), enquanto intelectual, procurou se orientar diante das tragédias sociais constantemente reproduzidas na cidade do Rio de Janeiro. Ao se orientar, procurar sentidos de si e de interpretação do Brasil, Euclides da Cunha foi influenciado por diferentes referenciais teóricos que se apresentam na escrita e na estruturação do pensamento desencadeado nas páginas de *Os Sertões*. Brandão (1996) diz que as referências que aparecem citadas diretamente em *Os Sertões* podem ser divididas em dois níveis: no primeiro plano, Comte, Darwin, Spencer e Taine e num segundo plano Buckle, Gumplowicz e Marx. Entretanto: “O fato de Euclides ter recebido todas estas influências, porém, não significa que ele o tenha feito de um passivo, pois ele não foi um simples ‘copiador’, mas assimilador e reelaborador” (BRANDÃO, 1996, p. 116).

A reelaboração teórica de Euclides da Cunha culminou na contradição e inovação em aceitar a miscigenação do sertão como a possibilidade de construção nacional e rejeitar a possibilidade pelo litoral devido ao “grau” de inferioridade racial. Este modo de olhar para o interior, por conseguinte para o sertanejo, segundo Souza (1997), Abreu (1998) e Brandão (1996), delimitou uma nova possibilidade de se pensar a construção nacional. Com isso, tornou um discurso instaurador (SOUZA, 1997) de um novo projeto para o Brasil. Instaura-se o discurso do olhar para dentro enquanto possibilidade de uma nação forte. Com *Os Sertões*, os sertões, com os sertanejos que os movimentam, tornam-se os lugares das possibilidades. Do espaço a ser transformado via a “inserção” da lógica civilizacional moderna. Dessa forma, raça, cultura e natureza representam, para Euclides da Cunha, o cenário de constituição da legitimação da barbárie denominada – pelos vencedores - Guerra de Canudos.

2.2.2 A formação de uma barbárie: Belo Monte em seu processo histórico

Imagem 2: Representação do cenário do conflito no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (22/04/2014)

Insulados no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas (CUNHA, 1967, p. 321).

A citação de Euclides da Cunha evidencia, em partes, as contradições da organização Estatal brasileira, em que determinados espaços não participavam de forma efetiva da formação política/administrativa; estes espaços eram recanteados, segundo Euclides da Cunha (1967), devido à falta de interesse dos administradores da colônia e, posteriormente, do império. Assim, ao falar do povoamento do sertão, visto como oposição de litoral, Ele afirma:

Povoara-se e cresceu autônoma e forte, mas obscura, desadorada dos cronistas do tempo, de todo esquecido não já pela metrópole longínqua senão pelos próprios governadores e vice-reis. Não produzia impostos ou rendas que interessassem o egoísmo da coroa (CUNHA, 1967, p. 87).

Euclides da Cunha (1967) diz que a formação do interior se deu por meio da inserção da criação de gado. Esta atividade, segundo o autor de *Os Sertões*, permitiu que surgissem os primeiros focos de colonização, contudo, como cumpriam atividades secundárias, não eram de interesse pela elite política e econômica nacional. Conforme Galeano (1986, p. 71), a produção açucareira, no período colonial, era uma das atividades mais rentáveis: “Durante pouco menos de três séculos a partir do descobrimento da América, não houve, para o comércio da Europa, produto agrícola mais importante que o açúcar cultivado nestas terras”.

Andrade (1973) reverbera para o fato de que a inserção do sertão a divisão do trabalho se deu pela criação de gado; os pontos irradiadores da colonização do Sertão foram Salvador, BA, e Olinda, PE, e que o caminho utilizado foram os rios. Além disso, ele (1973) destaca que a colonização aconteceu a partir da concentração de terras, poucas famílias, como Euclides da Cunha (1967) também apresenta, exerciam o controle territorial. Segundo Andrade (1973, p. 180):

Garcia d'Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía de Tatuapera – a famosa Casa da Torre – embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e, desde o governo de Tomé de Sousa, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetravam o Sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançarem o Rio São Francisco. Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da Casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda, pernambucana, portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí. Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento de sesmarias. Construíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes. Competindo com ela pela extensão das terras que possuía, só se compara a família do Mestre-de-Campo Antônio Guedes de Brito.

Conforme Furtado (1968), no desenvolver do século XVIII, houve a inversão dos papéis devido à estrutura organizacional produtiva apresentada entre o sertão pecuarista e o litoral açucareiro. Como destaca Galeano (1986), no século XVIII, há o

processo de declínio da economia açucareira nordestina. O declínio da economia açucareira é oriundo da proximidade das Antilhas ao mercado europeu, bem como a inserção de Barbados na produção açucareira mundial. Este autor explica que Barbados com solos virgens e melhores técnicas conseguia render mais que o nordeste brasileiro, este com solo empobrecido devido ao longo processo de exploração. Por fim, conclui que além da questão internacional, a constante rebelião de escravos e a descoberta de minerais preciosos em outras localidades no Brasil contribuíram para o enfraquecimento da economia açucareira.

Furtado (1968) assegura que a crise açucareira promoveu uma intensa migração das áreas litorâneas nordestinas para a extração mineral e para o sertão. No caso do sertão, milhares de indivíduos migraram para o interior nordestino a fim de conseguirem garantir a subsistência da família. O que acontece é que nas áreas de produção agrícola para exportação, segundo Furtado (1968), quando se tem a redução do lucro, há o aumento da quantidade de solos necessários para a produção. Como resultado, se tem a redução da oferta de alimentos básicos e seu consecutivo aumento de preços. Nas áreas de pecuária, por sua vez, as crises demoram a se alastrar, pois a população se alimenta do produto exportado.

Observa-se, assim, que a inserção do sertão na lógica da divisão territorial do trabalho nacional e, por conseguinte, internacional ocorreu de forma lenta. O sertão do tempo lento foi onde Antonio Conselheiro: “[...] fez como uma pesquisa de campo de vinte anos” (BARTELT, 2009, p. 41). Na literatura especializada (ANDRADE, 1973, BARTELD, 2009, OLIVEIRA, 1977), verifica-se que a pobreza assolava todos os cantos do Sertão nordestino. Bartelt (2009) e Moniz (2001) destacam que inclusive esta situação, como será visto adiante, favoreceu a formação de Belo Monte, bem como contribuiu efetivamente em sua defesa quando foi atacado.

Conforme interpreta Moniz (2001), Conselheiro se destaca no sertão não somente por suas ações, suas palavras traziam esperança para os moradores desta terra ignota. Conselheiro tinha como princípio a defesa da moralidade religiosa atrelada às diretrizes monárquicas em favorecimento dos produtores familiares historicamente espoliados. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1967, p. 158) evidencia que Antonio Conselheiro: “Viu a República com maus olhos e pregou, coerente, a rebeldia contra as novas leis”. Segundo este autor, Antonio Conselheiro via com muito pesar a consolidação do casamento civil e a cobrança de impostos que nada faziam ou contribuía para a população assolada pelas intempéries do ambiente vivido – seca. A título de exemplo da

revolta de Conselheiro com os (des)mandos do governo republicano, Euclides da Cunha (1967), romanceia a passagem em que este indignado com a fixação, nas Câmaras municipais, de tábuas que regulamentavam a cobrança de impostos e outras atividades inerentes à organização municipal, formou um levante de sertanejos:

Ao surgir esta novidade Antonio Conselheiro estava em Bom Conselho. Irritou-o a imposição; e planeou revide imediato. Reuniu o povo num dia de feira e, entre gritos sediciosos e estrepitar de foguetes, mandou queimar as tábuas numa fogueira, no largo. Levantou a voz sobre o “auto da fé”, que a fraqueza das autoridades não impedira, e pregou abertamente a insurreição contra as leis. (CUNHA, 1967, p. 158).

Bartelt (2009) reverbera para o fato de que Antonio Conselheiro modifica seu comportamento após o ato realizado em 1893, contudo, suas ações começam a ser delineadas a partir da Constituição Republicana (1891). No que toca a formação de Belo Monte, este autor evidencia que o conflito entre os conselheiristas e as tropas estaduais, na cidade de Masseté, ocorrido após a queima das leis, levou Antonio Conselheiro a procurar um abrigo. Na trama literária euclidiana, se lê que após o ocorrido Antonio Conselheiro resolve ir embora, foi com o: “[...] rumo firme, em cheio para o norte” (CUNHA, 1967, p. 159). E continua o relato dizendo que por tempos Antonio Conselheiro não caminhava sozinho, sempre estava em companhia de seus fiéis. Juntos: “[...] atravessaram serranias íngremes, tabuleiros estéreis e chapadas razas, longos dias, vagorosamente, na marcha cadenciada pelo toar das ladainhas e pelo passo tardo do profeta...” (CUNHA, 1967, p. 159).

Bartelt (2009) evidencia que se soma ao descontentamento promovido pela separação entre Estado e Igreja a já comentada cobrança de Impostos. A partir da constituição de 1891, o Estado delegou aos estados da federação a legislação sobre a arrecadação de impostos. Como parte significativa dos estados estava endividada, como o caso do governo baiano, houve o aumento da cobrança da participação dos municípios na arrecadação estadual. Devido ao aumento da participação do estado nas receitas municipais, os dirigentes das cidades buscaram criar novos impostos e aumentar as taxas dos já existentes. Como no sertão praticamente não existiam manufaturas ou indústrias, a arrecadação municipal volta-se para o consumo e a base da economia, o comércio de gado. Nas palavras de Bartelt (2009, p. 41):

A distribuição desses impostos recolhidos provocou uma briga significativa na Primeira República entre governos municipais e estaduais, que foi resolvida às custas da população empobrecida do

interior. A situação tornou-se mais difícil, com casos frequentes de abusos. Nos vastos territórios do sertão, as autoridades transferiram o recolhimento fiscal para intermediários privados, que eram especialmente tentados a se aproveitar, em benefício próprio, da falta de controle e da instrução escolar deficiente dos sertanejos. Além da dificuldade dos lavradores com o sistema métrico, o fato de cada feira criar tabelas próprias de impostos facilitava ainda mais o abuso.

Segundo o supracitado (2009), a feira era o local em que se centralizava a arrecadação municipal. Era na feira que o excedente da produção local e regional era comercializado, desta forma, se facilitava a cobrança dos tributos. Também era na feira o local dos encontros e dos abusos. Um desses casos mereceu destaque em um dos sermões de Antonio Conselheiro. Este viu uma mulher ser taxada em 100 réis, contudo, em sua esteira de palha, havia 80 réis de produtos a ser vendidos (BARTELT, 2009).

A partir deste ambiente de descontentamento, em 1893, Antonio Conselheiro funda a vila de Belo Monte, o local escolhido foi a Fazenda Canudos. Canudos, segundo Euclides da Cunha (1967, p. 160), era uma antiga fazenda (ver imagem 3) que após a chegada dos conselheristas se transforma. Canudos estava em plena decadência; seu território era habitado, desde 1876, por uma: “[...] população suspeita e ociosa, ‘armada até os dentes’ e cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudo de metro de extensão” (CUNHA, 1967, p. 160).

Imagem 3: Ruínas do alicerce da sede da Fazenda Canudos, localizada no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (22/04/2014)

Com a chegada do grupo, Euclides da Cunha relata que rapidamente o local tornou-se um denso povoado, batizado de Belo Monte. Muitos sertanejos saíram de seus municípios de vários estados nordestinos para se juntarem a Antonio Conselheiro. A título de exemplo, Euclides da Cunha (1967, p. 161) cita o relato feito pelo Barão de Jeremoabo, BA:

Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas, e até do Estado de Sergipe, ficaram desabitados, tal a aluvião de famílias que subiam para Canudos, lugar escolhido por Antônio Conselheiro para o centro de suas operações. Causava dó verem-se expostos à venda nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino, etc., além de outros objetos, por preços de nonada, como terrenos, casas, etc. O anelo extremo era vender, apurar algum dinheiro e ir reparti-lo com o Santo Conselheiro.

Na historiografia sobre Monte Belo, como verificado em Bartelt (2009), há distintas teses que apresentam o povoado administrado por Conselheiro; ora visto enquanto isolado ou em plena decadência ora compreendido como de papel de destaque

no sertão nordestino, possibilitando uma melhor qualidade de vida em relação ao restante dos sertões do Semiárido. Sobre a primeira tese, Bartelt (2009, p. 44), diz que:

Ao contrário do que pretende uma persistente tese de isolamento, Canudos estava situada numa região do sertão com raras precipitações e esparsamente povoada, mas, ao mesmo tempo, se encontrava no ponto de intersecção de várias estradas importantes de comunicação e de rotas comerciais.

Na segunda tese, se esmera em demonstrar que, para a realidade do sertão, Canudos se destacava. Segundo o autor supracitado, os números sobre o total da população de Belo Monte se contradizem, variando entre 10 a 35 mil habitantes. Após consultar a literatura sobre a temática, Bartelt (2009, p. 68), destaca um total de 10 mil habitantes vivendo em Canudos, contudo:

Mesmo sendo colônia de “apenas” dez mil habitantes, Canudos trouxe conseqüências significativas para a estrutura social e econômica da região. Num espaço de tempo muito curto, surgiu ali um importante fator econômico. A imigração, além de criar mercados e oportunidades de comércio e venda, reduziu simultaneamente as perspectivas comerciais de outros locais e abriu lacunas que, por sua vez, tiveram conseqüências tanto econômicas quanto políticas. Além disso, o arraial exerceu uma grande influência política.

O lugar exercia um atrativo para os sertanejos. Bartelt (2009) apresenta três círculos de influência e atração cuja somatória da relação destes círculos acaba por evidenciar o caráter regional de Canudos. A autoridade de Antonio Conselheiro estava ligada aos princípios religiosos; muitos sertanejos o viram como um elo com Deus. Entrementes, as práticas administrativas de Belo Monte, segundo Bartelt (2009, p. 76), reproduziam a Oligárquica:

Belo Monte foi, portanto, administrada de acordo com princípios oligárquicos, no sentido literal da palavra. A legitimidade do pequeno grupo de líderes não resultava de eleições, mas do prestígio ganho com suas próprias ações, bens e/ou proximidade com Maciel. O “domínio” de Maciel funcionava de modo análogo aos princípios coronelísticos – com uma diferença decisiva: não fundava seu poder em propriedades rurais e na dependência econômica daí resultante, nem em influências políticas, mas em sua legitimidade religiosa ou, se preferirmos, em sua santidade, em sua proximidade com Deus.

Como se observa, um dos atrativos de Belo Monte era o poder espiritual exercido pela figura de Antonio Conselheiro. Paralelamente, a administração acontecia de forma análoga à oligárquica. Acrescenta-se a abordagem de Bartelt (2009), conforme

Moniz (2001) e Nogueira (1974), que Monte Belo também era vista como a possibilidade de sair da miséria. Mesmo que, para Bartelt (2009), a relação de poder ocorresse de forma análoga à coronelística, o produzido em Monte Belo permitia uma condição de vida melhor em relação a grande parte do sertão; a antiga Fazenda Canudos foi vista, na época, como um Oasis (SOLA, 1991). Nogueira (1974, p. 11) interpreta que:

Aquela gente havia encontrado a reparação ao seu passado sofredor: roubadas as suas propriedades, expulsos das suas terras pelo fisco, pelos policiais desalmados, pelas autoridades ou seus agentes arbitrários e maus, pelos políticos sem sentimentos humanos. Vítimas da brutalidade e do egoísmo encontraram a terra de Canaã, guiados pelo seu chefe, cuja palavra até então fora sempre um bom conselho.

Monte Belo ganhou destaque no cenário regional e passou a incomodar a esfera republicana e a religiosa. No que toca à religiosa, Euclides da Cunha (1967) destaca que a Igreja Católica se incomodou com a grande influência exercida por Antonio Conselheiro no sertão. Padres e Freis, conforme este autor (1967) e Moniz (2001), relatavam aos seus superiores que muitos fiéis estavam a seguir as palavras de Antonio Conselheiro. Segundo Moniz (2001), o que diferenciava Antonio Conselheiro dos demais movimentos religiosos muito comuns na época era que sua palavra não somente prometia a libertação das mazelas vividas após a morte, mas também pregava, principalmente após o ocorrido em 1893, a necessidade de se construir um ambiente “diferenciado” na terra, em que os “escolhidos” pudessem se reproduzir sem sofrer as influências do “Cão”.

Ao ter sua hegemonia abalada no sertão, a Igreja buscou meios que limitassem ou eliminassem a atuação de Antonio Conselheiro. Dentre os meios utilizados, dois merecem destaques. O primeiro é antes a formação de Belo Monte, em que a Igreja começou a proibir que Antonio Conselheiro utilizasse da Cerimônia Religiosa para realizar sermões; o segundo, após a fundação de Belo Monte, foi a proibição dos religiosos de irem a esta localidade para a realização de atividades eclesásticas. Já as ações de Antonio Conselheiro, Euclides da Cunha (1967) mostra que foi o reverso da atitude da Igreja Católica, pois este aceitava a entrada dos membros religiosos para levar a Palavra Divina atrelada a sua forma ritualística.

Já os republicanos, segundo Euclides da Cunha (1967), estavam preocupados com o processo de unificação territorial. Não podiam aceitar que dentro do Estado-Nação houvesse formas de se fazer econômico, político e cultural a parte do institucionalizado. Os representantes políticos preocupavam-se com a incitação – seguindo o exemplo de

Canudos – de outros levantes sociais que buscassem a autonomia perante a República (MURARI, 2007).

No nível de articulação política local e regional, na escrita euclidiana analisada, não se verifica nenhuma referência. Simplesmente, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha expõe que os governadores da Bahia tem responsabilidade sobre o ocorrido, pois desde 1874 tem notícias sobre as andanças e atividades de Antônio Conselheiro, mas nada foi feito. Até mesmo quando, em 1893, os conselheiristas enfrentaram e vencem os policiais baianos enviados para repreendê-los pela manifestação contra o governo republicano, não houve ação por parte do governo estadual. N' *Os Sertões*, se lê:

Antônio Conselheiro há vinte e dous anos, desde 1874, era famoso em todo o interior do norte e mesmo nas cidades do litoral até onde chegavam, entretecidos de exageros e quase lendários, os episódios mais interessantes de sua vida romanesca; dia dia ampliara o domínio sobre as gentes sertanejas; vinha de uma peregrinação incomparável, de um quarto de século, por todos os recantos do sertão, onde deixara como enormes marcos, demarcando-lhe a passagem, as torres de dezenas de igrejas que construía; fundara o arraial de Bom Jesus, quase uma cidade; de Chorrochó à Vila do Conde, de Itapicuru a Geremoabo, não havia uma só vila ou lugarejo obscuro, em que não contase adeptos fervorosos, e não lhe devesse a reconstrução de um cemitério, a posse de um templo ou a dádiva providencial de um açude; insurgira-se desde muito, atrevidamente, contra a nova ordem política e pisara, impune sobre as cinzas dos editais das câmaras de cidades que invadira; destroçara completamente, em 1893, forte diligência policial, em Masete, e fizera voltar outra, de 80 praças de linha, que seguira até Serrinha (CUNHA, 1967, p. 201).

Euclides da Cunha (1967) não se aprofunda na leitura da estrutura de poder político que fez com que Canudos se configurasse numa questão nacional. Segundo Bartelt (2009), Canudos não é originário somente da disputa entre monarquistas e republicanos. Na historiografia republicana baiana, as contradições no processo de transição governamental, de Império para República, gerou instabilidades políticas somente amenizadas no ano de 1893, momento de formação do Partido Republicano Federal-Bahia. A formação deste partido é emblemática porque marca a bipartilização do movimento político na Bahia. O citado partido político disputa o poder com o Partido Republicano Conservador, liderado por José Gonçalves e o Barão de Jeremoabo. Em 1896, o Partido Republicano Federal-Bahia chega ao poder sob o comando de Luís Vianna. Como promessa de campanha, Luís Vianna busca “pacificar” o sertão. Conquanto, o prometido pode ser entendido como uso: “[...] dos meios públicos com a finalidade privada de ampliar sua área de poder e de influência no Estado” (BARTELT,

2009, p. 51). Pois, no ano de 1895, Luis Vianna, segundo Bartelt, (2009), traça um mapa da distribuição política do estado baiano. Como resultado, averigua que das quatro regiões estatais apenas a “região” que se colocava Antônio Conselheiro estava fora de sua influência:

[...] Vianna desenhou com isso um mapa da divisão política de poder na Bahia nos tempos de Canudos. Fica evidente que grande parte do “sertão do conselheiro”, da assim chamada área de acesso a Belo Monte, estava sob influência do partido de oposição PRC, uma vez que seus líderes, Gonçalves e Dantas Martins, eram proprietários dos mais importantes latifúndios da região e os controlavam politicamente (BARTELT, 2009, p. 53).

Entretanto, nas páginas de *Os Sertões*, ficou conhecido como o estopim da Guerra de Canudos à compra de madeira por parte de Conselheiro, que realiza o pagamento, mas não recebe a mercadoria. Segundo Euclides da Cunha (1967), o administrador de Juazeiro, BA, preocupado com a possível reação de Conselheiro, pede apoio ao governo baiano, que no dia 04 de novembro de 1886, envia cem soldados - sob o comando do Tenente Pires Ferreira - para evitar o conflito. Chegaram à cidade de Uauá no dia 19 de novembro, tendo o combate ocorrido no dia 21 de novembro, quando os soldados se depararam com dezenas de indivíduos com armas antigas: foices, facões e paus. Como resultado, foram necessárias mais três expedições do exército para eliminar o “inimigo da nação”.

2.2.3 Ação colonizadora em *Os Sertões*: produto(r) de des-conhecimento

Como evidenciado por Veloso e Madeira (1999), a obra *Os Sertões*, de certa maneira, foi uma *mea culpa*. Euclides da Cunha (1967) “buscou” colocar a tona as barbaridades cometidas pelo fanatismo do exército; fatos que omitiu ao cobrir a Campanha de Canudos. Contudo, em *Os Sertões*, observa-se que ao mesmo tempo em que apresenta os abusos cometidos durante a Campanha de Canudos, os justifica. Este caráter permite averiguar que diretamente o autor atua no sentido de legitimar o poder republicano instalado, pois imagina que a esfera organizativa republicana permitirá o crescimento e o desenvolvimento brasileiro a partir dos preceitos modernos ocidentais. A postura de defesa a República se inicia com dois artigos, já citados, denominados *A nossa Vendéia*. Estes artigos reverberam para a construção discursiva da marginalização e da monarquização de Antônio Conselheiro e de Monte Belo:

Como jornalista, começou a cobrir a revolta de Canudos e, em dois artigos intitulados “A nossa Vendéia” publicados em 1897 em o Estado de S. Paulo, contribuiu para a formação da opinião pública quanto ao caráter restaurador da monarquia do levante de Canudos (VELOSO, MADEIRA, 1999, p. 86).

Os dois artigos euclidianos publicados somaram com a produção de um “inimigo”; segundo Bartelt (2009, p. 93): “Para se produzir a representação de um inimigo é necessário que certos modos discursivos se repitam continuamente”. Bartelt (2009, p. 103) evidencia que o discurso sobre Monte Belo se fez a partir de desconhecimento, em fundamentações que não se respaldavam nas empirias sociais dos fatos:

Aqui também faltam provas ou fundamentações. Esse modo se mantém até a guerra de Canudos. Os textos posteriores continuam se referindo à prisão de Maciel em Itapicuru, em 1876, mas quase sempre deixam de mencionar que sua inocência foi provada. Conseguem credibilidade com estereótipos do discurso da ordem do Estado ou da “segurança pública”. Sobretudo a fórmula “perturbação da tranquilidade pública” se repete sempre, às vezes com variações (“perturbação da ordem”, “da segurança pública”). E a matriz interdiscursiva dá prosseguimento ao discurso “sertão”: a violência e a “energia criminal” da população sertaneja integram os paradigmas fundamentais.

Euclides da Cunha (1967), numa adaptação do discurso moderno da época, “busca”, como dito, se “redimir” do posicionamento teórico que postulou a partir das conjunções interpretativas sobre os conselheiristas. Em *Os Sertões*, pode-se averiguar que o discurso de desconhecimento produzido por Euclides da Cunha antes de sua ida a

Campanha passou a ser direcionado no entendimento das ações do governo republicano bem como do exército. Ou seja, para o autor (1967), o ato de desconhecimento que envolvia o governo republicano por não saber ou fingir não saber (BARTELT, 2009; MONIZ, 2001) o que movia os sertanejos de Canudos também envolveu as manobras do exército brasileiro, pois desconheciam o campo de batalha e as estratégias do inimigo.

O desconhecimento por parte da ação governamental, como mencionado acima, foi impulsionada por inúmeros discursos (jornalístico, religioso, político – elites locais/regionais – etc.) que pediam a rápida ação republicana contra o que institucionalmente se convencionou chamar de Canudos. - O perigo era a monarquia, diziam. Na trama literária euclidiana, há a citação de duas reportagens que impulsionaram a ação republicana contra aquele movimento supostamente monárquico. Primeiramente cita *O País*:

A tragédia de 3 de março em que juntamente com o Moreira César perderam a vida o ilustre coronel Tamarindo e tantos outros oficiais briosíssimos do nosso exército, foi a confirmação de quanto o partido monarquista à sombra da tolerância do poder público, e graças até aos seus involuntários alentos, tem crescido em audácia e fôrça (CUNHA, 1967, p. 319).

Segue com a citação do jornal *A Província de São Paulo*, de 1897: “Trata-se da Restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista. O mal é grande; que o remédio corra parselhas com o mal. A monarquia arma-se? Que o presidente chame às armas os republicanos” (CUNHA, 1967, p. 319). Zilly (1997) destaca que as matérias que localizavam os conselheiristas como monarquistas foram assimiladas pela imprensa internacional; como pode se observar na publicação, de 09/03/1897, do jornal *Le Temps* (*Apud. ZILLY, 1997, p. 75*):

Cette nouvelle a causé une vive émotion à Rio ou l’on soupçonne les monarchistes d’encourager les agitateurs de Bahia et de leus fournir les ressources et les armements dont ils disposent e dont on ignore la provenance. La populace a saccagé les bureaux des journaux monarchistes Liberdade e Gazeta da Tarde et a fait un autodafé avec leur matériel³¹.

Euclides da Cunha (1967) destaca o cenário de desconhecimento por parte do governo federal republicano. Inclusive esmera-se em perscrutar os “condicionantes”

³¹ “A notícia causou uma emoção no Rio ou a suspeita aos monarquistas do encorajamento dos agitadores da Bahia e o fornecimento de armas cuja proveniência é desconhecida. A população saqueou os escritórios dos jornais monarquistas Liberdade e Gazeta da Tarde e fez uma fogueira com seus equipamentos”.

sociais e naturais que levaram, segundo ele, os sertanejos a “baterem na pátria”. O desconhecimento dos governantes como resultado da não preocupação em se aproximar (levantamento de dados – político, econômico, cultural etc - e inserção estrutural), reverteu-se durante a ação militar. Como ressalta Murari (2007, p. 94), Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, concebe que: “[...] o grande inimigo das forças republicanas era o território sertanejo que, desconhecido, fornecia proteção aos jagunços, enganando, traindo e anulando os artefatos da guerra moderna”.

A título de exemplo, Euclides da Cunha³² (1967), ao retratar a Segunda Expedição, sob comando do Major Febrônio de Brito, dedicou um subcapítulo, intitulado *Triunfos Antecipados*, para evidenciar o quanto desconhecido e minimizado foi o ambiente e os sertanejos pelo Estado e pelo Exército. A Segunda Expedição, ao chegar à cidade de Monte Santo, antecipou a vitória, dando como certa a missão que se colocara a desenvolver. Aproximadamente 600 combatentes foram ao encontro dos conselheiristas, entretanto, antes do inimigo, enfrentaram a fadiga da marcha, nas palavras de Euclides da Cunha (1967, p. 251): “As fadigas da marcha abatiam-nas mais que o inimigo. O sol culminara ardente e a luz crua do dia tropical, caindo na região pedregosa e despida (ver imagem 4 no anexo 1), refluía aos espaços num flamejar de queimadas grandes alastrando-se pelas serras”. O Exército perdeu o confronto e teve que sair em retirada de volta à cidade de Monte Santo. Os moradores da pequena cidade, sentados em frente às casas, encostados no batente das portas ou escorados nas janelas, os viram entrar:

Cobertos de chapéus de palha grosseiros, fardas em trapos, alguns trágicamente ridículos mal velando a nudez com os capotes em pedaços, mas alinhando-se em simulacro de formatura, entraram pelo arraial lembrando uma turma de retirantes, batidos dos sóis bravios, fugindo à desolação e á miséria (CUNHA, 1967, p. 252).

A resposta dos dirigentes do Estado brasileiro foi a organização da terceira expedição, comandada pelo General Moreira César (1850 - 1897). Na época, o Brasil era presidenciado por Prudente José de Moraes Barros (1841 - 1902), que governou o Brasil de 1894 a 1898 e se afastou de 1896 a 1897, por motivo de doença, ficando a administração governamental brasileira a cargo de Manuel Vitorino. No tocante à organização militar, o Ministro da Guerra era Francisco de Paula Argollo, General de Brigada, que ficou no cargo de 04/01/1897 a 17/05/1897. Eles escolheram Moreira César

³² Aqui não se atará aos detalhes dos conflitos, se cita para expor a ação do exército relacionando-a com os “interesses colonizadores” do Estado.

por seus feitos na Guerra Federalista do Rio Grande (1893 – 1895). Neste conflito, o supracitado foi destacado para atuar em Santa Catarina, onde ganhou a alcunha de “corta cabeças”. Diante da urgência que se colocava: “[...] Antônio Moreira César, era quem parecia haver herdado a tenacidade rara do grande debelador de revoltas” (CUNHA, 1967, p. 260).

Hum mil e trezentos combatentes marcharam em direção a que chamavam Canudos sob o comando do General Moreira César. No caminho, sucede-se, na trama, um episódio que demonstra o ato de minimizar a força dos canudenses pelo desconhecimento. Durante a marcha para chegar a Canudos - Euclides da Cunha romanceia -, os soldados se viram envoltos por uma descarga de tiros. Uma coluna do exército sai em direção aos tiros, respondem à investida e retornam triunfantes: “O comandante em chefe abraçou, num lance de alegria sincera, o oficial feliz que dera aquele repelão valente no antagonista, e considerou auspicioso o encontro” (CUNHA, 1967, p. 287). Os soldados que fizeram a patrulha encontraram uma espingarda *pica-pau* e a mostraram para o general, que: “[...] disparou-a para o ar. Um tiro insignificante, de matar passarinho”; em seguida diz: “– Esta gente está desarmada...” (*ibidem*). Como resultado: “[...] reatou-se a marcha, mais rápida agora, a passos estugados” (*ibidem*).

Como se pode observar na narrativa de *Os Sertões*, o exército ampara-se orgulhosamente em seu arsenal e em suas técnicas modernas de combate. Os combatentes acreditavam - como nas outras missões - que o fim da missão estava próximo. Monte Belo estava a duas horas de caminhada, segundo Euclides da Cunha (1967, p. 289), o General Moreira César fala aos homens: “- Meus camaradas! como sabem estou visivelmente enfermo. Há muitos dias não me alimento; mas Canudos está muito perto... [...] – Vamos almoçar em Canudos! disse, alto”. Conforme o autor (1967), este convite fez com que ao chegarem ao destino já se iniciassem o conflito. O resultado foi à derrota do exército.

A narrativa descreve/romanceia o cenário da Guerra. Iniciaram a batalha com balas em vários pontos da cidade, vieram a explosão dos casebres e o início do incêndio, quando foi decidido pelo comandante da companhia do 7º regimento: “- Vamos tomar o arraial sem disparar mais um tiro!... à baioneta!” (CUNHA, 1967, p. 293). Os soldados desceram o morro em passo acelerado, foram recebidos a tiros, mas parte dos soldados consegue adentrar na cidade, entretanto, os representantes do governo não conseguiam se orientar, pois não compreendiam a lógica daquele: “[...] montão de casebres, presos

em rêde inextrincável de becos estreitíssimos” (CUNHA, 1967, p. 290³³). Este autor (1967, p. 299) continua a relatar a situação dos que assaltavam Canudos:

De sorte que nestas correrias desapoderadas, presos pela vertigem perseguidora, muitos se extraviaram, às tontas, no labirinto das vielas; e tentando aproximar-se dos companheiros, desgarravam-se mais e mais – quebrando, a esmo, mais esquinas breves, perdidos por fim, no arraial convulsionado e imenso.

Por parte dos sertanejos, conforme indica Euclides da Cunha (1967, p. 299), não havia manifestação de desânimo, pois estavam firmes no propósito de defender Canudos dos anticristos. Os soldados, por sua vez, devido à repentina investida contra os conselheiristas, estavam cansados e com fome. Exemplificador é o momento em que o narrador de *Os Sertões* aponta que estes soldados, após expulsar os sertanejos de suas casas, começavam o saque, comiam o que estava à vista e bebiam a água que encontravam, entretanto: “Os jagunços à porta assaltavam-no. E invertiam-se os papéis, revivendo o conflito, até baquear no chão – cosido à faca e moído a pauladas, pisado pela alpercata dura, o lutador imprudente” (CUNHA, 1967, p. 298). Prevendo a derrota, uma cavalaria foi enviada, porém, ao chegarem ao rio Vaza-Barris, que dava acesso a Monte Belo, se viram cercados por tiros. Com o susto, os cavalos empinaram até iniciar o recuo. Segundo o narrador de *Os Sertões* (1967), Moreira César resolve estimular seus combatentes, descendo a cavalo onde seus comandados se veem impelidos de continuarem em direção à cidade, é alvejado e sai de ação, ficando, após o incidente, responsável pelo comando da expedição o Coronel Tamarindo. Diante de todos os problemas do conflito, se resolve pela retirada. O Coronel Moreira César, ferido, impugnou tal postura:

[...] a princípio calmo, apresentando os motivos inflexíveis do dever militar e demonstrando que ainda havia elementos para uma tentativa qualquer, mais de dois terços da tropa apta para o combate e munições suficientes; depois, num crescendo de cólera e de angústia, se referiu à mácula que para sempre lhe sombrearia o nome. Finalmente explodiu: não o sacrificassem àquela covardia imensa...” (CUNHA, 1967, p. 305).

³³ Brandão (1996, p. 58), ao interpretar o pensamento de Antônio Candido sobre Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, verifica o seguinte argumento de crítica que, porém, não diminui a grandeza da interpretação euclidiana: “Teria (Euclides da Cunha) deixado a desejar, também, quando, ao analisar Canudos como organização social – ‘tapera colossal que parecia esterografar a feição moral da sociedade ali acoitada’ – não percebeu que a ‘Tróia de taipa dos jagunços’, em vez de representar um fenômeno patológico de desorganização social, significava, inclusive, uma tentativa desesperada de uma nova organização, nova integração, com novas formas de ajustamento coletivo, isto é, uma solução própria que reforçasse a coesão grupal ameaçada pela interferência urbana. Nem por isso, arremata o autor de *Parceiros do Rio Bonito*, ou talvez por causa disso tudo, a sua interpretação não é menos genial.”

Contudo, a retirada não foi organizada, dada por estratégias militares comuns a este momento de Guerra, assim: “Não retirava, fugia” (CUNHA, 1967, p. 307). Como resultado, para o autor (1967, p. 312), a expedição de Moreira César: “[...] parecia ter tido um objetivo único: entregar-lhes tudo aquilo, dar-lhes de graça todo aquele armamento moderno e municia-los largamente”.

A confiança exacerbada por parte dos comandantes acompanhada do desconhecimento dito acima, fez com que as três expedições anteriores não objetivassem êxito. Fugiram, recuaram diante de um inimigo respaldado não por discursos políticos e/ou econômicos e sim na força que há séculos movia os sertanejos: a fé. Neste contexto religioso, os sertanejos viam em Conselheiro o representante *mor* dos desígnios de Deus na terra. Desta feita, a fé que movimentava a vida dos sertanejos fez com que não faltassem lutadores:

Porque a universalidade do sentimento religioso, de par com o instinto da desordem, ali agremiara não baianos apenas senão filhos de todos os Estados limítrofes. Entre o “jagunço” do S. Francisco e o “cangaceiro” dos Cariris, surgiam, sob todos os matizes, os valentões tradicionais dos conflitos sertanejos, variando até então apenas no nome, nas sedições parceladas, dos “calangos”, dos “balaivos” ou dos “cabanos” (CUNHA, 1967, p. 273).

Euclides da Cunha (1967) destaca que decorrido três meses houve a organização da Quarta, e última, Expedição. O comando ficou a cargo de Artur Oscar de Andrade Guimarães, que, por meio do telégrafo, aponta que: “Tôdas as grandes idéias têm os seus mártires; nós estamos voltados ao sacrifício de que ao fugimos para levar à geração futura uma República honrada, firme e respeitada” (GUIMARÃES, *apud*. CUNHA, 1967, p. 327). A historiografia diz que esta expedição foi composta por aproximadamente 6.000 combatentes, divididos em duas colunas. O destaque é que a expedição avançou no entendimento de dois elementos que dificultavam a vitória do exército republicano: o desconhecimento e o isolamento.

O exército, a partir de sua junta de engenheiros, acreditava ter conseguido administrar três ações que levariam a campanha à vitória: forças bem abastecidas de alimentos e de munição, maior mobilidade da tropa e adaptação ao relevo e às condições faunística. Euclides da Cunha (1967, p. 333) ironiza tal argumento militar, dizendo que as três medidas não foram totalmente alcançadas. Primeiro a tropa saiu com meia ração; segundo, a mobilidade estava reduzida devido ao armamento escolhido para o combate

(ver imagem 5); por exemplo, a: “[...] Withworth de 32, pesando 1.700 quilos! A tremenda máquina, feita para a quietude das fortalezas costeiras” (CUNHA, 1967, p. 334). E, terceiro, o adaptar ao ambiente se deu somente para um batalhão de soldados, geralmente escolhidos entre os “filhos do Norte”. Os selecionados se vestiam com as roupas dos sertanejos para as investidas na Caatinga.

Imagem 5: “A Matadeira”. Esta fica exposta no centro da cidade de Monte Santo, na praça central. A frente da histórica arma, tem um monumento de Antonio Conselheiro (ver imagem 6 no anexo 2).



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014)

A marcha até Monte Belo foi feita com muitos contratemplos, desde os constantes ataques dos conselheiristas, bem como a necessidade de: “[...] abrir mais de uma légua de picada contínua através de uma caatinga feroz que naquele trecho justifica bem o significado da denominação indígena do lugar³⁴” (CUNHA, 1967, p. 342). No caminho da Quarta Expedição, outro fato chamou a atenção da narrativa euclidiana, foi o encontro com os combatentes da Terceira Expedição: “Decapitaram-os. Queimaram os

³⁴ “Ju-etê – espinho grande – por extensão: espinheiral, grande espinheiro” (CUNHA, 1967, p. 342).

corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces voltadas para o caminho” (CUNHA, 1967, p. 313). Segundo Euclides da Cunha (1967, p. 324), este encontro fez com que aumentassem o sentimento de vingança que o exército adota junto com os representantes políticos republicanos; em suas palavras: “Os Governadores de Estados, os Congressos, as corporações municipais, continuaram vibrantes no anelo formidável da vingança [...] persistiu, como aspiração exclusiva, o esmagamento dos inimigos da República, armados pela caudilhagem monárquica”.

Em *Os Sertões*, há o relato de que no dia 27 de junho o exército chega a Canudos, e lá se depara com insucessos, pois foram envoltos pelas estratégias dos canudenses melhores armados. Os soldados, assim, se depararam frente a um inimigo: “[...] sinistro que os rodeava, intangível, surgindo por toda a parte e por toda a parte invisível” (CUNHA, 1967, p. 355). Por fim, a Quarta Expedição demorou três meses para conseguir vencer os conselheiristas; como escrito por Euclides da Cunha (1967, p. 417):

Tôda a expedição iria despende trêz meses para a travessia de cem metros, que a separavam do ápside da igreja nova. E no último dia de sua resistência inconcebível, como bem poucas idênticas na história, os seus últimos defensores, trêz ou quatro anônimos, trêz ou quatro magros titãs famintos e andrajosos, iriam queimar os últimos cartuchos em cima de seis mil homens!

A justificativa para o insucesso de três meses foi, para este autor (1967), o resultado do isolamento que os soldados republicanos vivenciaram; pois ficaram insulados e, com isso, parcialmente se aproximam das sensações espaciais e temporais do sertanejo. O tempo de relação entre o sertão e a base de apoio militar era lento, isso fazia com que houvesse a falta de comunicação, alimentos, munição e outras necessidades de uso cotidiano. O longo período vivenciado foi marcado pela palavra privação. Conforme Euclides da Cunha (1967, p. 380), foi a partir do dia 29 de junho de 1897, dois dias após a chegada do exército a Monte Belo, que a escassez começa:

Começou desde logo um régimen deplorável de torturas. Ao amanhecer de 29 verificaram-se insuficientes as munições de boca, para a ração completa das praças da 1ª coluna, já abatidas por uma semana de alimentação reduzidas. A 2ª, embora mas bem avituallhada, não tinha por sua vez garantido o sustento por três dias, depois de o repartir com a outra. De sorte que logo no começo desta fase excepcional da luta se lançou mão dos últimos recursos, sendo naquele mesmo dia abatidos os bois mansos, que até lá tinham conduzido o pesado canhão 32.

Os conselheiristas contribuíram com a situação de desamparo. Segundo Bartelt (2009), muitas vezes os conselheiristas cercavam comitivas de mantimentos e só retiravam armas e munições, os alimentos eram destruídos. Contudo, decorridas as primeiras semanas do conflito, os moradores de Monte Belo também passaram por privação. Marcante são as cenas em que o narrador de *Os Sertões* descreve as mulheres que morriam pelas balas dos soldados ao tentar pegar água no rio Vaza-Barris.

Já os soldados, Euclides da Cunha (1967) ressalta que passaram por diversas dificuldades, entretanto, a ordem era manter a posição conquistada, não recuar diante do inimigo. Os soldados, em situação de alarde geral, estavam sem munição, não conseguiam dar um passo à frente e não podiam recuar, além disso, viram, aos poucos, a comida se esvaír: “Distribuída a última ração – um litro de farinha para sete praças e um boi para o batalhão – restos do comboio salvador, era-lhes impossível preparar convenientemente a refeição escassa” (CUNHA, 1967, p. 416). O autor (1967) conjectura que se os conselheiristas tivessem atacado neste momento de fraqueza do exército, a Guerra de Canudos poderia ter outro fim narrativo, entretantes: “[...] o jagunço não era afeito à luta regular. Fôra até demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o ‘bandido famigerado’ da literatura marcial das ordens do dia. O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais” (CUNHA, 1967, p. 417). Zilly (1997, p. 61) reverbera com o dito de Euclides da Cunha ao interpretar que os sertanejos queriam: “[...] simplesmente resolver os seus problemas materiais e espirituais de maneira autônoma e pacífica, bem longe do resto da sociedade, num arraial de pau-a-pique que era mais um refúgio de vítimas da civilização do que um antro de rebeldes”.

Para os combatentes do exército, o isolamento produziu a sensação de abandono, sendo que este sentimento foi “mais sentido” pelos feridos. Este fato se explica por dois motivos: a volta para a casa e a marginalização destes durante a longa batalha da Quarta Expedição. No segundo motivo, os recursos eram poucos para manter toda a tropa, assim, foi ordenado que os combatentes tivessem prioridades na distribuição: “[...] os infelizes baleados, mutilados, estropiados, abatidos de febres, começaram a viver da esmola incerta dos próprios companheiros” (CUNHA, 1967, p. 387). Já o primeiro motivo envolveu todas as expedições, uma vez que os feridos tiveram que voltar pelo caminho com suas forças convalescidas. Durante a Quarta Expedição se tem o relato mais emocionante da volta dos feridos - compare-a com a citação³⁵ de Hugo (2007) -: “Alguns,

³⁵ [...] ó implacável marcha das sociedades humanas! Perda de homens e de almas no meio do caminho! Oceano, onde desaparece tudo o que a lei desampara! Sinistro sumiço de socorro! Ó Morte moral! / Mar, a

depois dos primeiros passos, fraqueavam de vez. Deixavam-se ficar, exaustos, pelas curvas do caminho. Ninguém lhes dava pela falta. Desapareciam, eternamente esquecidos, agonizando no absoluto abandono” (CUNHA, 1967, p. 427).

No que toca o fim do massacre, este só foi possível devido à situação de isolamento vivida pelos soldados ser amenizada com a ação do então Ministro da Guerra Marechal Bittencourt (1840 – 1897). Este foi em agosto de 1897 ao sertão baiano e instalou, num casarão no centro da cidade de Monte Santo (na contemporaneidade, em frente encontra-se a praça com a Matadeira ainda direcionada para Antonio Conselheiro), sua base de comando (ver imagem 7).

Imagem 7: Sede do Comando Militar em Monte Santo, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014)

Desta base de operação, organizava regularmente a ida de comboios para os expedicionários:

Porque desde o começo, revelam-no as expedições antecedentes, as causas do insucesso em grande parte repousavam no insulamento em

inexorável escuridão social onde a penalidade arremessa seus condenados. Mar, a imensa miséria! / A alma, na correnteza desse abismo, torna-se cadáver. Quem a ressuscitará? (HUGO, 2007, p. 114).

que cegamente se encravavam os expedicionários perdendo-se na região estéril, isolando se adiante do inimigo em espetaculosas diligências policiais, onde não havia rastrear-se os mínimos preceitos da estratégia (CUNHA, 1967, p. 449).

Com a tropa melhor abastecida, as investidas contra canudos se intensificaram. Com o desenrolar do entrevero, foram enviados mais soldados para combater os seguidores de Conselheiro. O resultado de tal ação do Exército, como sabido, foi o “sepultamento” dos conselheiristas³⁶, posteriormente de Monte Belo: “Parte desse território ocupado pelo arraial foi coberta pelas águas de um açude em 1968 (imagem 8). Hoje, por causa das secas, as ruínas imersas ressurgem. Até parece que por teimosia a história de Canudos sobrevive à flor da terra” (THEODORO, 1997, p. 119).

Imagem 8: Açude de Cocorobó, Canudos, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (22/04/2014)

Como se lê em *Os Sertões* (CUNHA, 1967, p 465):

³⁶ Após o longo conflito, como Euclides da Cunha relata no seu diário, publicado como nome *Diário de uma expedição*, os conselheiristas estavam entregues: “[...] a miséria a mais profunda e a fome refletidas nos corpos quase inanidos, carcaças quase vazias dos prisioneiros feitos – e dos mortos cuja estranha magreza é a nota constante das narrativas que fazem os soldados – iam, certo, lentamente, completando a destruição” (CUNHA, 1984, p. 89).

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Tôda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aquêles rudes compatriotas.

Assim, para Euclides da Cunha, o desastre do “desconhecimento” seria superado por meio da ação de levar à civilização a população sertaneja secularmente olvidada pelas forças do Estado. Como resultado deste direcionamento, *Os Sertões*, torna-se monumento de projeto para o Brasil que, conforme visto por Souza (1997), teve desdobramento durante o século XX e, aqui se defende, tem no início do século XXI.

2.2.4 O sentido do Estado-Nação em *Os Sertões*

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1967), ao mesmo tempo em que procura se orientar (SEVECENKO, 1985) a partir da construção interpretativa sobre a realidade brasileira, chega a conclusões que o direciona a destacar um reordenamento nas estratégias estatais. Como pode se observar nos capítulos precedentes, Euclides da Cunha acredita que o Estado deve agir para construir uma nação forte, moderna. Para isso, se fez necessário estabelecer a ordem em Canudos e, por conseguinte, levar os valores da sociedade civilizada europeia e a ascendente nos Estados Unidos da América. Assim, o Estado, em *Os Sertões*, é entendido enquanto construtor da Nação.

Bernucci (1995, p. 44), ao comparar *Os Sertões*, com *Facundo* (1845), de Sarmiento (1811 – 1888), destaca que os autores latino-americanos citados estavam mais preocupados em imaginar um porvir do que se aprofundar nas contradições de seu tempo:

Os estudiosos preocupados com o problema da ontologia representacional do *Facundo* e de *Os Sertões* não poderiam deixar passar despercebida a observação de que a empresa sarmientina e euclidiana visava muito mais àquilo que Aristóteles chamou de o “imaginar ser” do que “o ser em si”. Ou seja, para ambos os escritores latino-americanos parecia ter muito mais importância a narração de “como deveriam ser” os acontecimentos históricos do que a de “como realmente foram”.

No entanto, como ressalta Naxara (1998), os habitantes do litoral, local de produção discursiva de Euclides da Cunha, desconheciam, em seu sentido material e cultural, os do sertão, isto ocorre porque o padrão de referência de construção identitária, cultural e de organização social estava além mar. Era por navio que chegavam as informações, os produtos e as literaturas referentes ao ser civilizado, moderno, desenvolvido etc.. Desta feita, os sertanejos tornaram-se estrangeiros em sua própria terra, desconhecidos/sombreados por parte da população e pelos dirigentes do Estado.

A obra euclidiana retrata e critica as ações do Estado na Guerra de Canudos e, ao mesmo tempo, permite/incita a inversão do olhar da elite intelectual e política brasileira em relação a organização do território nacional. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha traz para a discussão outras perspectivas para se pensar a construção da nacionalidade; estimula os olhares a se voltarem para o interior; como narrado por Murari (2007, p. 96): “O impacto de *Os Sertões* entre a intelectualidade do país transformou a narrativa da guerra de Canudos na pedra fundamental de um programa para dentro, que

permitiria alcançar a essência da nacionalidade”. Souza (1997) reverbera o supracitado ao destacar que com o discurso presente na obra *Os Sertões*, há a inauguração de uma nova forma de arquitetar e imaginar o Estado-Nação brasileiro. O sertão, ou melhor, os sertões se tornam elementos contínuos na construção identitária bem como na confecção de projetos para o Brasil.

Brandão (1996), por sua vez, evidencia que a obra *Os Sertões* inaugura uma fase discursiva euclidiana de integração nacional via o uso do planejamento estatal. Almejava, segundo o supracitado (1996, p.12), levar o desenvolvimento, em seus aspectos econômicos, políticos e culturais aos sertões do Brasil:

Resumindo, seja em *Os Sertões*, À Margem da História, Contrastes e Confrontos como nos artigos esparsos em jornais, podemos nos surpreender com um Euclides partidário do desenvolvimento, entendido o conceito não somente pelo aspecto financeiro, comercial ou puramente econômico (crescimento), mas como um processo cultural, político, econômico e social abrangentes, em função dos interesses do povo, da comunidade, visando à maior participação de todos os brasileiros, na melhor e mais justa distribuição das riquezas nacionais.

Aqui, parcialmente se concorda com o supracitado. Primeiramente, realmente concorda-se que, com *Os Sertões*, há a “inauguração” da teoria do desenvolvimento no Brasil. O fato do país passar a ser pensado para o futuro via a integração dos sertões³⁷, com a população que os movimentam, ao Estado-Nação brasileiro, faz com que surja a necessidade da construção planejada – de forma sistemática a partir de 1930 (SOUZA, 1997) - de equipamentos que permitissem a maior conexão entre o interior e o litoral. Santos (1997b) argumenta que, em *Os Sertões*, a trama discursiva assenta-se na crença de que o conhecimento poderia “salvar” o Brasil das intempéries da civilização. Assim, Santos (1997b, p. 240) interpreta que Euclides da Cunha via como necessário produzir um conhecimento sobre a nossa realidade para depois utilizá-lo na elaboração de projetos de interligação nacional:

[...] a obra euclidiana tem a proposição de desenvolver e acumular um conhecimento científico sistemático do Brasil, fosse em etnografia, em geografia, em botânica ou em geologia. À ênfase na superioridade e na competência atribuída à ciência somava-se o papel de ações técnicas, como as de engenharia de campo. Assim, Euclides vislumbrava a

³⁷ O artigo A Arcádia da Alemanha, publicado no livro contrastes e confrontos (S. D.a), auxilia na compreensão do projeto euclidiano de integração modernizadora. Ele interpreta que, como ocorreu com a Alemanha, o Brasil precisa integrar os seus espaços interioranos por meio da modernização para conseguir adequar o território a disputa imperialista que se estruturou no decorrer do século XIX.

possibilidade de interligar o Brasil através de sistemas de malhas ferroviárias e de navegação. Daí advém a admiração que nutria por Rondon (seu colega de Escola Militar) e por seu trabalho de reconhecimento de bacias hidrográficas, de demarcação de fronteiras e de estabelecimento de linhas telegráficas no interior.

Porém, discorda-se da concepção de que Euclides da Cunha pensava “na melhor e mais justa distribuição das riquezas nacionais”. Verifica-se que por momento algum Euclides da Cunha se aprofundou na análise das contradições sociais assentadas no sistema coronelístico da região, bem como não as denunciou³⁸ como promotoras das profundas misérias generalizadas a todo o sertão nordestino³⁹. Lima (2006, p. 376) soma com a discussão ao citar a crítica que Mário de Andrade, no seu diário de viagem à região nordeste, tece ao autor de *Os Sertões*: “Euclides transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura [...]”.

De fato, Euclides da Cunha queria inserir estes “fortes quasímodos” na civilização, ofertar, assim, as condições de “autenticidade” de um povo forte, como resultado, criar um Estado forte. Euclides da Cunha (1967) estava desacreditado da grande maioria da população formada no litoral, que quando não eram oriundos da genética negra, eram possuidores de uma miscigenação “exagerada”.

Desta feita, em *Os Sertões*, se nota que a trama euclidiana reproduz um modelo de organização e distribuição da riqueza; pois acredita no modelo de desenvolvimento europeu enquanto possibilidade de criar um ambiente social mais justo, contudo, não consegue observar que o desenvolvimento europeu se faz a partir da construção de, conforme apresenta uma de suas referências literárias: Victor Hugo,

³⁸ No livro *À margem da história* (S. D.b), no capítulo Terra sem história, Euclides da Cunha faz interessante denúncia social, relatando as condições de trabalho na extração do látex. No caso, argumenta que os trabalhadores já iniciavam suas atividades devedores, pagava por tudo, desde a viagem para o local de extração, como instrumentos de trabalho, abrigo e comida.

³⁹ Posteriormente, no artigo Um velho problema, publicado no livro *Contraste e confronto* (1907), Euclides da Cunha fomenta a discussão sobre o socialismo, direciona para a interpretação do processo de transição do socialismo utópico para o científico. Em seu texto, se verifica que o mesmo se simpatiza com tal posicionamento, contudo, acredita que este não pode ser aplicado sem a transformação da sociedade, no caso, moderniza-la no sentido da inserção dos valores da civilização Ocidental e da base produtiva, inserindo a indústria como principal setor produtivo. Desta feita, comparando o desenvolvimento social com o geológico, argui que se precisa “respeitar” os processos naturais que levam a transição; em suas palavras: “Ferri, em belíssimo paralelo entre o desenvolvimento social e o terrestre, mostra como os imaginosos cataclismas de Cuvier, perturbaram, sem efeito, a geologia para explicarem transformações que se realizam sob o nosso olhar, sendo os grandes resultados, que mal compreendemos no estreito círculo da vida individual, uma soma de efeitos parcelados acumulando-se na amplitude das idades do globo. Deslocando à sociedade este conceito, aponta-nos o processo normal das reformas lentas, operando-se na consciência coletiva e refletindo-se a pouco e pouco na prática, nos costumes e na legislação escrita, continuamente melhorada” (CUNHA, 1984, p. 192).

inúmeros espaços (interno e externo ao Estado-Nação) de segregação/sombreamento/marginalização – em Hugo, a corporeidade destes conceitos (acredito) foi sublimemente “personificada” nas personagens Jean Valjean e Fantine. Pelo contrário, Euclides da Cunha prefere acreditar que a instituição republicana não estava plenamente capacitada para modificar o destino nacional por dois motivos: o primeiro era o direcionamento político adotado que não priorizava os sertões do país e o segundo é a incapacidade de muitos homens, devido a sua miscigenação negra ou extremada, de se adaptarem à vida civilizada.

A obra *Os Sertões* permite compreender que o Estado-Nação Brasil, no fim do século XIX e início do XX, se apresenta via o disciplinamento dos corpos/grupos sociais. A construção do projeto nacional interpretado na escrita de Euclides da Cunha arquiteta-se a partir de suas idiossincrasias. Nesse sentido, o discurso sobre o Brasil presente em *Os Sertões*, assume três características gerais: parcialidade, efemeridade, e o Estado antecede a identidade territorial. A parcialidade é inerente ao Estado imaginado por Euclides da Cunha, pois, por ser fruto de determinado grupo social, representa o interesse deste - individual e social - em detrimento de outros projetos de organização social, como, por exemplo, Belo Monte; a efemeridade, em *Os Sertões*, é entendida enquanto oriunda da civilização, uma vez que é por meio desta que se interpreta o “progresso” da sociedade, assim, recusar o “movimento” é se condenar a “barbárie”; e o Estado anteceder a Nação sucede das leis/normas serem de cima para baixo, elucubrações teóricas idiossincráticas – mas sociais – que (historicamente se mostra – SCHWARCZ, 2008) pouco dialogam com as “reais” necessidades, sofrimentos, sonhos etc. de quem cotidianamente vive no espaço representado de *Os Sertões*. No extremo da postura administrativa do Estado, há a legitimação da eliminação espacial e temporal de grupos que não conseguem, devido a algum fator – econômico, político, étnico, cultural, religioso, sexual etc. -, ter participação efetiva nas decisões sobre suas vidas. Como o caso de Monte Belo.

O sentido do Estado, em *Os Sertões*, é a construção da imaginação espacial do porvir por meio da civilização, da modernidade. Como resultado, há um constante embate - em suas variadas escalas - em aceitar, “incorporar” ou negociar com aqueles que formulam “modelos” de espacialidades e temporalidades diferenciadas. Prefere-se, assim, olhar para o espaço e vê-lo como do atraso, do vazio demográfico e, bem como se evidencia na escrita de *Os Sertões*, da possibilidade integradora ao projeto nacional

brasileiro. Este é o desdobramento das cogitações euclidianas verificadas em *Os Sertões*, um contínuo processo de integração modernizadora.

2.2.5. Desdobramentos d'*Os Sertões*

Albuquerque Júnior (2009, p. 35), durante análise do processo de invenção do nordeste, entende o discurso como monumento de construção de espacialidade(s); em suas palavras:

O nordeste é tomado, neste texto, como invenção, pela repetição regular de determinados enunciados, que são tidos como definidores do caráter da região e de seu povo, que falam de sua verdade mais interior. Uma espacialidade, pois, que está sujeita ao movimento pendular de destruição/construção, contrariando a imagem de eternidade que sempre se associa ao espaço. Nossa preocupação com o poder não implica, no entanto, uma análise do que está oculto sob os textos ou imagens, mas, ao contrário, do que elas criam em sua exterioridade e da própria diferença com que descrevem. Não tomamos os discursos como documentos de uma verdade sobre a região, mas como monumentos de sua construção.

Aqui também se concebe o discurso enquanto monumento de construção. No caso, cita-se o discurso euclidiano e a ideia de Estado-Nação. Como já destacado em Brandão (1996), Souza (1997), Murari (2007) e Abreu (1998), a obra *Os Sertões* inaugura uma nova fase na imaginação administrativa Estatal brasileira e, por conseguinte, social. Assim, pode-se arguir que a imaginação espacial encontrada na trama discursiva euclidiana cumpriu uma dupla tarefa: legitimar a imaginação espacial republicana que deslegitimou os canudenses e, ao mesmo tempo, abrir novas possibilidades de interpretação do Brasil.

Conforme Brandão (1996) destaca de forma “apaixonada”, o pensamento euclidiano é emblemático para a compreensão da formação Estatal brasileira por nele conter a ressignificação dos “ismos” em voga e por ser tema de desenvolvimento intelectual de diversos teóricos:

As idéias estrangeiras eram adaptadas segundo sua ótica particular, inserida numa visão brasileira, submetidas às críticas de seu gênio, tornando-se, por isto, difícil de classificar o autor em padrões estanques: evolucionista darwinista ou spenceriano? Positivista, fiel à doutrina de Comte ou dissidente? Partidário do materialismo histórico ou do dialético? Socialista? Anarquista? [...] Euclides da Cunha, na verdade, está acima de todos os “ismos” e/ou padrões estabelecidos, não podendo ser considerado, entretanto, um eclético. Arianista? Racista? Comunista? A todos, o gênio do autor, revolucionário e renovador, oferece respostas. Entre seus mais entusiasmados leitores, alinham-se elementos conhecidos da chamada “direita revolucionária”, como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Oliveira Viana e os da esquerda marxista ou “materialista”, como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado

Júnior, Octávio Brandão, sem contar os “humanistas liberais”, Gilberto Freyre, Clóvis Ramallete, Monteiro Lobato, Cândido Motta Filho, José Américo de Almeida e Afonso Arinos (BRANDÃO, 1996, p. 116).

No caso da tese, devido às interpretações da obra *Os Sertões*, direcionar-se-á a atenção para a construção da nacionalidade brasileira representada enquanto relação litoral e sertão. Souza (1997, p. 91) destaca que, em *Os Sertões*:

Compreender o Brasil ignoto, diferenciá-lo do Brasil conhecido e, finalmente julgar, opinar, sugerir. Este seria em geral o percurso da sociografia que espacializa o Brasil, em muitos traçados a partir de Euclides da Cunha. Os resultados produzidos por essa cruzada que investiga o país são a principal razão de revisitar *Os Sertões*.

Segundo Souza (1997), o sertão ou os sertões foi pensado a partir de uma contínua retroalimentação da causa do bandeirantismo; sendo que esta concepção deve ser entendida enquanto pulverizada por meio de diversos agentes de promoção da modernização. A nacionalidade brasileira, neste caso, é pensada a partir da relação litoral e sertão, tendo como objetivo a integração nacional via a introdução da modernidade aos arranjos sociais/culturais, econômicos e políticos dos sertões brasileiros. Como visto em Souza (1997, p.119): “A racionalização produtiva de todos os espaços brasileiros e a integração plena dos grupos sociais são a saída de superação de qualquer constrangimento à grandeza nacional”. Este é o legado de Euclides da Cunha, um contínuo processo de modernização integradora dos “sempre” sertões. Ou seja: “Rumar para os sertões é ato fundante da nacionalidade que continua e jamais se completa, ressurgindo em novas formas – mas para sempre o mesmo. Vazio para onde se vai em busca de sentidos para conduzir a nação toda” (SOUZA, 1997, p. 152).

A intervenção planejada e contínua do Estado brasileiro em seu território tem início datado, segundo a historiografia, no ano de 1930. Deste período histórico em diante, há a inversão do agente integrador do espaço nacional, a civilização, que destaca os aspectos culturais/raciais, perde sua força centralizadora para a modernização produtiva. O imaginário espacial resultante é entendido enquanto tentativa de adequar o território nacional as contínuas modificações da racionalidade mundial.

Do ano de 1930 a 2002, é possível caracterizar três distintos momentos de intervenção Estatal: 1930 a 1950; 1950 a 1980; 1980 a 2002. Antes de 1930, o Brasil encontrava-se como “ilhas” nacionais que possuíam maior relação com outros países do que com a economia nacional (BACELAR, 2001). A maior integração nacional, como se averigua na historiografia, não estava em pauta política para o momento. Da virada do

século XIX para o XX, a política nacional estava ligada aos interesses agrários de São Paulo e Minas Gerais, resultado da bipartidariedade estabelecida entre estes Estados; momento conhecido como política do “Café com Leite”.

Antes de 1930, a maior integração nacional “aconteceu” por meio da instalação de malhas ferroviárias em áreas “interioranas” do território nacional. Segundo Castilho (2012, p. 2), a malha ferroviária no Brasil se forma, devido aos fatores econômicos e políticos, a partir do litoral. Contudo, nas décadas de 1900 a 1930, houve a instalação de malhas ferroviárias nas localidades “interioranas”:

[...] a malha ferroviária brasileira se formou a partir das regiões litorâneas. Em Goiás, os primeiros trilhos foram implantados em 1911. Nesse mesmo período também foram construídas ferrovias em Rondônia (1910), Mato Grosso do Sul (1912), Sergipe (1913) e, na década seguinte, no Piauí (1922).

Entretanto, a instalação das malhas ferroviárias não consegue atender a maior parte do território nacional bem como a construção das ferrovias não foi acompanhada de projetos estatais que estimulassem a inserção de atividades produtivas e a distribuição da população. Inclusive, no que toca o desenvolvimento social brasileiro, a população foi recantada pela ação do Estado. Como evidencia Becker (1997), nos anos de 1870 a 1930, estava em voga a política de branqueamento. Esta política consistia em estimular a vinda de imigrantes europeus para, no Brasil, promoverem a modernização e o desenvolvimento do país. Na grande maioria dos casos, segundo Singer (S. D.), os imigrantes eram brancos empobrecidos ou desapropriados em seu país de origem e que, no Brasil, se fixavam nas cidades em que já apresentavam uma incipiente indústria (São Paulo e Rio de Janeiro), e se dedicam às lavouras da hoje região sudeste do Brasil, bem como se tornavam colonos livres no sul do Brasil (BECKER, 1997, SINGER, S. D.).

Entretanto, como trabalha Souza (1997), somente na década de 1930 que de fato os “projetos” euclidianos de integração nacional com a incorporação da população foram sistematicamente ressignificados. Getúlio Vargas, a partir da Revolução/Golpe de 1930, administra um conjunto de projetos que visavam a maior integração nacional bem como a distribuição da população, já que esta se encontrava concentrada próxima ao litoral. Com Getúlio Vargas, a mobilidade territorial da população brasileira, conforme Singer (S. D.), ganha maior destaque e acompanha o processo de transição de uma sociedade agrário-exportadora para a urbano-industrial. Isto ocorre porque Getúlio Vargas, após o Golpe de Estado, elimina as barreiras migratórias construídas pelos

estados da federação. Com isso, a partir da década de 1930, no Brasil, a migração advinda da própria população brasileira supera a de estrangeiros (SANTOS, 1994). A maior mobilidade populacional foi promovida pelo Estado. Souza (1997) apresenta que Getúlio Vargas introduz projetos que visavam a colonização e ocupação de espaços concebidos enquanto vazios. Este movimento ficou conhecido como Marcha para Oeste, e teve como objetivo a promoção da ocupação da hoje região Centro-Oeste para que esta região pudesse “servir” como, devido ao reordenamento da divisão internacional (crise de 1929) e nacional do trabalho, produtora de alimentos para as cidades que se industrializavam e para ser um ponto de passagem para a ocupação da região Norte. A Marcha para Oeste, nas palavras de Souza (1997, p. 112): “[...] será uma atualização oportunizadora do conselho de que é preciso arrancar contra o interior do Brasil para construir uma nova totalidade nacional”.

Segundo Oliveira (2008, p. 35), Getúlio Vargas buscou modificar a base produtiva do país, incorporando a indústria:

A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial supera a da agricultura.

Conforme Furtado (1996) e Oliveira (2008), na década de 1930, devido ao processo de crise mundial que obriga o reordenamento da base produtiva, entendida enquanto incentivo a industrialização por meio da política de substituição de importação, o Brasil, bem como outras ex-colônias, passa a ser interpretado enquanto subdesenvolvido, pois, como trabalha Kay (1977), o objetivo torna-se seguir o padrão dos países desenvolvidos, com isso, industrializados. Segundo Furtado (1996, p. 8), em reedição de material publicado em 1974:

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90% do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado.

Percebe-se, assim, que o processo para ser desenvolvido e, com isso, reduzir os problemas sociais, caracteriza-se pela inserção dos elementos técnicos que permitam

a ampliação da base produtiva industrial. Entrementes, conforme destaca Furtado (1996, p. 12): “A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los”.

Já no segundo período de intervenção Estatal, 1950 a 1970, há o aprofundamento das, segundo Kay (1977), políticas desenvolvimentistas. Este momento caracteriza-se pela intervenção do Estado por meio das políticas de desenvolvimento regional, pois: “[...] não era mais possível pensar no desenvolvimento do Brasil sem pensar no desenvolvimento das diferentes regiões e na integração produtiva” (GOULARTI FILHO, MESSIAS, ALMEIDA, 2012, p. 2). Com a tentativa de amenizar as desigualdades regionais advindas da divisão territorial do trabalho brasileiro, foram adotadas políticas que institucionalizaram autarquias para que pudessem estudar, planejar e executar obras que culminassem num melhor equilíbrio produtivo interno.

Desta feita, em nível federal, foram criadas as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, de Desenvolvimento do Sul (SUDESUL), de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), ambas em 1967, e do Desenvolvimento Amazônico (SUDAM), em 1968. Junto a estas autarquias, o Estado, na década de 1970, lançou dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e PND II). Os supracitados Planos tinham como objetivo criar estruturas de transportes e comunicação bem como promover a produção de energia com o objetivo de interligar o território nacional e, com isso, possibilitar a intensificação das relações produtivas a partir da divisão do trabalho.

Como pode ser visto em Cano (2009), o desenvolvimento econômico regional brasileiro de 1950 a 1980 foi impulsionado pelo endividamento do Estado. Os anos de 1970 e 80 são emblemáticos porque neles se encontram os pontos de inversão e de limites do crescimento impulsionado pelo Estado brasileiro; com isso, se caracteriza o terceiro momento de intervenção Estatal. Este momento decorre da crise mundial de 1970; em que a economia mundial passa por recessão. Isto afeta duplamente o mercado dos países denominados subdesenvolvidos: primeiro a exportação foi reduzida e depois os preços dos produtos exportados diminuí, segundo foi reduzida a oferta, para os Estados altamente endividados, de capital financeiro para empréstimo. Como consequência, no Brasil, bem como nos demais países que eram envoltos por cenários análogos, se verificou o distanciamento do Estado na promoção da contínua modernização capitalista. No Brasil, é durante a década de 1980 que se assiste o distanciamento do Estado na promoção do

desenvolvimento regional. Dos últimos anos da Ditadura Militar ao processo de redemocratização, são, aos poucos, inseridas práticas neoliberais no território nacional.

Goulart Filho, Messias e Almeida (2012) demonstram que na década de 1990, no Brasil, um elemento que reverbera com o entendimento do distanciamento do Estado no desenvolvimento do país é a falta de recursos e a posterior extinção das Superintendências. Como alternativa para a “busca” do desenvolvimento, ficou, assim, delegado aos estados da federação bem como aos municípios participarem de uma livre concorrência, por meio de incentivos fiscais (ou Guerra Fiscal. SANTOS, SILVEIRA, 2001), de atrativos de capitais para o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos espaços administrativos.

Como pode ser visto em Santos e Silveira (2001), no Brasil, a ação do Estado estruturou-se a partir da inserção de equipamentos que tinham como objetivo a otimização econômica. Assim, ao invés de contribuir com o desenvolvimento humano das localidades, acaba por retroalimentar ciclos de exploração social.

Este é parte do cenário de retroalimentação da visão modernizante integradora do Estado brasileiro, cabendo, agora, mencionar que no ano de 2003, início do século XXI, há a configuração de um quarto momento de intervenção do Estado. Nesta data, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a presidência da república. Sua proposta política vence do então candidato da situação, José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Segundo Karam (2012), a mudança de projeto político/ideológico inicia um novo processo de modernização nacional, entendido como retomada, pelo Estado-Nação, da visão desenvolvimentista economicista regional - com o enfoque territorial - enquanto o caminho para o desenvolvimento e diminuição das desigualdades espaciais do território nacional.

Desta feita, este é o interesse da leitura do tempo presente de *Os Sertões*: averiguar em que nível “caminha” a organização do Estado-Nação em relação ao desdobramento discursivo do imaginário euclidiano.

Parte 3: As políticas públicas e o semiárido no imaginário espacial do início do século XXI

Neste momento, será interpretado o imaginário espacial da integração modernizadora do Estado-Nação Brasil a partir do texto da PNDR. Para tal, a discussão foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, é realizada a análise histórica da intervenção do governo federal, com destaque para a criação e desenvolvimento da SUDENE. Nos dois capítulos seguintes, o imaginário espacial da PNDR é interpretado e analisado por meio de dados que evidenciam, decorridos 12 anos de atuação, a realidade socioeconômica do Semiárido e da microrregião baiana de Euclides da Cunha. No último capítulo, o imaginário de ação do Estado frente à integração modernizadora presente na PNDR é compreendida como oriunda das práticas e valores advindos da contemporânea Divisão Internacional do Trabalho. Esta parte auxiliará na fundamentação para as considerações finais, o intuito é evidenciar em que medida os pontos de (des)encontros entre o imaginário no ontem e na leitura do presente por meio da PNDR podem contribuir com a construção de sentidos de orientação espacial para a contemporaneidade.

3.1. O semiárido e as políticas federais no século XX

A seca sempre esteve presente na vida dos viventes do processo de territorialização do semiárido. Contudo, segundo Lima (2010), é na segunda metade do século XIX que a discussão aparece na construção discursiva nacional. A supracitada autora cita como referência as datas de 1877, quando o tema seca foi discutido durante um mês no Instituto Politécnico, e a de 1884, momento de fundação do Clube de Engenharia e de aprofundamento do debate sobre a seca. Acrescenta-se, aqui, a grande repercussão da seca de 1877 a 1879, estimulando uma massiva população a migrar para outras regiões do Brasil, principalmente para a parte da Zona da Mata, no Nordeste e a região Norte, esta economicamente mais dinâmica devido à progressiva expansão mercantil do látex (CANO, 2001).

Entretanto, a temática seca, como já apresentado (ABREU, 1997), ganha maior visibilidade com a publicação de *Os Sertões* (1902), momento instaurador do aprofundamento do debate sobre os sertões e a situação de miséria/abandono. Como resposta, o elemento natural de semiaridez foi responsabilizado. Assim, se fez análogo com o realizado com os conselheiristas, se buscou enfrenta-lo pelo “combate”. Euclides da Cunha, no artigo intitulado Plano de uma Cruzada, publicado no livro *Contrastes e confrontos* (S. D.a), corrobora com a ideia de que a ação para amenizar os problemas advindos do ambiente de semiaridez deve ser ininterrupta. Chega a esta conclusão por observar que a seca é um fenômeno previsível que, contudo, só ganha visibilidade em

situação de dramaticidade devido aos momentos de longo período de escassez. Nas palavras de Euclides da Cunha (S. D.a, p. 26):

Estabelecido de modo iniludível o fatalismo das leis físicas, que estão firmando o regime desértico em mais de um milhão de quilômetros quadrados do território e torturando cerca de três milhões de povoadores, impõe-se-nos a resistência permanente, constante, inabalável e tenaz – uma espécie de “Guerra dos Cem Anos” contra o clima – sem mesmo a trégua dos largos períodos benignos, porque será exatamente durante eles que nos aperceberemos de elementos mais positivos para a reação.

Desta feita, aqui, se objetiva analisar a historiografia de intervenção estatal na região de Semiárido durante o século XX. O intuito é verificar as ações do Estado para amenizar os impactos decorridos do ambiente de semiaridez. Basicamente, a discussão foi dividida em três momentos: 1909 – 1950, 1950 – 1980, e 1980 – 2001. O primeiro e o último momento correspondem com períodos de intervenção estatal não sistemática e/ou generalizante, o segundo, por sua vez, se torna representativo do primeiro grande projeto de intervenção modernizadora federal na região do Nordeste bem como do Semiárido.

Em 1909, o governo brasileiro instituiu um órgão responsável por mitigar os problemas advindos desta questão natural. O órgão criado foi a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS). Segundo Lima (2010, p. 13), citando documento elaborado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a Inspetoria tinha como objetivo:

Estabelecer, nessa região, os serviços preparatório, e indispensáveis, tanto de ordem científica quanto técnicas para a solução racional, rápida e econômica do problema das secas; estabelece-los de um modo systemático, tendo em vista a obtenção dos dados de observações necessários a confecção dos projectos das obras de engenharia e, ao mesmo tempo, executa-las por um trabalho regular.

Em 1919, o supracitado órgão passa a ser chamado de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945 recebe a atual nomenclatura Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e passou a ser concebida como autarquia (OLIVEIRA, 1977). Malvezzi (2007) arguiu que este órgão, em sua historiografia, atuou sozinho na região do semiárido até o ano de 1959, momento de institucionalização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A opção de combate adotada antes da SUDENE foi a de construção de estradas e de açudes. Como resultado, a região é a mais açudada do planeta, tendo: “[...] aproximadamente 70 mil açudes”

(MALVEZZI, 2007, P. 67)⁴⁰. Salienta-se, entretanto, que o DNOCS não funcionou como um promotor do desenvolvimento social a partir da maior democratização do acesso a água. Nas palavras de Oliveira (1977, p.48), o:

[...] DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens. O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sítiantes.

O que este autor destaca é que a citada instituição trabalhou no sentido de retroalimentar a base oligárquica sertaneja. Aponta-se que uma pequena elite sertaneja (política e econômica), bem como grupos diversos de capitalistas de outros municípios, estados ou países ligados a lideranças políticas nordestinas dos vários níveis da federação, se perpetuam como os “únicos” beneficiários das políticas federais elaboradas para mitigar os impactos das secas na região do semiárido. A seca torna-se, como verificado por Castro (1992, p. 202) após analisar os discursos dos políticos nordestinas no congresso durante as décadas de 1940 a 1980, o “mito da necessidade”: “Sintetizando as idéias e opiniões da maior parte da bancada nordestina, temos que os problemas sócio-econômicos da região decorrem, basicamente, das condições climáticas desfavoráveis e devem ser equacionados com recursos da União”.

Os investimentos são realizados, mas o resultado social não é alcançado. Pelo contrário, como destaca Cano (2001, p. 105), o Nordeste brasileiro adentra na década de 1950 com inúmeras pressões sociais advindas:

[...] das secas, da concentração industrial em São Paulo, dos elevados recursos federais alocados na construção de Brasília, do intenso debate nacional em torno do problema do subdesenvolvimento nacional e regional e do crescimento de vários movimentos sociais reivindicatórios (em especial o das Ligas Camponesas).

Bacelar (2001) bem como Cano (2001) destacam que a década de 1950 é marcada pela exacerbação da questão regional brasileira. Para os supracitados, a questão

⁴⁰ No já citado artigo Plano de uma Cruzada, publicado no livro Contrastes e confrontos (S. D.a), Euclides da Cunha evidencia a necessidade de se investir na construção de açudes.

regional tem início na década de 1930, quando houve a formação de um mercado nacional interligado, em que o centro dinâmico de (re)ordenamento passou a ser a região Sudeste. Em especial, São Paulo se destacou ao centralizar parte significativa do processo de industrialização, e, com isso, acúmulo de capital. Segundo Cano (2001, p. 114):

[...] desde a década de 1930, a industrialização passava a ser feita em escala nacional, comandada basicamente por São Paulo, que então iniciava o processo de integração do mercado nacional, condicionando-o portanto a uma complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação daquele centro dinâmico.

Como resultado do desenvolvimento regional desigual, o Nordeste passou a ser a região que fornecia parte significativa da força de trabalho necessária para abastecer a crescente industrialização da região Sudeste (SINGER, S.D.). Além de perder força de trabalho para outra região, a região Nordeste também perde, segundo Cano (2001), porque a concentração das atividades produtivas industriais fez com que não houvesse em outras regiões o fomento de uma burguesia industrial que pudesse colidir com o interesse agrário hegemônico. O resultado foi o gradual aprofundamento da desigualdade social no Nordeste brasileiro, que inflamava socialmente a região e “pedia”, com isso, respostas por parte do então presidente Juscelino Kubischek. Conquanto, cabe destacar que não só a região Nordeste que pressionava a intervenção da União em sua realidade. Segundo Becker (1997), de 1930 a 1950, a migração de nordestinos para a região de maior dinamicidade econômica era vista como sinônimo de progresso, contudo, de 1950 em diante, a concepção altera-se, e aí se constroem discursos exacerbando a necessidade de dinamizar a economia nordestina para absorver a força-de-trabalho. Desta feita, o citado presidente:

[...] chamou algumas pessoas (entre as quais Furtado) para discutir a questão, e, diante da exposição feita por este, determinou o lançamento da Operação Nordeste em Janeiro de 1959. Por decreto, criou o Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) ainda em abril e enviou ao Congresso o projeto de lei de criação da Sudene (CANO, 2001, p. 106).

Assim, para atuar em conjunto com o DNOCS, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). De acordo com Oliveira (1977), o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) foi considerado pré-SUDENE. O Executivo criou o CODENO para elaborar a própria SUDENE e as estratégias de intervenção na região Nordeste. Para tal, foram nomeados, pelo presidente, os

governadores dos estados da região, representantes dos ministérios e de outras agências de fomento: “Houve quem visse nessa estruturação a marca de um ‘novo federalismo’; entretanto, essa estruturação é sobretudo a marca da concentração de poder em mãos do Executivo Federal e, portanto, a morte da Federação” (OLIVEIRA, 1977, p. 102).

Oliveira (1977) destaca que o entorno da criação da SUDENE foi configurada por relações de poder advindas dos interesses de classes sociais que buscavam materializar os direcionamentos políticos administrativos. Conforme escreve este autor (1977, p. 14):

Prima facie, a experiência da SUDENE parece excessivamente marcada pela força ou fraqueza de alguns dos seus personagens principais: o vigor intelectual de um Celso Furtado, o vigor político de um Cid Sampaio, o messianismo de um Francisco Julião, o maneirismo pessedista de um Miguel Arraes, a falta de caráter de um João Goulart, o desvario brasílico de um Juscelino Kubitschek. É preciso, porém, entender tais personagens como personas no sentido de Marx: representam forças sociais; seus nomes privados são nomes próprios das classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar.

Sob o comando de Celso Furtado, a então criada SUDENE procura colocar politicamente e economicamente em prática um ambicioso e ousado plano de intervenção Estatal na região nordeste (CANO, 2001). Este plano tinha, segundo Cano (2001) e Bacelar (2001), como objetivos: a “transferência” populacional do semiárido para o Maranhão, para a região oeste baiana e para as margens de rios; a promoção da reforma agrária; e o incentivo, por meio de políticas fiscais, do processo de industrialização via o fortalecimento e criação de uma elite local/regional urbana/industrial que pudesse “colidir” com os interesses da elite agrária. Malvezzi (2007, p. 68) historia que a SUDENE:

Nasceu com o intuito de desenvolver o Nordeste, principalmente o Semi-Árido [...] Propunha objetivos ambiciosos: a industrialização e a superação dos problemas agrícolas, tantas vezes agravados pelas secas, mas decorrentes, fundamentalmente, de uma agricultura inadaptada ao clima regional. Propunha a colonização das terras despovoadas no Maranhão e no Oeste da Bahia, aproveitando melhor as bacias hidrográficas e os açudes do Nordeste para irrigação (MALVEZZI, 2007, p.68).

Oliveira (1977) divide a diversidade de caminhos que a SUDENE poderia tomar em dois. Ele destaca que se deste conflito os vencedores fossem as forças populares, a realidade seria outra. Entretanto, a concepção de desenvolvimento que se

consolidou na SUDENE foi a capitalista monopolista, considerada um mecanismo de auxílio aos latifundiários e aos barões do açúcar. Malvezzi (2007, p. 69), em sintonia com as considerações de Oliveira (1977), evidencia que a SUDENE foi cooptada por elites nordestinas, transformando-se num: “[...] manancial de transferência de recursos públicos para o setor privado, sem qualquer retorno social”. A bipolarização geopolítica oriunda da Guerra Fria (1945 – 1991) contribuiu com a transformação da SUDENE em instrumento para o capital (CANO, 2001). Isto decorre do fato de parte do planejamento estabelecido pela liderança da SUDENE ser considerada comunizante. Com isso, após o Golpe Militar de 1964, o estabelecido enquanto planejamento é readequado a partir dos parâmetros ideológicos do Regime Militar. No caso, segundo Cano (2001, p. 115): “Com o golpe, a proposta do GTDN foi profundamente atingida, mais nas políticas agrárias e agrícolas do que nas de infra-estrutura e de indústria”.

Furtado (1998) arguiu que os anos iniciais de formação e execução dos planos da SUDENE foram muito exitosos:

Chegamos a 40 novos projetos industriais. Todo mundo queria investir no Nordeste, e ainda tinha o fundo de ágios, que o governo podia usar. Depois, apresentei a Lei de Incentivos Fiscais, que criei para o Nordeste, no quadro da Sudene, e que hoje é aplicada em todas as regiões do Brasil. Na verdade, inspirei-me na legislação do Mezzogiorno italiano, que tinha incentivos fiscais para promover o desenvolvimento. Quem investisse no Nordeste teria um subsídio do governo, correspondente a tanto por cento do capital próprio. Isso mudou tudo. O pessoal do Sul quis investir no Nordeste, e foi uma chuva de projetos. Alguns falharam, mas muitos ficaram. E começou a transformação do Nordeste (FURTADO, 1998, p. 66).

Os militares, ao “tomarem” o poder Estatal, continuam com a promoção do crescimento e do desenvolvimento. Realizaram investimento em infraestrutura que permitissem a maior circulação, incentivaram o processo de produção por meio de incentivos fiscais e atuaram com suas empresas estatais (CANO, 2001) na formação de uma economia regional nordestina “forte”, moderna, industrializada. Com isso, acreditava-se haver uma redução do desequilíbrio econômico regional brasileiro. De fato, os militares teceram um direcionamento político ligado diretamente aos interesses das elites econômicas ou/e políticas ligadas à região nordestina. Como exemplo se cita a questão fundiária do Nordeste brasileiro, em que os militares negaram a Reforma Agrária, mas promoveram a colonização do Oeste baiano conforme o plano inicial da SUDENE. Entretanto, ao invés de ser colonizada por agricultores familiares devidamente

assentados, foi por meio do capital latifundiário que a territorialização daquela região se hegemoniza. Conforme Bacelar (2001, p. 82):

Quer dizer, na época dos militares, como não era para fazer reforma agrária, era para se adentrar pela fronteira, esse processo de adentramento da fronteira atinge o oeste do Nordeste. Então, o lado oeste do São Francisco, o sul do Piauí e o Maranhã eram espaços penetrados pela agricultura que tinha subido do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste naquela direção. E não havia nordestinos, havia predominantemente “gaúchos” ocupando aqueles espaços. Os nordestinos tinham ficado nos espaços do semi-árido e os “gaúchos” tinham subido naquela direção, expulsos de suas terras. E tinha-se reproduzido na fronteira a estrutura fundiária perversa das áreas já ocupadas. O conteúdo essencial da proposta reformista não tinha sido aplicado, mas a ocupação tinha sido feita, uma ocupação conservadora, no padrão do que era o desenvolvimento do país na época.

Conforme destaca Cano (2001), o Nordeste economicamente aumenta seu dinamismo na década de 1960 até meados da de 1980. Bacelar (2001, p. 77) diz que esse período, em nível nacional: “[...] se chama, na literatura recente, de ‘modesta desconcentração’ das atividades produtivas”. Nas considerações de Andrade (1970, p. 127):

Se analisarmos os resultados da atuação da SUDENE no setor de industrialização observaremos que ela vem não só contribuir para a instalação de novas indústrias no Nordeste, como também para financiar a ampliação e a modernização das indústrias tradicionais aqui existentes, algumas delas atingidas pelos auxílios da SUDENE quando atravessavam sérias crises devido à incapacidade para concorrer com as similares existentes no Sudeste do país.

Entretanto, o desenvolvimento social não é alcançado. Além disto, o dinamismo econômico propiciado pelo Estado na região Nordeste sofre a contradição de “ir bem” na medida em que o Estado, por meio de seus órgãos, agências e empresas “vai bem” (BACELAR, 2001). O que se coloca é que a atuação por parte do governo federal não conseguiu consolidar o mercado local e o regional com maior independência e autonomia. O resultado dessa desastrosa intervenção estatal foi o agravamento dos problemas sociais.

Ou seja, o país tinha conseguido dar saltos, modernizar-se, o Nordeste tinha conseguido se agarrar na dinâmica nacional, industrializar-se, mas a miséria continuava intacta. A “cara” do Brasil estava refletida com muito mais força no Nordeste do que em outros lugares do país pela natureza do processo então em curso (BACELAR, 2001, p. 81).

Quando Celso Furtado regressa do exílio, segundo Bacelar (2001), e se depara com a “realidade” nordestina em parte modernizada, com alguns projetos da SUDENE implementados e outros ressignificados aos interesses ideológicos dos militares - no entanto, como apontado na citação acima, com a permanência da miséria - chega à conclusão de que ao pensado inicialmente pela SUDENE era equivocado, pois o maior dinamismo econômico não permitiu a superação das mazelas sociais. Assim, conforme destaca Bacelar (2001, p. 83), Furtado acredita que:

No nordeste, para enfrentar mesmo a questão regional, tem-se que distribuir dois ativos importantes, ou não adianta. E os ativos que sugere distribuir são: terra e educação. Enquanto não se mexer na estrutura fundiária, enquanto não se promover o acesso da população ao conhecimento, não será equacionada a tragédia regional. O investimento realizado é apropriado pelas elites, não chega à população.

Acrescenta-se à justa distribuição de terra e de educação, a partir das considerações teóricas sobre o Semiárido de Mavezolli (2007), a da água. Entretanto, Bacelar (2001) evidencia que do processo de enfraquecimento da SUDENE, em meados de 1980 até o início do século XXI, pouco se alterou no direcionamento político conservador por parte do Governo Federal. No que toca a década de 1990, segundo Bacelar (2001), as políticas do governo federal se concentraram em duas: “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”.

De forma geral, como investigado por Bacelar (2001), a maior parte das obras realizadas por estas políticas foram direcionadas em infraestrutura. No entanto, estas não eram voltadas especificamente para o Nordeste bem como para o Semiárido brasileiro, o interesse era a: “[...] integração competitiva dos ‘pedaços competitivos’ do Brasil na economia mundial” (BACELAR, 2001, p. 86). Como consequência regional, na década de 1990, este tipo de atuação do governo federal fez com que algumas áreas nordestinas já dinâmicas devido à histórica formação territorial e a criticada seletividade espacial da SUDENE⁴¹ tivessem prioridades no recebimento de incentivos governamentais. Desta feita, esta opção de intervenção espacial acabou por deixar a “margem” das políticas públicas outras regiões. Assim, por exemplo:

[...] dentro da lógica da política oficial, não existe nenhuma proposta de reestruturação da base produtiva do semi-árido, ela simplesmente não está na agenda de discussão. Esses espaços estão fora da agenda de

⁴¹ Ver Andrade (1970).

discussão, não se debate o que se vai fazer com essas regiões (BACELAR, 2001, p. 88).

A SUDENE, por sua vez, como dito acima, pouco fazia, pois estava submergida em conflitos e acusações de corrupção bem como de usufruto particular (político e econômico) das políticas realizadas. Em matéria publicada no Dossiê SUDENE, promovida pelo Jornal do Comércio, Pernambuco, Maciel (2014) destaca que Antonio Carlos Magalhães anteviu o fim da SUDENE. Diz que em 1993, numa reunião da SUDENE, proferiu um discurso em que chamava a atenção dos demais “colegas” políticos sobre a falta de intervenção nas mazelas vividas no Nordeste: “A Sudene está sob suspeição, o Nordeste está sob suspeição, e se a Sudene não modificar o seu modelo vai desaparecer. Acho do meu dever advertir: ou nós modificamos ou ela acaba. Já abusaram demais dos recursos da Sudene” (MAGALHÃES, *Apud.* MACIEL, 2014, p. 01).

De fato, Magalhães gostaria que a SUDENE não se extinguisse. Entretanto, a historiografia (GOMES, 2001) deste político impede que se acredite que sua preocupação era com o Nordeste. Magalhães, desta feita, buscava defender um interessante instrumento de articulação de poder (político, econômico, ideológico, cultural etc.), assim, não pedia que parassem os diversos tipos de corrupção, mas que se modificassem para conseguir “atingir” as pessoas realmente interessadas e, com isso, amenizar os impactos sociais para diminuir a pressão política e econômica que sofriam por movimentos sociais, opositores políticos e setores da mídia. O que Magalhães propõe é o uso racional da atividade corruptiva democrática, em que os políticos modifiquem alguns elementos da realidade nordestina para que a população não se revolte, bem como não deixe possibilidade para acusações de opositores políticos como da mídia. Literalmente, como destaca Poulantzas (1980), a estratégia dos agentes do Estado é amortecer o conflito de classe. A título de nota: no ano de 2001, o medo de Magalhães se concretiza.

Para o momento, reverbera-se que a história de intervenção governamental no Nordeste caracteriza-se por sucessivas práticas conservadoras de modernização integradora que não possibilitaram a justa democratização do uso da terra, da água e do acesso à educação de qualidade como de outros serviços necessários para garantir qualidade de vida para a população do Semiárido/Nordeste brasileiro.

3.2 Políticas Públicas para o semiárido no início do século XXI

A virada de século no Brasil foi acompanhada da mudança na vida política administrativa da União. Luís Inácio Lula da Silva, do PT, saiu vitorioso das campanhas eleitorais de 2002. A eleição elegeu para presidente um metalúrgico que estava à frente de um partido que há oito anos era oposição do Governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Com a mudança da esfera ideológica política administrativa, segundo Karam (2012), há a “virada institucional”, entendida como a retomada da atuação do Estado na diminuição das desigualdades sociais e econômicas espacializadas em diversas escalas e dimensões (i)materiais. Para tal, o presidente Lula instrumentaliza-se a partir de práticas diretas e generalizadas de intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento nacional e, por conseguinte, regional/territorial - como vice-versa – frente aos (des)limites da ordem mercadológica mundial contemporânea.

No governo PT, das políticas públicas para o Semiárido, se destaca a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR (2003), a cargo do Ministério da Integração Nacional. Esta política objetiva ser uma alternativa para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento social sustentável não só da região semiárida, mas de todo o Brasil. Segundo Karam (2012), a PNDR é um marco na intervenção socioeconômica do Estado brasileiro, anunciando novos horizontes para o Brasil e suas regiões administrativas. Em definição no documento da PNDR (2003, p. 9, 10):

Em suma, trata-se de um novo horizonte para as políticas de desenvolvimento, em que o objetivo de crescimento econômico necessariamente se associa à mobilização cívica, à cooperação, à valorização das identidades locais e regionais e à inclusão participativa de amplos setores da sociedade. O Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, tem na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR uma estratégia de desenvolvimento alternativa à guerra fiscal e à fragmentação territorial que predominaram desde a década de 80, para que a retomada do crescimento resulte, de fato, num Brasil de todos.

Ciro Gomes, então ministro da integração, 2003, na apresentação da PNDR, reverbera a ideia de mudança na gestão pública, principalmente no que toca o fomento ao desenvolvimento de áreas estagnadas ou em decadências devido à baixa dinamização econômica. Com isso, Ciro argui que a nova intervenção regional do Estado deve propiciar os caminhos para a efetivação das transformações de infraestrutura que

permitam futuras ações modernizadoras dos governos e dos setores privados, criando, assim, espaço(s) em que, aos poucos, a desigualdade social se “evapore”. Em suas palavras:

Preparar o terreno para a edificação de um novo período histórico afirma-se, portanto, como um dever e uma obrigação daqueles que, como eu, estão engajados na tarefa de mudar a orientação herdada dos governos anteriores e recolocar, no rumo correto, o projeto de Nação que almejamos nesta entrada do Século XXI. E, devo afirmar, nossa missão passa pelo repúdio e superação, creio que com a unanimidade dos brasileiros, das inaceitáveis desigualdades sociais e regionais que saltam à vista de todos e tornam o cotidiano de muitos insuportável. Deixar o fardo das iniquidades para trás representa para o País a condição mais importante de mudança do curso da história (GOMES, 2003, p. 07).

Como é percebida na citação, a PNDR é entendida dentro de um processo que “promete” alterar o curso da história das políticas de intervenção espacial no Brasil. Para tal, conforme destaca o Relatório da PNDR de 2010, a política, a princípio, se divide em dois momentos: fase I: 2003 – 2010 e fase II: 2011 – 2015. Entretanto, cabe destacar que a 2ª fase da PNDR foi recentemente (2014) apresentada para os trâmites burocráticos da administração pública. Assim, no mandato de Dilma Rousseff, 2011 a 2014, no que toca a estratégia oficial de intervenção regional, a visão administrativa do presente governo é entendida, aqui, como continuidade da política administrativa consolidada nos dois mandatos do seu precedente. Segundo Lopreato (2014, p. 240):

O governo Dilma Rousseff manteve a equipe econômica e a estratégia delineada na era Lula. Não alterou o modo de atuação do Estado nem as medidas de incentivo ao mercado interno. As várias formas de incentivos e apoio ao capital privado reafirmaram a defesa da ação estatal em favor do crescimento. O uso de incentivos e subsídios fiscais, os privilégios nas compras públicas, a defesa dos índices de nacionalização, o fortalecimento da atuação dos bancos e das empresas públicas sustentaram características semelhantes à fase anterior, indicando se tratar de um governo de continuidade.

Assim, durante os 8 anos de atuação do presidente Lula, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi apresentada (2003) e institucionalizada em 2007, mesmo ano de recriação da SUDENE e SUDAM. A SUDECO, por sua vez, foi recriada em 2011. A institucionalização da PNDR, seguindo o destacado na Constituição de 1988, a torna política de Estado, garantindo, desta maneira, sua continuidade entre as mudanças de governo (KARAM, 2012). Assim, por entender a institucionalização da PNDR de importância no direcionamento político regional brasileiro, nesta tese se dividirá a fase I

da PNDR em dois momentos. O primeiro corresponde aos anos de apresentação (2003) até sua institucionalização por meio do Decreto nº 6.047, de fevereiro de 2007; e o segundo momento se refere ao período posterior à institucionalização da PNDR e recriação da SUDENE, até o ano de 2014, momento de encaminhamento do novo projeto de lei a Casa Civil da Presidência da República.

Nos anos de 2003 a 2007, a proposta de política serviu para orientar os investimentos do governo federal e ampliar os estudos e elaboração de programas que permitissem a melhor intervenção na realidade brasileira. Na PNDR, a orientação foi a prioridade de intervenção para as regiões, em suas variáveis escalas, de maior disparidade econômica e social e de interesse do Estado-Nação, como, por exemplo, a região da Faixa de Fronteira (CARVALHO, 2010).

Para a elaboração de regiões prioritárias, a PNDR (2003) levou em consideração os censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1991 e de 2000 e a estimativa do PIB (Produto Interno Bruto) municipal confeccionada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a partir do crescimento médio do PIB per capita trienal (1990 – 1993 e 1999 – 2002). Segundo a PNDR (2003, p. 10):

As variáveis procuram exprimir padrões e dinâmicas recentes da distribuição da população no território; características da população no que tange a rendimento médio, local de residência (rural ou urbana) e nível de educação; e dinamismo econômico, captado por meio da variação do PIB per capita.

Os resultados dos dados obtidos foram espacializados nas regiões brasileiras. Verificou-se que a região Norte e Nordeste estão distanciadas economicamente e socialmente da região Sul e Sudeste. Já a região Centro-Oeste teve um aumento dos indicadores econômicos e sociais e se aproxima das duas regiões economicamente mais ativas do Brasil (PNDR, 2003). As informações levantadas também assinalaram que todas as macrorregiões brasileiras possuem diferenças internas, apresentando sub-regiões dinamizadas com outras em condições de estagnação econômica. Entretanto, há áreas consideradas de extrema desigualdade no aspecto da diferença do nível de rendimento e social, e estas são a Amazônia e o Semiárido (PNDR, 2003).

Diante desta realidade, a PNDR apresentou a proposta de intervenção em diferentes níveis escalares do território nacional, promovendo políticas de infraestruturas e sociais que pudessem, ao mesmo tempo, dinamizar a economia e promover a superação

das mazelas sociais. Visa-se, assim, garantir um desenvolvimento nacional mais equilibrado entre os espaços brasileiros (PNDR, 2003) por meio da dinamização produtiva e social de suas macrorregiões e sub-regiões a partir da valorização das respectivas particularidades históricas, econômicas, sociais, culturais e naturais. Na PNDR (2003), também se observa que o crescimento econômico e o desenvolvimento social “são pensados” a partir da articulação entre os ministérios e o maior diálogo com os agentes dos estados da federação, dos municípios, bem como com lideranças de movimentos sociais e a comunidade interessada de forma Geral (PNDR, 2010).

O imaginário resultante da PNDR (2010) é de que a atuação multiescalar contribuirá para o fomento do processo de modernização e de dinamização econômica dos espaços e, por sua vez, a maior integração das políticas públicas inter e intra-regionais (infraestrutura, saúde, fiscal, renda, educacional, agrária etc) permitirá, concomitantemente, o desenvolvimento social, o que resultará num ambiente social sustentável (PNDR, 2010). Cabe destacar que a atuação multiescalar do Estado pode, segundo Karam (2012), ser considerada um avanço no que toca a forma de intervenção política, pois supera a visão desenvolvimentista macrorregional proposta pelo Estado brasileiro com as Superintendências criadas entre as décadas de 1950 e 1960.

No tocante ao Semiárido, a PNDR, por meio de suas atribuições e objetivos, nesta primeira fase, aprofunda os estudos que possibilitem o melhor direcionamento político dos distintos territórios. Para o Semiárido, foi confeccionado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA - 2005), a cargo da Secretaria de Assuntos Regionais, do Ministério da Integração Nacional. Este está em consonância com os propósitos da PNDR, sendo que:

[...] o PDSA se coloca como elo indispensável da cadeia programática que nasce na PNDR e chega até às comunidades locais do Semi-Árido, como desdobramento estratégico do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste-PDNE. Deste ponto de vista, o PDSA se coloca como figura programática entre a PNDR e programas e projetos operativos, de iniciativas federais, estaduais e mesorregionais. Estritamente falando, o PDSA serve de viga mestra para a concretização da PNDR no Nordeste Semi-Árido (PDSA, 2005, p. 72).

O Semiárido, espaço de ação política prioritária, na contemporaneidade, foi, como apresentado na introdução, definido no ano de 2005. Participam deste território oito estados nordestinos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Acrescenta-se o estado de Minas Gerais (a sua parte norte), da região

sudeste. Do Nordeste brasileiro, apenas o estado do Maranhão não tem nenhuma parte de seu território na região de Semiárido, no entanto, há um movimento que busca inserir 46 municípios maranhenses que Lemos (2007) apresenta possuir as características estipuladas para definir a região semiárida.

Em nível de atuação, o PDSA dividiu a região Semiárida em três eixos: espacial, social e econômico. Essa separação, como visto no PDSA (2005), não significa que os mesmos não possuem diálogo, pelo contrário, a caracterização de um já induz a presença dos outros dois. Assim, primeiramente, o eixo espacial foi a criação de sub-regiões para a atuação do PDSA. Desta maneira, respaldados em singularidades sociais (históricas e culturais) e econômicas, foram definidas três Áreas Geoestratégicas (Sertão Norte, Ribeira do São Francisco e Sertão Sul) e nove sub-regiões (Sertão do Piauí; Sertão do Araripe; Sertão do Apodi; Sertão da Borborema; Ribeira do Médio São Francisco; Ribeira do Submédio São Francisco; Ribeira do Baixo São Francisco; Sertão de Canudos; e Sertão de Contas).

Como visto no PDSA, o eixo social caracteriza-se por meio de iniciativas que visem diminuir as distintas formas de desigualdades sociais do Semiárido. Para isso, se destaca, segundo a PDSA (2005): as iniciativas de criação de um sistema público que garanta os direitos básicos dos cidadãos, como saúde e educação de qualidade; promover a concentração demográfica nas cidades e vilas; e a promoção da maior integração entre o urbano e o rural com o intuito de gerar novas atividades produtivas, com isso, mais empregos (PDSA, 2005). O eixo econômico, por sua vez, direciona-se para atuar no nível interno do Semiárido bem como no nível externo, tanto para dentro do Brasil como para o mundo. Segundo o PDSA (2005, p. 78):

Neste particular, prevê-se a combinação de grandes blocos de investimento, pontualmente localizados, com investimentos de pequeno porte, distribuídos ao longo do território. Isto significa - na esfera macroeconômica - produzir outras formas de alocação e realocação do capital, compatíveis com o novo paradigma do planejamento e desenvolvimento regional. Implica também - agora na esfera microeconômica - buscar maior eficiência para as alternativas de produção, comercialização e consumo.

Desta feita, para efetivar o proposto na PNDR e no PDSA foram elaborados diversos programas que pudessem mitigar a diversidade de problemas sociais, naturais, econômicos que atuam na vida do sertanejo. Segundo o PDSA (2005), os programas que o governo federal gere no Semiárido são: Desenvolvimento Integrado e Sustentável do

Semi-Árido-Conviver; Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais-Promeso; Organização Produtiva de Comunidades Pobres-Produzir; Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões-Promover; Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; Proágua Semi-Árido; Recuperação de Perímetros de Irrigação; Agronegócio da Irrigação; PAN-Brasil; Cenários do Bioma Caatinga; Inclusão Digital; Arranjos Produtivos Locais-APL; Combate ao Trabalho Infantil e Trabalho Escravo; Exploração do Gás Natural; e Ferrovia Transnordestina.

Como pode ser observado, o Estado, por meio da atuação de seus ministérios frente aos objetivos da PNDR e do PDSA, busca realizar um conjunto diversificado de intervenção administrativa a fim de conseguir garantir a efetivação do crescimento econômico e do desenvolvimento social amparados no paradigma da sustentabilidade. Entretanto, como evidencia Karam (2012, p. 111):

O período entre 2004 e 2007, não por acaso, marca um interregno de poucos avanços para a PNDR. As dificuldades organizacionais e as limitações institucionais se traduzem na falta de um marco legal, que só se concretiza com a publicação do Decreto nº 6.047, de fevereiro de 2007. O ato normativo que a institui formalmente e chancela as linhas gerais da proposta original de 2003, destacando os papéis do MI como seu operador e da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como instância articuladora e coordenadora.

Fatores que permitiram com que o período não fosse de todo desastroso e garantisse a absorção de mão-de-obra foram à política de distribuição de renda denominada Bolsa Família⁴² (MENDES JÚNIOR, 2010) e o investimento do governo Federal por meio de obras de infraestruturas bem como o incentivo ao setor da construção civil com políticas de acesso à moradia. Estes projetos permitiram a inserção de capital na dinâmica econômica de diversas espacialidades (nacional, regional e local). Com isso, contribuíram com a geração de emprego e com o modesto crescimento econômico e desenvolvimento social (PNDR, 2010).

O segundo momento de atuação da PNDR, como visto na citação, inicia com o Decreto nº 6.047, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, a questão

⁴² O programa Bolsa Família é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Os critérios para concessão das bolsas atrela-se a renda *per capita* das residências. Famílias com rendimento mensal per capita entre 70,01 a 140,00 reais só podem se inscrever no programa caso tenha uma criança ou adolescente (0 – 17 anos) na residência. Já as famílias com renda per capita de até 70,00 não precisam do critério acima para se inscrever. No anexo 3, se encontra a tabela 1 que evidencia a evolução da concessão da Bolsa Família nos estados envolvidos pelo Semiárido.

regional, mais que uma política governamental de intervenção nas distintas realidades brasileiras, tornou política de Estado. Karam (2012) argumenta que a atitude foi tomada porque a discussão regional estava perdendo a força devido à descrença criada pelos resultados alcançados nos primeiros anos de ação da PNDR.

Assim, a institucionalização da PNDR reflete um momento de intensificação do crescimento e do desenvolvimentismo brasileiro. Em 2006, Segundo Lopreato (2014, p. 230), o governo Lula troca o Ministro da Fazenda, substituindo Antonio Palocci por Guido Mantega. Com este, o governo federal aumentou significativamente sua responsabilidade com o crescimento:

A mudança não refletiu mera resposta conjuntural à crise mundial de 2008, ocorreu o redirecionamento da ação estatal a favor do crescimento. A adoção de um programa de investimento, a expansão dos gastos públicos, o uso de incentivos fiscais no apoio a setores industriais, a definição de novas diretrizes de atuação de empresas e agentes financeiros estatais, as alterações no modelo de articulação com o capital privado recolocaram o Estado como ator do projeto de crescimento e, apesar de embrionárias, deram lugar à construção de outro caminho de atuação do Estado.

Desta feita, somada à institucionalização da PNDR, houve, por meio do Ministério do Planejamento, a aplicação de recursos, na região Semiárida e na nordestina, em setores estratégicos (infraestrutura, saneamento, habitacional, transporte etc.) de geração de emprego e renda. Esta medida é conhecida como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - 2007), que, contemporaneamente, se encontra numa segunda fase. Além desta, para o Nordeste e para o Semiárido, foi iniciada, no ano de 2007, a obra do polêmico projeto de transposição do Rio São Francisco. Um projeto da época de D. Pedro II se inicia com o discurso de levar água para as regiões do nordeste que apresentam escassez. O ano de término da obra seria 2010, contudo, com os atrasos a data de inauguração foi adiada para 2015⁴³. Obra “faraônica” que, segundo Malvezzi (2007, p. 47), segue: “[...] a lógica da ‘Indústria da Seca’, que sempre fortaleceu o poder político e aumentou o patrimônio particular da elite nordestina com grandes obras destinadas a ‘resolver’ o ‘problema da seca’”. Como crítica a transposição do Rio São Francisco, Malvezzi (2007) tece três argumentos. Primeiramente, o autor expõe que a área de

⁴³ Oliveira (2010, p. 19), ao apresentar o contexto de criação da SUDENE, permite compreender que atrasar obras não é um fato novo, em seu caso conta a história de um ilustríssimo ladrão: “Eu conheci um político potiguar que morava no Rio e fazia um açude que não terminava nunca. A água terminava, mas o açude... nunca! Qual era o sinal de nobreza desse ladrão? O sinal de nobreza dele, à moda dos gângsteres de Chicago, era que nenhum visitante que ia à casa dele era recebido com uma garrafa de uísque já aberta. Para cada visitante ele abria uma nova garrafa de uísque! À custa do açude que se financiava no Rio Grande do Norte”.

abrangência da transposição corresponde a 6% do território do Semiárido. Segundo, acredita que tal medida está relacionada com o mito da escassez; pois o mesmo apresenta que o Semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos do mundo, sendo que o problema está na opção de armazenamento escolhido - como exemplo de possibilidade de intervenção para além da transposição cita alguns projetos de convívio sustentável com a semiaridez, como o projeto Uma terra e duas águas (cisternas). Terceiro, Malvezzi (2007) se preocupa com o futuro do rio, pois a degradação ambiental progressiva no entorno de todo o São Francisco pode ocasionar danos futuros dificilmente reparáveis.

Outro elemento de “reativação” dos ânimos em prol do desenvolvimento regional foi a recriação da SUDENE e extinção da ADENE. Entretanto, dentro da historiografia de promoção da PNDR, como evidenciado pelo projeto de lei da PNDR (2012, p. 7b) ao discutir os problemas para a efetivação significativa da diminuição das desigualdades macro e inter-regionais: “Embora recriadas, SUDAM, SUDENE e SUDECO sofrem de problema básicos (como insuficiência de quadros técnicos) e ainda não conseguiram readquirir musculatura técnica para cumprir seu papel”.

No fim do ano de 2010, o Ministério da Integração divulga o relatório de atuação da PNDR. Neste relatório, o governo, como de costume, exalta as conquistas e aponta as dificuldades a serem superadas. As conquistas para a efetivação das desigualdades macrorregionais foram modestas, segundo a PNDR (2010, p. 17):

Tanto as regiões estagnadas quanto as de Baixa Renda registraram a mesma taxa geométrica de crescimento anual do PIB (4,17%), um pouco acima da média do Brasil, o que representou discreto acréscimo da participação dessas regiões na formação do PIB nacional. Os dados indicam leve tendência positiva quanto à redução das disparidades regionais, mas em ritmo modesto.

As políticas de intervenção que permitiram o avanço citado foram a de infraestrutura e sociais (distribuição de renda). As políticas sociais, principalmente o Bolsa Família, atuaram como fator de aumento do nível de renda das famílias e como consequência houve o fomento ao mercado local, regional e nacional. As políticas de infraestruturas foram acompanhadas do processo de modernização produtiva, que ficou a “carga” dos governos (federal, estadual e municipal) por meio do estímulo fiscal para aplicação de capital privado ou investimento direto nos produtores, em obras de infraestruturas e por meio da atuação das empresas públicas. Segundo o Relatório da PNDR (2010), os investimentos por parte do governo ao fomento regional, comparado

com o governo anterior, foram altos. De 2003 a 2009, a média de repasse para a gestão dos programas desenvolvidos nas distintas regiões ficou em torno da média anual de 8 bilhões de reais (PNDR, 2010). Tendo o ano de 2009 o recorde de aplicação, com 14 bilhões.

A variação verificada no ano de 2009 justifica-se pela forma com que a PNDR foi financiada, pois ela não possui um fundo de investimento específico. A efetivação da PNDR ficou circunscrita aos sistemas de financiamentos estabelecidos antes de sua aprovação, que não estabelecem parâmetros de destinação do recurso da União. Com isso, o repasse pode variar de acordo com as necessidades administrativas ou interesses políticos do momento (eleição presidencial de 2010). Conforme pode ser visto no documento abaixo:

No campo do financiamento da política, com a inviabilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, a PNDR teve que contar apenas com os instrumentos tradicionais vigentes antes de sua aprovação quais sejam: os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO); e os Fundos de Desenvolvimento do Norte (FDA) e do Nordeste (FDNE) e os recursos orçamentários da União que já vinham sendo aplicados em programas mesorregionais do MI. Além dos instrumentos de financiamento, operam, ainda, incentivos fiscais concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE (PNDR, 2012, p.7b).

Os investimentos objetivaram a geração de maior dinâmica econômica dos espaços nacionais. No que toca os indicadores econômicos dos estados envolvidos com o Semiárido, a partir de um comparativo do PIB produzido entre os anos de 2002 e de 2010, verifica-se que, segundo o IBGE em 23/12/2012, houve o aumento na geração de riqueza. Entretanto, o aumento não foi significativo na composição do PIB brasileiro, tendo uma variação positiva de 1,1%. Na tabela 2 abaixo, se pode visualizar a participação de cada estado no PIB:

Tabela 2 – Participação no PIB pelos estados que compõem o semiárido brasileiro.

Estados	Produto Interno Bruto (2002) em milhões de reais	Participação no PIB	PIB per capita		Produto Interno Bruto (2010) em milhões de reais	Participação no PIB	PIB per capita
Brasil	1.477.822	100%	8.457,42	Brasil	3.770.085	100%	19.763,93
Piauí	7.425	0,5%	4.955,55	Piauí	22.060	0,6%	7.072,80
Ceará	28.896	2,0%	7.014,72	Ceará	77.865	2,1%	9.216,96
Rio Grande do Norte	12.198	0,8%	8.574,92	Rio Grande do Norte	32.339	0,9%	10.207,56
Paraíba	12.434	0,8%	6.265,58	Paraíba	31.947	0,8%	8.481,14
Pernambuco	35.251	2,4%	8.395,18	Pernambuco	95.187	2,5%	10.821,55
Alagoas	9.812	0,7%	12.941,07	Alagoas	24.575	0,7%	17.173,33
Sergipe	9.454	0,6%	8.871,76	Sergipe	23.932	0,6%	11.572,44
Bahia	60.672	4,1%	8.134,89	Bahia	154.340	4,1%	11.007,47
Minas Gerais	127.782	8,6%	14.095,52	Minas Gerais	351.381	9,3%	17.931,89
Total:	303.924	20,5%		Total:	813,626	21,6%	

Fonte: IBGE – 2012. Org. Robinson Santos Pinheiro.

Os dados de participação no todo do PIB nacional dos estados envolvidos na região de Semiárido vão ao encontro do apresentado pelo relatório da PNDR (2010), pois, como dito acima, o resultado para reduzir as desigualdades regionais foram pífios. Além do mais, cabe esclarecer que estes números não correspondem com a “realidade” econômica do Semiárido. Limitando aos dados apresentados na tabela 2, se apresenta o seguinte exemplo: Minas Gerais participa com 8,6% e 9,3% – praticamente a metade do volume do PIB produzido nesta região -, conquanto, as cidades mineiras envolvidas na delimitação do Semiárido localizam-se na parte norte⁴⁴, a mais pobre do estado.

No tocante ao Pib-per capita dos estados que compõem o Semiárido, sua evolução não consegue se estabelecer em patamares que consigam superar a evolução da média nacional. Inclusive, três estados (Piauí, Ceará e Paraíba), possuem renda per capita que praticamente não corresponde a 50% da nacional, outros quatro (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia) possuem Pib-per capita que não ultrapassa os 65%, e, somente Minas Gerais e Alagoas se aproximam da média nacional (ver tabela 2).

⁴⁴ No todo, o estado possui 853 municípios, destes 85 pertencem ao semiárido.

Reverbera-se, com isso, que a maior dinâmica econômica não se reverte em diminuição das desigualdades regionais.

A maior dinâmica econômica veio acompanhada, segundo Bacelar (2012), da tendência à mudança da base produtiva nordestina. No caso, é destacada a indústria de transformação (petroquímico, têxtil e automobilística) como principal motor de alternância do “poder” econômico. Entretanto, como ponto negativo a esta mudança, o que se indica, como sugere Bacelar (2012), é que pode estar ocorrendo a reconcentração produtiva. A preocupação de Bacelar é reverberada no documento executivo de discussão da PNDR (2012b, p. 25), pois se observa a preocupação com a reconcentração produtiva: “[...] crescem as indicações de um novo momento de reconcentração industrial, liderados pelos investimentos no Pré-Sal e pela nova onda de expansão da indústria automobilística no País”.

Entretanto, segundo Bacelar (2012), o resultado econômico apresentado permitiu a redução do desemprego e do trabalho informal. Como pode ser visualizado nas tabelas abaixo:

Tabela 3: Brasil e Grandes regiões: Grau de informalidade (%) 2000 e 2010.

Área Geográfica	2000	2010
Brasil	53,3	45,6
Norte	66,2	58,9
Nordeste	65,2	58,5
Centro-Oeste	54,6	44,7
Sul	49,0	41,7
Sudeste	46,8	38,8

Fonte: Bacelar (2012, p. 12). Org. Robinson Santos Pinheiro.

Tabela 4: Brasil e Grandes Regiões: Taxa de desocupação (%) 2000 e 2010.

Área Geográfica	Taxa de desocupação	
	2000	2010
Brasil	15,3	7,7
Nordeste	15,9	9,8
Norte	14,8	8,8
Sudeste	16,4	7,6
Centro-Oeste	13,7	6,6
Sul	12,0	4,7

Fonte: Bacelar (2012, p. 12). Org. Robinson Santos Pinheiro.

A informalidade não apresentou profundas mudanças, no entanto, a taxa de desocupação representou significativa redução. Bacelar (2012) também destaca outros avanços na área social. Desta, cita a redução da pobreza absoluta e da mortalidade infantil,

o aumento do rendimento médio mensal familiar e a melhoria no atendimento educacional.

Entretanto, há a permanência das desigualdades macro e inter-regional (PNDR, 2012b). Malvezzi (2007, p. 87 - 88) contribui com o entendimento de parte do dito acima quando, ao estudar os impactos do sistema de irrigação desenvolvido nas cidades de Juazeiro, BA, e Petrolina, PE, cita que em volta dos sistemas de irrigação:

[...] formaram-se bairros muito miseráveis, em situações insalubres, onde as populações empregadas na irrigação aglomeram-se para sobreviver. É um processo absolutamente injusto e desigual, concentrador de terra, água, riquezas e poder. A própria população nativa dessa região perdeu as terras para as empresas vindas do Sul, do Sudeste do exterior. As pessoas tornaram-se mão-de-obra barata na irrigação, ora morando nos bairros periféricos de Juazeiro e Petrolina, ora morando do lado de fora das cercas e muros que cercam os perímetros irrigados.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁴⁵, contribui com o entendimento da espacialização das políticas de crescimento e desenvolvimento social. Os dados do IDH evidenciam que as condições sociais gerais dos estados não apresentaram grandes avanços. Como pode ser observado na tabela abaixo, houve melhora nos números, porém, estes não foram significativos para melhorar a posição no ranking nacional. Verifica-se, com isso, a situação de “continuidade” da situação social.

Tabela 5: IDH dos estados envolvidos pela região do Semiárido.

IDH	Brasil		Paraíba	Ranking por Unidade de Federação (R. UF)	Rio Grande do Norte	R. UF	Ceará	R. UF	Piauí	R. UF
1991	0,493		0,382	23°	0,428	16°	0,405	20°	0,362	26°
2000	0,612		0,506	24°	0,552	14°	0,541	16°	0,484	25°
2010	0,727		0,658	23°	0,684	16°	0,682	17°	0,646	24°
IDH	Alagoas	R. UF	Sergipe	R. UF	Bahia	R. UF	Pernambuco	R.UF	Minas Gerais	R. UF
1991	0,370	24°	0,408	18°	0,386	22°	0,440	14°	0,478	10°
2000	0,471	27°	0,518	19°	0,512	23°	0,544	15°	0,624	8°
2010	0,631	27°	0,665	20°	0,660	22°	0,673	19°	0,731	9°

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

⁴⁵ O mesmo é obtido por meio dos dados referentes a perspectiva de vida ao nascer, escolaridade e Pib per capita.

Os dados evidenciam que os objetivos da PNDR 2003 ainda estão atuais: reduzir as desigualdades macrorregionais e inter-regionais, ofertando, assim, conforme a PNDR II (2012b), melhores condições de vida para os habitantes destes espaços, não os condenando pelo local de nascimento ou de morada. As dificuldades para a efetivação do proposto na política de desenvolvimento regional acima, segundo o relatório da PNDR de 2010, são: a falta de integração entre os órgãos da União bem como dos outros níveis de poder (estadual e municipal) e a disputa política, em seus diversos níveis, que historicamente se aproveitam da desigualdade para se promoverem politicamente e economicamente. Karam (2012, p. 113), ao estudar as dificuldades encontradas para a efetivação do proposto na PNDR, evidencia que:

[...] a heterogeneidade e amplitude das coalizões eleitorais como graves complicadores para a coordenação de políticas nos três níveis, uma vez que a ocupação de cargos na máquina administrativa por grupos dotados de orientações programáticas e interesses distintos, quando não antagônicos, frequentemente exacerba a desarticulação da ação pública.

O relatório da PNDR (2010), ao apresentar os resultados da fase I, deixa claro que os problemas serão sanados e as conquistas serão aprofundadas a partir da execução da segunda fase da PNDR. Entrementes, a fase II, como já apresentado, só recentemente foi apresentada à Casa Civil como projeto de lei. No ano de 2012, a proposta foi colocada para apreciação dos interessados (entes da federação e comunidade civil de forma geral).

O documento da PNDR (2012b, p. 12) apresentado reconhece a desigualdade territorial brasileira: “Nas microrregiões de Alta Renda do País, vivem 54,4% da população, mas elas concentram 77,2% do PIB brasileiro. As regiões restantes representam mais de 70% na área do país, abrigam 45,6% da população e apenas 22,8% do total das riquezas produzidas”. Por outro lado, também reconhece que o desenvolvimento regional equitativo não deve ser induzido pela perspectiva de redução do processo de crescimento das regiões de Alta Renda. Como destacado no documento da PNDR (2012b, p. 12):

[...] um maior equilíbrio não deve ser obtido com redução do crescimento das regiões de Alta Renda. Ao contrário, estas possuem, via de regra, papel estratégico no tecido produtivo brasileiro e devem ser objeto, como já são, de políticas de competitividade, assim como de políticas urbanas, sociais e outras, tendo em vista manter o alto crescimento com melhores condições de vida e mais equidade. Um maior equilíbrio regional deve vir de um crescimento ainda mais acelerado das regiões menos desenvolvidas e de um maior e melhor

acesso das populações dessas regiões aos serviços públicos fundamentais.

Desta feita, o imaginário espacial resultante da PNDR (2012b), assenta-se na “crença” de que com a intensificação do processo de dinamização econômica das regiões, conseguir-se-á alcançar os objetivos delineados; quais sejam: sustentar a trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais a partir da valorização dos potenciais econômicos, culturais, naturais e sociais, e fomentar a maior justiça no acesso aos serviços públicos, diminuindo, com isso, a desigualdade de oportunidades relacionadas com o local de nascimento e moradia. Para tal, a nova PNDR (2012b) reconhece que alguns entraves precisam ser superados. Entre eles, cita-se, como visto no relatório da PNDR (2010), a falta de comunicação entre a Política de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional com as outras esferas administrativas da união como entre os entes da federação.

Na PNDR (2012), se espera contornar a baixa comunicação entre os agentes da federação com a organização do Federalismo Cooperativo, que consiste na maior participação dos municípios, dos estados e da comunidade civil organizada na elaboração de projetos de intervenção regional. São quatro os princípios que balizam a presente proposta de participação cooperada: autonomia e descentralização, entendidas como o aumento da autonomia dos estados, municípios e atores sociais de definirem suas identidades, valorando os potenciais do lugar e da região; cooperação, visto enquanto relação de múltiplo apoio entre os entes da federação; coordenação, como exposto na PNDR (2012b, p. 9), não considerada como de hierarquia, mas de um processo administrativo de controle baseado na: “[...] integração e compartilhamento de decisões que se expressam em fóruns e mecanismos políticos de negociação intergovernamental”; e equidade, coesão e solidariedade regional, entendida como um modelo de desenvolvimento equilibrado, promotor da inclusão de áreas menos dinâmicas economicamente.

Ao mesmo tempo em que procura ampliar a comunicação entre os entes da federação e dos agentes administrativos federais, há a articulação de um processo de valorização das potencialidades locais e regionais dos respectivos espaços municipais e estaduais. Incita-se, com isso, que os governos municipais e estaduais “busquem” identificar as potencialidades econômicas, sociais e culturais que possam ser inseridas nas lógicas de divisão do trabalho nacional e mundial. Esta medida de maior valorização das potencialidades locais e regionais é intermediada pela ação do Governo Federal. Este

procedimento tem como objetivo a maior participação dos envolvidos no processo de desenvolvimento regional, assim, combinando políticas “de cima para baixo” com as de “baixo para cima” (PNDR, 2012b). Cabe mencionar que o proposto é discursivamente localizado no entorno da discussão sobre a sustentabilidade.

Entretantes, a contradição se instala, pois o espaço brasileiro imaginado pela PNDR passa por um intenso processo de dinamização econômica das áreas estagnadas como das de alto rendimento para conseguir efetivar a maior equidade regional e generalização do sistema público a partir de uma melhor qualidade. Conquanto, não se pode, como os documentos analisados pelo governo destacam fazer, negar a realidade mundial, em que o Brasil já é a sétima economia no mundo e os indicadores de degradação ambiental como social não são animadores (MALVEZZI, 2007). Oliveira (2010) contribui para o aprofundamento do questionamento ao rememorar um momento vivido com Celso Furtado, em que o último chega a Recife e pede que Oliveira o leve para ver a miséria da cidade. Optou por leva-lo até o Coque, bairro que considerava o exemplo do solicitado. Segundo Oliveira (2010, p. 21), o Coque enquanto espaço físico originário desapareceu, conquanto: “O Coque está hoje em Paraisópolis e Heliópolis, no morro da Providência no Rio – quer dizer, a questão brasileira, hoje, é outra. É outra. É para além, não aquém”.

O próximo subcapítulo apresentará os indicadores socioeconômicos da microrregião de Euclides da Cunha, BA, que permitam compreender parte do “reflexo” do imaginário espacial federal. No caso, não se destacará a atuação da PDSA, instrumento da PNDR, mas sim a análise dos indicadores da dinâmica socioeconômica, considerada pela PNDR (2012b) peça fundamental para o maior desenvolvimento social.

3.2.1 Microrregião de Euclides da Cunha do “agora” (2000 – 2012)

A escolha da microrregião de Euclides da Cunha, BA, para realizar o estudo de caso da PNDR, ocorreu por esta conter parte dos municípios que diretamente aparecem citados (Cumbe – hoje Euclides da Cunha -, Monte Santo, Uauá, Tucano, Canudos – outrora Monte Belo - e Queimadas) na obra euclidiana *Os Sertões*. Assim, no sentido de investigar a situação presente de integração modernizadora, ocorreu entre os dias 19 a 25 de abril de 2014, um trabalho de campo em quatro municípios (Canudos, Monte Santo, Euclides da Cunha e Uauá) dos nove que compõem a microrregião⁴⁶.

Primeiramente, cabe destacar que a microrregião de Euclides da Cunha, localizada no estado da Bahia, é predominantemente rural. A população rural, como pode ser visto na tabela abaixo, se apresenta superior a urbana em seis municípios dos nove que a compõe.

Tabela 6: Evolução da população urbana e rural da microrregião de Euclides da Cunha.

Ente da federação	População urbana		População Rural		Total da população	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Bahia	8.772.348	10.102.246	4.297.902	3.914.430	13.070.250	14.016.906
Cansanção	9.221	11.021	22.726	21.887	31.947	32.908
Canudos	6.541	8.698	7.220	7.034	13.761	15.732
E. da Cunha	29.354	28.873	24.531	27.416	53.885	56.289
Monte Santo	7.226	8.845	48.913	43.493	56.139	52.338
Nordestina	2.875	3.921	8.925	8.450	11.800	12.371
Queimadas	9.783	12.492	14.830	12.110	24.613	24.602
Quijingue	4.892	6.377	21.484	20.851	26.376	27.228
Tucano	18.587	21.958	32.351	30.460	50.948	52.418
Uauá	9.608	10.761	16.909	13.533	26.517	24.294

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

Soma-se a isso, o fato dos três municípios (Canudos, Euclides da Cunha e Queimadas) que possuem maior população urbana terem uma diferença mínima em relação a rural; evidencia-se, dessa forma, a importância deste setor produtivo. Como no caso de Canudos, sua população é minimamente urbana, contudo, a maior atividade produtiva é o plantio e o comércio de bananas realizado por meio do trabalho familiar - este sistema produtivo é alimentado pelo sistema de irrigação (ver imagem 9) proposto

⁴⁶ Junto ao trabalho de campo, foi realizada uma entrevista com um representante político indicado pelo secretariado da prefeitura para responder acerca da efetividade das políticas federais bem como expressar o imaginário espacial idealizado pela prefeitura.

no projeto de construção do Açude de Cocorobó, no rio Vaza Barris, que inundou a antiga Canudos. Segundo um dos coordenadores da Associação de Irrigantes do Perímetro do Vaza Barris, no ano de 2014, existem 560 famílias produzindo no perímetro. O interlocutor chama a atenção para o fato de serem trabalhadores familiares no campo, dependentes exclusivamente de sua produção, todavia, a grande maioria reside no espaço urbano, como o caso do produtor Messias (ver imagem 9):

Imagem 9: Messias. Produtor familiar de bananas, a esquerda, entre o mato da beira da estrada e a folhagem das bananeiras, de cinza, o aqueduto de irrigação.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (22/04/2014)

Como observado por todas as autoridades municipais entrevistadas, a agricultura e a criação de caprinos e ovinos são a base da produção das cidades. Além destas atividades principais, há a oferta de serviços (comércio em geral) bem como pequenas e médias indústrias; como exemplo cita-se a indústria de transformação do Umbu, organizada por meio da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), com sede localizada na cidade de Uauá.

Ainda no que se refere a população, outro elemento a se destacar é a quantidade populacional, pois, mesmo com o lugar sofrendo as adversidades advindas de um histórico processo econômico, político e cultural que pouco contribui com a melhor condição de vivência em meio à semiaridez, apenas dois municípios (Canudos e

Nordestina) apresentam população inferior a 20 mil habitantes, quatro municípios (Cansação, Queimadas, Quijingue e Uauá) apresentam população aproximadamente entre 20 a 33 mil habitantes, e três cidades (Euclides da Cunha, Monte Santo e Tucano) apresentam população superior a 50 mil habitantes. No entanto, os dados da tabela 6 também evidenciam que de 2000 a 2010, o crescimento da população entre os municípios foi baixa, além de três municípios apresentarem queda no número de habitantes. Isto demonstra tendência à estagnação da dinâmica populacional. De forma geral, os dados evidenciam que na microrregião de Euclides da Cunha ocorre a redução da Taxa de Fecundidade (ver dados no anexo 4).

O cenário de dinâmica populacional também é influenciado pela histórica dispersão de mão-de-obra destes municípios em direção a São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e em direção a cidades mais dinâmicas do Estado da Bahia, tais quais Salvador, Feira de Santana e Juazeiro. Nas quatro cidades visitadas, foi comum se deparar com histórias de familiares e amigos que ficam com a saudade e a esperança de felicidade e breve regresso do familiar como do/a amigo/a que migra. Em todos os casos narrados, as histórias se assemelham: uma mistura de necessidade e de sonhos que se encontram na cidade de Euclides da Cunha, onde há o serviço diário de transporte para os lugares acima citados ou que permite a conexão.

Entretanto, como arguido por muitos interlocutores durante o trabalho de campo, há a diminuição da migração. A situação de melhora nos aspectos econômicos dos municípios pode ser considerada como um instrumento que permite a redução do processo migratório da microrregião. Como se averigua nos indicadores econômicos dos municípios da microrregião (ver tabela abaixo), a dinâmica econômica foi significativamente alterada durante os anos de governo do PT. Assim, como na condição macrorregional, mesorregional e estatal, as economias dos municípios dinamizaram-se, pois houve aumento no PIB-municipal e, conseqüentemente, aumento da renda *Per Capita*. A maior dinâmica econômica local e regional, no caso da microrregião de Euclides da Cunha, deve ser entendida em seus limites de atuação do Programa Bolsa Família e também a inserção de investimento em setores de infra-estruturas (rodovias, construção de saneamento básico, eletricidade, moradias etc.) e de financiamento (rural e urbano) como responsáveis pela maior dinâmica econômica.

Tabela 8: PIB-Municipal e renda *Per Capita* da Microrregião de Canudos.

	Bahia (em milhões)		Cansação		Canudos		E. da Cunha		Monte Santo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
PIB (milhões)	60.572	157.000	32.525,51	128.024	21.997,69	65.195	67.584,98	335.024	58.056,11	196.972
<i>Per capita</i>	8.134,39	11.007,47	1.032,00	3.890,36	1.278,12	4.144,10	1.322,06	5.941,30	1.162,98	3.763,40
	Nordestina		Queimadas		Quijingue		Tucano		Uauá	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
PIB (milhões)	11.548,11	43.680	27.719,62	107.346,46	25.919,17	111.314	56,392,39	209.717	31.188,76	110.548
<i>Per capita</i>	944,23	3.530,83	1.143,78	4.363,32	982,68	4.088,21	1.162,49	4.000,86	1.035,17	4.550,42

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012).

Além disso, o aumento da dinâmica econômica representada nos números foi “sentida” nas conversas com os moradores, com os comerciantes e com as autoridades políticas das respectivas cidades visitadas. Entretanto, tal dinâmica não permitiu a reversão da pobreza. A contradição se evidencia no momento em que a dinâmica econômica conseguida é confrontada com outros dados; aqui, trabalhar-se-á com o IDH municipal brasileiro e os dados do programa Bolsa Família.

Primeiramente, comparando o Índice de Desenvolvimento Humano IDH de 2000 com o de 2010, observa-se, na tabela abaixo, que houve cidades que tiveram recuo no ranking municipal brasileiro deste indicador social, como os municípios de Euclides da Cunha, Queimadas e Uauá. A cidade de Euclides da Cunha acaba por ser exemplo de que a maior dinâmica econômica não significa melhores condições sociais. Nos demais municípios, as melhoras foram mínimas, o que evidencia um “caráter”, como no caso da análise dos estados envolvidos na região do Semiárido, de continuidade nas condições de vida dos indivíduos. De fato, como destaca Lavinias (2010), as políticas contemporâneas do governo federal ofertam condições mínimas de Bem-Estar Social.

Tabela 9: IDH dos municípios da microrregião de Euclides da Cunha.

IDH	Bahia	Ranking estadual	Cansação	Ranking municipal (R. Mun.)	Canudos (R. Mun.)	E. da Cunha (R. Mun.)	Monte Santo (R. Mun.)
				NOTA			
1991	0,386	22	0,251	4.963	0,254	4.930	0,257
2000	0,512	23	0,349	5.328	0,379	5.059	0,408
2010	0,660	22	0,557	5.098	0,562	5.002	0,567
IDH	Nordestina	(R. Mun.)	Queimadas	(R. Mun.)	Quijingue (R. Mun.)	Tucano (R. Mun.)	Uauá (R. Mun.)
1991	0,2	5.395	0,267	4.731	0,191	5.436	0,278
2000	0,346	5.353	0,434	4.199	0,343	5.362	0,398
2010	0,506	5.049	0,592	4.331	0,544	5.277	0,579

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013).

Aqui, ater-se-á, de modo geral, por mais algumas linhas sobre as contradições advindas da mínima melhora do IDH para inserir a questão do programa Bolsa Família. A título de Exemplo, citar-se-á Monte Santo (ver imagem 10) a partir da contradição advinda da melhora no IDH com os dados da abrangência do Programa Bolsa Família. De forma geral, o programa, no ano de 2010, concedeu na cidade de Monte Santo o montante de 8.845 Bolsas, multiplicando o valor pelo número de habitantes, segundo o IBGE, por domicílio de 2010 (3,3 pessoas), o resultado equivale a aproximadamente 55,7% da população de Monte Santo vivendo em condição que corresponde com a faixa econômica e social definida pelo programa de distribuição de renda Bolsa Família.

Imagem 10: Parte do caminho a igreja de Monte Santo⁴⁷ (ver imagem 11 no anexo 5) e, adiante, a esquerda, vista parcial da cidade de Monte Santo⁴⁸.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014).

O mesmo se evidencia em todos os municípios da microrregião. Como pode ser visto na tabela abaixo, nenhum dos nove municípios tem menos de 50% de sua população vivendo em condição de receber o Bolsa Família.

⁴⁷ Construída entre os anos de 1775 a 1795 sob liderança do Frei Apolônio de Todd, oriundo da missão jesuíta de Massacará, localizada na hoje cidade de Euclides da Cunha, outrora, Cumbe.

⁴⁸ Como destacado pela liderança política entrevistada de Monte Santo, mesmo sendo uma cidade de mais de 50 mil habitantes, o seu núcleo urbano é pequeno, a população encontra-se distribuída nos povoados. Assim, diz que isso é muito caro para o município, pois os custos são altos para garantir o mínimo dos direitos sociais.

Tabela 10: Percentagem da população da microrregião de Euclides da Cunha beneficiada pelo Programa Bolsa Família 2010.

Bahia	39,1%
Cansação	58,7%
Canudos	52,8%
Euclides da Cunha	64,5%
Monte Santo	55,7%
Nordestina	52,2%
Queimadas	60,6%
Quijingue	60,2%
Tucano	52,9%
Uauá	54,0%

Org.: Robinson Santos Pinheiro.

A tabela com os dados da atuação do programa com a quantidade de bolsas concedidas e os respectivos valores de repasse encontram-se no anexo 6. A coleta das informações das concessões foi realizada do ano de início, 2004, até o ano de 2012. Os números não indicam a redução no número de concessões, mas o contrário, todo o ano aumenta a concessão de Bolsas Família. Além deste fato, como destaca o representante político de Uauá indagado sobre a quantidade de bolsas concedidas em seu município, a questão é que nem todos que estão vivendo em condição de serem beneficiados pelo programa a recebem.

Cabe, aqui, mencionar outro aspecto do Programa Bolsa Família, este, como verificado no trabalho de campo, permite o rompimento de relações “obscuras” de compra e entrega de mantimentos aos sertanejos em momento de precisão extrema; além de contribuir com o fomento da economia local. Acrescido aos fatos anteriores, o programa também permite a criação de outras relações de trabalho baseadas noutras lógicas salariais, mudança que pode ser exemplificada com a forma pejorativa que o dono de um bar/mercearia e proprietário de terra do município de Euclides da Cunha aborda a questão: “Agora as pessoas não querem trabalhar no roçado, ou, quando vão, querem ganhar mais”.

Nesse sentido, a partir da situação analisada, o programa Bolsa Família permite uma maior dinâmica econômica local, regional e, como já dito, nacional, no entanto, esta não acontece de forma a proporcionar maior autonomia dos indivíduos. Assim, por um lado, se diminui a dependência em relação ao poder municipal, retirando-o do papel de regulador das políticas de amenização dos impactos da desigualdade social agravada pelo ambiente de aridez. Por outro lado, cria-se a dependência em relação ao

governo federal, uma vez que os sertanejos ficam dependentes desta política para conseguirem obter o mínimo de dignidade perante a vida.

A situação de dependência ocorre também no nível de relação mercadológica como social (prestação de serviços públicos e privados) das cidades da microrregião de Euclides da Cunha em relação a cidades maiores do estado da Bahia, no caso, citado pelas autoridades dos municípios visitados: Feira de Santana, Juazeiro e Salvador. No “interior” da microrregião de Euclides da Cunha, a cidade de Euclides da Cunha (ver imagem 12), antigamente Cumbe⁴⁹, se destaca em relação aos outros municípios, chegando a centralizar serviços (saúde, ensino, transporte, comércio) mais “simples”, no entanto, no mais da complexidade, como em questões médicas, a direção é a mesma dos demais: Feira de Santana (217 km) e Salvador (334 km).

Imagem 12: Panorâmica de Euclides da Cunha: ao centro da imagem avenida que liga a BR – 116 ao centro da cidade como permite o acesso à estrada estadual (BA 220) que leva a Monte Santo.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (24/04/2014)

⁴⁹ No Ano de 1933, a cidade foi renomeada em homenagem ao escritor de *Os Sertões*.

No caso de oferta de serviços médicos, cabe destacar que a microrregião de Euclides da Cunha é extremamente carente, sendo as cidades de Feira de Santana e Salvador centralizadoras das demandas. Assim, variados tipos de exames (do simples ao complexo), como consulta com determinado especialista, só acontece por intermédio de encaminhamento para os municípios acima mencionados. No entanto, se deve salientar que isto ocorre, como em todo o país, por meio de “cotas”, ou seja, os municípios tem um número limitado de exames e consultas a serem realizados por mês e somente o ultrapassam em casos de extrema urgência. Isto faz com que o tempo de espera para uma consulta com especialista ou realização de exame se prolongue. A título de exemplo, cita-se o caso do João, produtor rural (imagem 13), que depois de aguardar quatro meses por uma consulta com um especialista – ortopedista - pelo Sistema Público de Saúde, “resolveu” pagar por uma consulta, pois o caroço em seu pé esquerdo o incomoda, provocando dores.

Imagem 13: João, produtor rural, na fila para a consulta com especialista.



Foto: Robinson Santos Pinheiro, 23/04/2014.

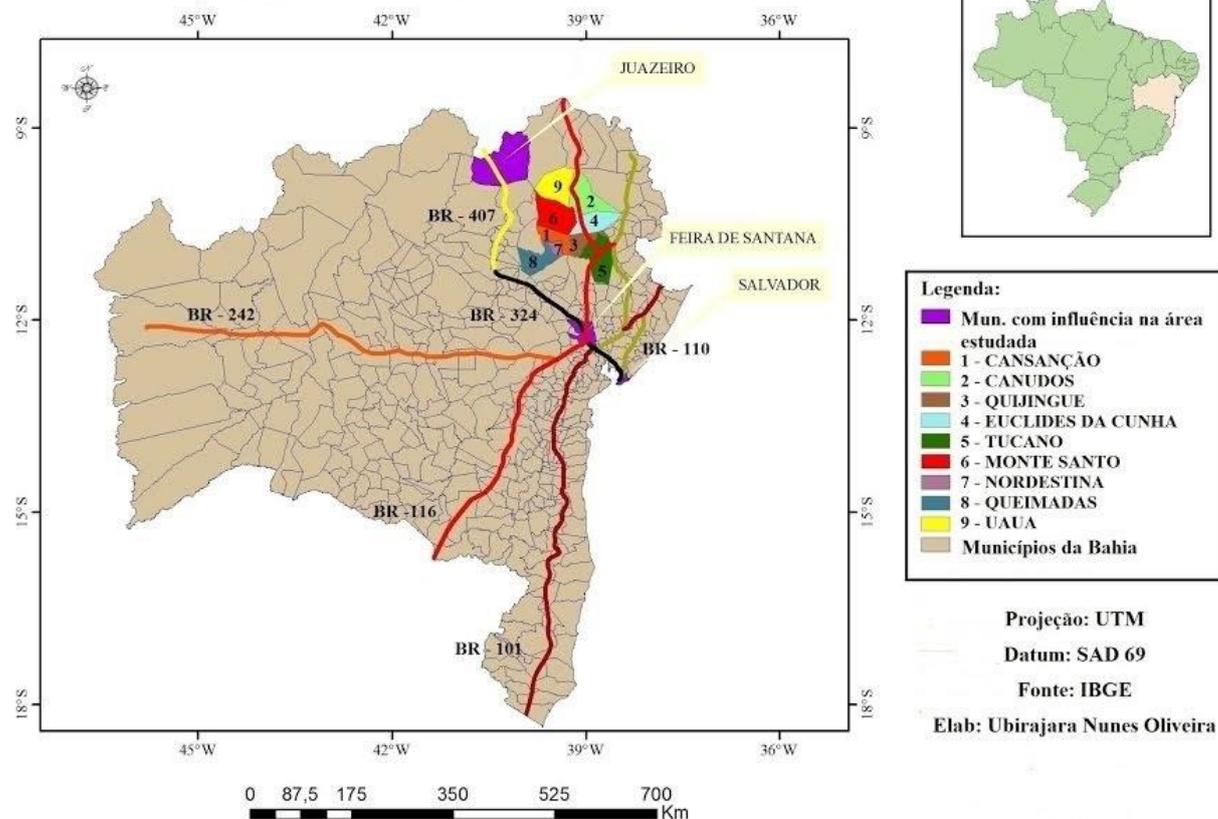
Segundo, na época, em exercício, as lideranças municipais entrevistadas, os recursos são poucos e inclusive o investimento com o transporte dos pacientes para a realização de exames, consultas e tratamento também é oneroso para os municípios. Nesse momento, como em outros, as autoridades políticas, como será visto adiante, aproveitam para destacar a necessidade de mais dinheiro para os municípios, ou seja, que o governo federal aumente o repasse municipal.

Outro aspecto a se destacar é o ensino. As lideranças municipais evidenciam que o ensino se generalizou e que atende a todos que estejam em idade escolar bem como adultos que queiram cursar o ensino fundamental e médio. No entanto, é permitido questionar a qualidade do serviço prestado de forma generalizada. Em visita a campo, foi possível perceber que muitas escolas localizadas em povoados⁵⁰ foram fechadas. Em conversa com moradores vizinhos a algumas escolas fechadas, foi relatada a dificuldade para as crianças estudarem, pois agora dependem do serviço de transporte escolar. Em alguns casos, como narrado pelos interlocutores, a questão torna-se muito difícil, pois as crianças passam muito tempo no transporte, muitas vezes sem a mínima condição de segurança e conforto e quando chegam à escola se deparam com o mínimo para a condução de um processo de ensino-aprendizado. Os representantes municipais indagados sobre esta situação homogeneízam a resposta: otimização dos recursos e baixa demanda dos moradores. Além disso, novamente, as autoridades relatam a necessidade de aumento do repasse federal aos municípios.

A circulação de pessoas e de produtos entre os municípios da microrregião de Euclides da Cunha está precária. Como visto nos documentos que balizam a PNDR, a prioridade é a integração produtiva na economia nacional e internacional. Desta feita, a comunicação por meio de vias acontece de forma a priorizar a reforma e construção de estradas federais (ver mapa 3) que interligam os municípios da microrregião com as cidades maiores que acabam por centralizar os serviços públicos bem como o escoamento dos produtos produzidos na microrregião.

⁵⁰ Povoados são as localidades em que há a concentração populacional (ver imagem 14, no anexo 7) fora da sede do município. Nesta localidade, geralmente, os moradores trabalham em seus próprios roçados ou, em geral, como trabalhadores rurais.

MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE EUCLIDES DA CUNHA



Mesmo assim, no nível federal, o ritmo de reformas e construção acontece de forma lenta e não interliga efetivamente os municípios da microrregião; como o caso da BR 235, que no ano de 2013 foi inaugurado o trecho que liga a cidade de Canudos a Uauá, no entanto, antes de chegar ao município de Canudos, a Br 235 encontra-se em situação precária. Como pode ser visto na imagem 15, somente a 20 Km da entrada do município de Canudos que o asfalto se inicia, antes são 70 Km de estrada de chão que dificulta a circulação de pessoas e o produzido em Canudos e Jeremoabo, BA.

Imagem 15: Trecho da Br 235 que liga as cidades de Jeremoabo, BA, e de Canudos, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (21/04/2014)

Ainda no âmbito federal da Br 235, ela encontra-se inacabada em outros trechos, por exemplo no trecho que liga a cidade de Uauá ao município de Juazeiro, BA. Em visita a campo, foi verificado que ela está em processo de construção, iniciada em fevereiro de 2014. Com isso, foi possível perceber a lógica perversa em que estas construções se realizam. Primeiramente, a mão-de-obra local, oriunda das sedes dos municípios como dos povoados, é utilizada para realizar a parte braçal da obra (ver imagem 16), pois os serviços de maior inserção técnica – científica (engenheiros, operadores de máquinas, líderes) tem origem nas cidades maiores, como Estância, SE, Feira de Santana, Juazeiro e Salvador, localizadas na Bahia. No que toca o trecho que liga Uauá com Juazeiro, BA, o salário oferecido aos trabalhadores locais é pouco superior ao mínimo, além deste, recebem uma cesta básica. Perguntados se o salário permite a criação de uma reserva de dinheiro para estudar ou investir após os dois anos previstos⁵¹

⁵¹ O período de realização do trecho da obra já é questionado pelos trabalhadores, muitos relatam que pelo ritmo que se encontra dificilmente o prazo será cumprido.

para a construção do trecho, a resposta é negativa. Além disso, como passam a receber pouco mais de um salário mínimo, muitos deixam de ser beneficiados pelo programa Bolsa Família, com isso, como relatado pelos trabalhadores, muitos se preocupam com o porvir, inclusive se “negando” a trabalhar com carteira assinada para não perder a certeza do programa, pois, como dito acima, nem todos que tem condição de receber a recebem.

Imagem 16: Trabalhadores na Br 235 que liga Uauá, BA, a Juazeiro, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (25/04/2014)

Durante uma pequena viagem por este trecho em obra, houve uma pausa num povoado para comer coxinhas e tomar guaraná. A proprietária chegou pouco depois que a adolescente de 15 anos - que trabalha das 9h às 15h, de segunda a sábado, recebendo mensalmente pouco mais de 300 reais - esquentasse o solicitado no forno micro-ondas. A dona do bar também é cozinheira da empreiteira que realiza a construção do trecho da Br 235 Uauá a Juazeiro, foi contratada diretamente por um dos engenheiros responsáveis, assim, goza de proximidade com o responsável pelas contratações. Como resultado, durante os 50 minutos de conversa, aproximadamente 11 pessoas a procuraram para saber da possibilidade de serem contratados pela empreiteira. O início era sempre o mesmo: -

Boa tarde! - Como vai *Fulana*? Depois de desenrolado os cumprimentos, a proprietária do bar anotava em um caderno o nome e solicitava que depois se dirigissem ao local ou ela ia avisar. Após algumas interrupções, a interlocutora explicou que a empresa estava contratando e que a notícia se espalhou; como era sabido por muitos que a mulher gozava de proximidade com o engenheiro responsável pelas contratações, solicitavam apoio para conseguir a vaga disponível.

As estradas estaduais também se encontram precárias e não funcionais para a circulação interna na microrregião. É o caso da BA 220, que liga as sedes administrativas e, por conseguinte, os povoados das cidades de Euclides da Cunha e de Monte Santo. São 30 km que não se consegue realizar com menos de duas horas de carro. Além disso, durante seu percurso, foi verificado na referida estrada estadual, aproximadamente 12 pessoas, entre elas três adolescentes (estes estudam num período e trabalham no outro), que “passam o dia” cavando o barranco e levando a terra retirada para os buracos da estrada em troca de uma voluntária contribuição financeira, como o caso do Pedro, que busca um complemento à aposentadoria, com seu neto Erik, que a tarde ajuda o avô e o pai, desempregado, nesta atividade (ver imagem 17).

Imagem 17: João com o neto Pedro em atividade na estrada BA 220. À frente encontra-se o pai do garoto em atividade.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014)

No nível municipal de gestão das estradas de circulação, parte significativa se encontra em más condições. A alternativa que as lideranças políticas entrevistadas destacam para a melhora das vias de circulação do município foi o aumento do repasse municipal. Algumas prefeituras, por meio do PAC I e II, receberam máquinas e caminhões que permitem o cuidado com as estradas de sua responsabilidade, no entanto, não há a garantia da gasolina bem como o conserto em caso de quebra. Esta é a contrapartida que, segundo as lideranças políticas, pesa nas contas públicas.

Neste momento, cabe destacar a imaginação espacial dos representantes municipais diante da intervenção do governo federal. Para os entrevistados, não há dúvidas de que o promovido pelo governo federal surtiu resultados positivos. No entanto, os representantes municipais arguem da necessidade do aumento do repasse federal como alternativa para a superação administrativa das questões acima destacadas. Nas quatro cidades visitadas, este foi o argumento utilizado, pois os recursos, segundo os entrevistados, são pequenos e, com isso, a atuação do município fica limitada. O

imaginário resultante é de que com o aumento do repasse do governo federal os municípios terão, em conjunto com o estado e o governo federal, maior autonomia para conseguir promover melhor atendimento aos cidadãos bem como a promoção dos setores produtivos.

A questão do aumento do repasse federal aos municípios é uma situação delicada. Realmente o aumento do repasse pode possibilitar uma maior capacidade de intervenção do município, diminuindo, assim, a dependência em relação à intervenção federal bem como possibilitando maior capital para conseguir melhor atender as contrapartidas das políticas federais. Todavia, em todo trabalho de campo, inúmeros eram as histórias sobre mau uso do dinheiro público e do aparato político, fato evidenciado pela frase, em tom de “bronca”, de um prefeito a um secretário: “[...] estamos fazendo muitos favores, a cidade está largada”. Desta feita, aumentar o repasse pode significar aumentar o poder dos dirigentes públicos e, com isso, aprofundar a população na situação de “dependência”: federal, estadual e municipal.

Desta feita, aumentar o repasse não necessariamente pode surtir efeitos positivos na vida dos sertanejos uma vez que, na historiografia, o setor público, de forma hegemônica, retroalimenta ciclos de exploração destes, favorecendo os aspectos econômicos concentradores da riqueza produzida. Assim, por esse turno, observa-se que, para romper com as lógicas conservadoras de intervenção do Estado, é necessário promover políticas que garantam a maior autonomia e independência para os sertanejos viverem suas vidas.

3.3 O imaginário espacial do Estado-Nação Brasil no início do século XXI

O imaginário do Estado-Nação Brasil no século XXI é entendido enquanto reprodução do processo mundial de produção assentado na Divisão Internacional do Trabalho. Compreende-se, desta maneira, que as políticas promovidas pelo Estado têm por limites a lógica “imposta” pelos agentes de promoção do sistema Ocidental de acumulação capitalista. A relação de dependência do Estado aos setores da economia e política ocidental capitalista não é nova (FURTADO, 1978), contudo, como evidencia Benko (2002), no período contemporâneo, e este correspondendo a atual Divisão Internacional do Trabalho, o processo ganha novos contornos ligados ao papel dos Estados-Nação frente à reorganização do trabalho mundial. Este momento, para Santos (2000), caracteriza um novo período denominado técnico-científico-informacional.

Desta feita, para compreender o imaginário do governo brasileiro, é de valia localizá-lo no cenário Ocidental mundial contemporâneo. A contemporaneidade aqui é entendida a partir de 1970. A data é representativa de um momento de transição do imaginário intelectual, econômico, político, social e ambiental de organização e administração do Estado-Nação. Todavia, nesta tese, devido aos objetivos que a engendram, se destacarão os aspectos econômicos e políticos – por conseguinte, o social - que se presentificam na orientação do Estado-Nação Brasil no início do século XXI. Porém, isto não quer dizer que os aspectos ambientais e intelectuais não participam das formas com que o Estado-Nação Brasil estrutura seu imaginário espacial, a questão é que estes são secundarizados, ou, quando muito, ressignificados a partir dos interesses políticos e mercadológicos.

No nível do econômico e do político, Harvey (2007) destaca que a década de 1970 representou um momento de limite do desenvolvimento do modelo de promoção da geração de riqueza advinda da concepção administrativa estatal de Roosevelt (1882 – 1945). Esta concepção, nas décadas de 1950 e 1960, foi ressignificada e ficou conhecida como Estado do Bem Estar-Social. Como pode ser visto em Cano (2009), o momento de crise de acumulação capitalista oriundo de um momento de superprodução fez com que houvesse a reestruturação das bases econômicas de acumulação de capital e, por conseguinte, do processo político de administração.

A crise no modelo de acumulação fordista, sustentada pelas políticas de Bem Estar-Social, segundo Benko (2002, p. 29), não tem:

[...] em sua origem causa única, mas dois tipos de encadeamentos desestabilizadores que se sobredeterminaram um ao outro. Importa compreender o desenvolvimento da crise como articulação de “causas internas” (a crise do próprio modelo de desenvolvimento, principalmente do lado da oferta) e de “causas externas” (a internacionalização econômica que comprometa a gestão nacional da demanda).

No que se refere à questão de acumulação capitalista, conforme o supracitado, com o período de crise houve o processo de reformulação das bases produtivas, em que do processo balizado na lógica taylorista e fordista de produção passa-se para a concepção pós-fordista, com características de flexibilização do trabalho e do processo produtivo. De acordo com Benko (2002, p. 28):

[...] desde os anos 80 – observam-se os primeiros sinais do advento de novo período de desenvolvimento do capitalismo, fundada numa flexibilidade crescente tanto no nível econômico como no social. É essa observação que levou vários autores a chamar o novo período pós-fordista em emergência de regime de acumulação flexível (Scott & Storper, Harvey, Storper, Walker, etc.).

Por parte da atuação do Estado, a lógica administrativa hegemônica é a que advém da releitura das práticas liberais, denominada neoliberalismo. Harvey (2008), ao estudar a história e as implicações do neoliberalismo, argumenta que a crise da década de 1970 proporcionou a formação do imaginário de que o bem-estar humano pudesse ser alcançado na medida em que a capacidade criadora e empreendedora do indivíduo fosse estimulada por meio da propriedade privada e do livre comércio. Desta maneira:

O papel do estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e direitos de propriedade individuais e assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas (HARVEY, 2008, p. 12).

Benko (2002) argumenta que na virada de 1980 para a de 1990 ocorre a intensificação do processo de Divisão Internacional do Trabalho, esta baseada na lógica de acumulação flexível e pela forma neoliberal de administração estatal “tramada” pelas forças ocidentais; de forma mais específica, com Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

Kurz (1992, p. 16 – 17) contribui com a discussão ao argumentar que com a queda do socialismo real da União Soviética, generalizou-se a produção de críticas a práticas do que chamou de Ditadura do Proletariado:

Não apenas na própria União Soviética passou-se a “condenar a idéia de uma ditadura do proletariado”, a propagar a propriedade individual e a anunciar a mudança para a economia de mercado baseada na concorrência. Junto com o colosso central, também suas zonas de dependência e seus porta-estandartes ideais, as sociedades periféricas, estão se rendendo. A RDA terminou com um suicídio e na Hungria “o capitalista passa a ser uma figura positiva”. O PC italiano, que já se tornou social-democracia há muito tempo, afirma: “Martelo e foice vão para o ferro-velho”, enquanto a classe intelectual da Itália, com sua despedida do marxismo, comete “parricídio por falta de interesse”. A Líbia de Kadhafi “tenta o abandono cuidadoso do socialismo restrito da revolução”; Mengistu, da Etiópia, “renuncia ao marxismo”, Moçambique e Angola “viram, empobrecidos, as costas ao marxismo e o governo em Hanói “aposta em John Maynard Keynes.

Sem a polarização advinda das práticas de acumulação socialista autoritária, a articulação ocidental capitalista conseguiu generalizar suas práticas de geração de riqueza e de administração a boa parte do planeta, utilizando-se de Agências Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI -, para legitimar o processo.

Segundo Benko (2002), a Divisão Internacional do Trabalho passa a possuir quatro características que se imbricam de forma distinta nos respectivos espaços nacionais, são elas: a mobilidade do capital acelera a um ritmo sem precedente; aumento da concorrência entre Estados-Nação, blocos (inter-)regionais e de empresas transnacionais; a transnacionalização da economia e da produção foi acompanhada do processo globalizador dos mercados e do comércio internacional; e o “papel de intermediário cumprido pelo Estado-Nação, ou seja, seu poder, não é enfraquecido, entretantes, sua força de ação possui limites devido a lógica de acumulação mundial.

Desta maneira, inúmeros países tornam-se reféns de lógicas perversas regidas por um pequeno grupo de países e grandes capitais que conseguem influir nas decisões e ordenamentos político-administrativos de Estados-Nação. Assim:

Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e os lugares na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesmas e desordem para o resto. De modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 258).

No tocante a mobilidade crescente do capital mundial, cabe destacar que, segundo Benko (2002, p. 45): “A distribuição da opulência e da miséria, das riquezas e da pobreza, nunca foi tão desigualmente distribuída pelos mecanismos estruturais do sistema mundial como no período atual”. Desta maneira, verifica-se que a configuração mundial, por meio do processo de internacionalização do modo de acumulação em diálogo com as especificidades nacionais, apresenta-se como um mosaico (BENKO, 2002).

O Brasil é uma parte do todo. No início do século XXI, o Brasil se apresenta enquanto a contradição de ser governo proletário eleito que, no entanto, não rompeu com as práticas neoliberais de fomento a geração e acumulação de riqueza (LOPREATO, 2014). Harvey (2005), ao pesquisar acerca da configuração do novo imperialismo, permite compreender parte da pressão internacional que “sufocava” a política brasileira. No caso, destaca as incertezas que giraram em torno da vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores. O supracitado argui que a situação chegou ao ponto do representante comercial dos Estados Unidos da América, Robert Zoellick, se manifestar perante a necessidade do então candidato a eleição presidencial, Lula, de se alinhar com os interesses norte-americanos respaldados pela economia mundial, do contrário, o Brasil, conforme dito pelo representante comercial norte-americano, teria que exportar para a “Antártida”. O resultado desta “pressão” pode ser observado na Carta Para o Povo Brasileiro⁵², assinada pelo então Candidato a Presidência Lula, divulgada no dia 22 de Junho de 2002.

O resultado mais perverso da pressão internacional foi de que o Estado-Nação não conseguiu articular a sociedade para efetivar reformas (rural, urbana, produtiva, política, tributária, midiática) que colocassem em “xeque” o ordenamento conservador contemporâneo. Ao contrário, se buscou, como se perscrutou na análise do imaginário espacial da PNDR, atenuar o conflito por meio de políticas desenvolvimentistas⁵³ conservadoras. Neste momento, segundo Oliveira (2008, p. 149), se tem a configuração do ornitorrinco:

⁵² Esta foi a divulgação do Partido dos Trabalhadores do compromisso com a estabilidade econômica do Brasil como do mercado financeiro e produtivo mundial.

⁵³ Em Martins (2011), verifica-se que há outros instrumentos utilizados pelo governo PT para atenuar os conflitos sociais. No caso, argumenta que os protagonistas sociais (camponeses, operários, mulheres, jovens, negros) são cooptados por políticas sociais inoperantes para elevar a busca de emancipação do homem. Contudo, devido os limites aqui encontrados, focar-se-á na PNDR.

Olhando de outro ângulo, o ornitorrinco apresenta a peculiaridade de que os principais fundos de inversão e investimento são propriedades de trabalhadores. É o socialismo, exclamaria alguém que ressuscitasse das primeiras décadas do século XX. Mas ao contrário das esperanças de Joarez Guimarães, o ornitorrinco está privado do momento ético-político, pela combinação da permanente aceleração da estrutura material de produção e “propriedade” dos fundos de acumulação (OLIVEIRA, 2008, p.149).

Como analisado nas políticas de intervenção territorial, a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003 – 2014), o Estado brasileiro encontra-se na combinação de práticas de neoliberalização com desenvolvimentistas. O resultado desta combinação é o Estado não conseguir transcender as condições de garantias mínimas de direitos para a sociedade (LAVINAS, 2010). A intervenção do Estado não garantiu maior independência dos espaços nacionais, pelo contrário, sua atuação se direcionou para a promoção e a reprodução da Divisão Internacional do Trabalho em nível nacional. Como consta no documento da PNDR (2012b), entende-se que a contínua política de modernização integradora deve garantir a melhor inserção das espacialidades, a partir de suas especificidades, ao mercado nacional e internacional. Cabe destacar que esta situação não é nova. Segundo Harvey (2005, p. 13), o capital é constantemente recriado em outros espaços para depois ser superado, servindo, desta maneira, como mecanismo de superação dos momentos de crise de superacumulação nas localidades centrais (nacional e internacional):

[...] o capital necessariamente cria, em um primeiro momento, um ambiente físico à sua própria imagem unicamente para destruí-lo depois, quando busca expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de superacumulação que o afetam ciclicamente. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas conseqüências sociais e ambientais negativas) escrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo.

Um sistema perverso de beneficiamento de uma pequena, em vários níveis escalar – mundial, nacional, regional e local -, elite política e econômica. A questão é a contínua busca de integração dos espaços a modernização advinda da concepção de desenvolvimento oriunda dos países centrais. A lógica de desenvolvimento, segundo Oliveira (2008), ao estudar a razão dualista de desenvolvimento, moderno, e de subdesenvolvimento, atrasado, é representativa de um posicionamento ideológico populista, que, de fato, encobre a questão central: a luta de classes. Assim, a visão de

contínuo processo modernizador é entendida não como oposição comparativa do desenvolvido, mas como unidade. Nas palavras de Oliveira (2008, p. 32):

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidades: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrário, em que o chamado “moderno cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia”.

Outro aspecto a ser considerado no entendimento da crítica ao imaginário perverso de integração modernizadora brasileira contemporânea é a condição de sustentabilidade do ritmo de dinâmica econômica conseguida sem a atuação do Estado. Os indicadores econômicos e sociais verificados indicam a dependência em relação a atuação do governo federal, desta forma, caso o Estado deixasse de investir, poderia ocorrer cenário análogo ao momento de diminuição da intervenção estatal via SUDENE na década de 1980. Acrescente à questão de dependência dos mais carentes em relação ao Programa Bolsa Família, que se tornou uma instituição que, de forma direta, coloca o cidadão diante de uma situação de melhor dignidade alimentar e social ao mesmo tempo em que promove a economia local, regional e nacional (MENDES JÚNIOR, 2010). Conquanto, como Oliveira (2010, p. 21) desenvolve para o Nordeste:

É preciso propor a nova questão do Nordeste de outra maneira. Não mais da velha maneira. A velha maneira fez água, e fez água no Brasil todo. Não comecemos o Bolsa-Família! O Bolsa-Família é um sinal de fiasco, é um sinal de desastre! Não é um sinal do resgate da dignidade do povo pobre. É o sinal de que todos os mecanismos, instrumentos e políticas do desenvolvimento capitalista nessa direção falharam miseravelmente! A perspectiva, portanto, tem de ser outra, ainda reformista. Ainda reformista porque, enquanto os de baixo aguentam a opressão dos de cima, revolução não se pode fazer. Só quando os de baixo não aguentarem mais a pressão dos que estão em cima é que o caminho das revoluções estará aberto

Segundo Lavinias (2010), a situação presente das políticas federais de diminuição das desigualdades sociais assenta-se em patamares de bem-estar baixos. A autora supracitada argumenta que a transferência de renda monetária sozinha não consegue promover o processo de melhora da qualidade de vida. Em sua opinião, é necessário que esta seja acompanhada do oferecimento de serviços públicos como saúde,

educação, saneamento, moradia social bem como a desmercantilização de bens essenciais ao bem-estar humano e à erradicação da pobreza:

O Brasil tem feito a escolha de favorecer as políticas de renda no âmbito do seu sistema de proteção social, obedecendo a uma métrica que estabelece patamares de bem-estar baixos, dado o padrão já alcançado pelo País. Pensar no desenvolvimento é pensar, antes de mais nada, em equiparação de condições de bem-estar e acessibilidade. Por ora, essa preocupação está ausente da agenda do País, que vê na política de mínimos sociais a solução para todos os problemas. Além de pouco eficaz, como demonstrado, ela ainda não é um direito e, portanto, não contempla a todos aqueles que deveriam ser contemplados na qualidade de público-alvo. Tampouco reduz as diferenças regionais de bem-estar no ritmo que se poderia esperar. Há que ser mais ousado para galvanizar as vantagens que a retomada do crescimento oferece e mudar a métrica da política social. É possível, ainda mais agora, que estabilidade e crescimento tornem a ocasião imperdível (LAVINAS, 2010, p. 148).

Acrescente, como visto anteriormente em Oliveira (2010), a necessidade de profundas reformas (política, tributária, agrária, econômica, urbana). Compreende-se, desta maneira, que a modernização produtiva integradora do Estado-Nação Brasil não consegue se efetivar como um instrumento de promoção de maior justiça social. Isto se explica pelo fato desta ficar circunscrita aos interesses econômicos e políticos conservadores ligados, como também verificado na interpretação do imaginário espacial em *Os Sertões*, a “lógica mundial” irradiada dos países centrais do Ocidente.

Por fim, caracteriza-se o período estudado de atuação da PNDR como um quarto momento de integração modernizadora “iniciada” pelas instigações geopolíticas de Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (SOUZA, 1997). Assim, no capítulo considerações finais, apresentar-se-ão os (des)encontros entre o imaginário espacial de Euclides da Cunha e o imaginário espacial advindo do governo federal por meio da PNDR. Além deste, se analisará em que medida a discussão permitirá contribuir com os sentidos de orientação do tempo presente da leitura de *Os Sertões*.

Considerações finais: *Os Sertões* e as políticas contemporâneas do Estado-Nação Brasil ao Semiárido - (des)encontros

[...] O Brasil não vai crescer o que tem que crescer se o Nordeste não continuar crescendo acima de outras regiões, porque tem que tirar o atraso. (Dilma Rousseff, 2013).

Há, comparativamente, muito do interpretado na escrita de Euclides da Cunha, em *Os Sertões* (1902), no trecho da fala da Presidenta Dilma Rousseff, proferida no ano de 2013. Continua-se com a perspectiva de inserir o Nordeste, por “consequente”, o Semiárido, no caminho do desenvolvimento nacional, pois, como se observa, o Nordeste parece ser o entrave e bem como a possibilidade para o crescimento brasileiro.

Aqui se compreende que esta é uma discussão delicada, pois envolve momentos históricos “distantes” temporalmente, com contextos científico, filosófico, social, econômico, político, cultural próprios. No entanto, acredita-se, que as respectivas contexturas possuem pontos de “(des)encontros” no espaço. O espaço, como visto no capítulo 1.1 Espaço e cultura: o singular plural ou vice-versa, é compreendido como produto(r) da sociedade, assim, acaba por (i)materializar os imaginários sociais que se monumentalizam como referência de orientação/organização espacial. Assim, a interpretação dos (des)encontros se realizou por meio da comparação do “desdobramento” do imaginário espacial estatal presente na obra *Os Sertões* com o articulado no texto da PNDR (2003 – 2014).

Como visto outrora, no discurso euclidiano, são localizados dois pilares que se edificam como instrumento de atuação do Estado-Nação Brasil: a visão de integração dos espaços interioranos e, atrelada a esta, a modernização das relações sociais e produtivas. Assim, na tabela seguinte, verificam-se as especificidades da ideia de Estado-Nação a partir da perspectiva da integração e modernização nacional em *Os Sertões* e na PNDR.

Tabela 12: Imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR- tabela comparativa

Imaginário espacial:	<i>Os Sertões</i>	PNDR
Estado	Promover a inserção dos valores e práticas da civilização europeia.	Promover a maior dinâmica econômica dos diferentes territórios brasileiros.
Integração	Vista como homogeneização espacial (valores e práticas). Imaginário de que após a integração nacional dos sertões bem como dos sertanejos o futuro do Brasil será promissor.	Vista como promoção e valorização da diversidade histórica e geográfica como meio de possibilitar o crescimento econômico e, por conseguinte, o desenvolvimento social.
Modernização	Foco na promoção dos valores e das práticas da sociedade Ocidental, europeia.	Foco na modernização dos setores com potencialidade econômica com base na contemporânea Divisão Internacional e Nacional do Trabalho.

Org. Robinson Santos Pinheiro.

Em Euclides da Cunha (1967), como visto anteriormente, se tem o momento de edificação da “empreitada” nacional de integração modernizadora. Para o citado autor, a inserção dos sertões era vista como algo a ser conquistado por intermédio da civilização/modernização dos sujeitos e, por conseguinte, da natureza. Em outras palavras, civilizar para crescer. Diante disso, Euclides da Cunha acreditava que a ação do Estado deveria ser – até mesmo por meio da Guerra – a inserção dos “retardatários” do Brasil na civilização que adentrava pelo litoral. O mote é, para ele, a integração para “aproveitar” a forte raça histórica brasileira olvidada durante o processo de regência colonial e imperial. Esta era a inovadora resposta euclidiana “frente” a sociedade de sua época: buscar a constituição de uma raça histórica, autêntica, nacional, que assim pudesse fazer frente e substituir o pessimismo advindo da questão racial degenerativa oriunda da população miscigenada com os negros, ou em demasia. Nesse sentido, percebe-se que a questão da integração, para Euclides da Cunha, era a cultural e a racial. Assim, ele apontava que necessariamente os sertanejos deveriam ser “transformados” pelos motes de orientação civilizacional da época para, posteriormente, conseguirem contribuir com o desenvolvimento nacional. Acreditava que esta população, devido ao seu contexto geográfico e histórico de formação genética, melhor, em comparação com os negros, se adaptaria as novidades que adentravam pelo litoral; somado a isso, evidencia que a condição genética do sertanejo também proporcionaria, em comparação com os brancos, uma melhor adaptação aos distintos arranjos físicos do território nacional.

Euclides da Cunha (196) faz, em certa medida, uma reprodução escalar das lógicas de organização e orientação ocidental em território brasileiro, pois mesmo aceitando os sertanejos enquanto a possibilidade do Brasil se tornar “grande”, isso só se efetivaria no momento em que os fortes “quasímodos” fossem civilizados. Ou seja, é

reconhecer o sertanejo em suas especificidades para transformá-lo. A integração e a modernização, assim, são vistas enquanto, em *Os Sertões*, instrumento de homogeneização espacial. A resposta euclidiana reproduz a lógica perversa de deslegitimação espacial e temporal europeia devido ao fato de que no momento em que reconhece a existência do sertanejo, deslegitima a dos miscigenados em demasia e a dos negros. Como salientado por Sevcenko (1985), Euclides da Cunha buscou tecer sentidos de orientação para o seu mundo. Como resultado, teceu uma análise geopolítica que pudesse permitir ao Brasil superar os “entraves” de constituição de um projeto civilizador no início do século XX.

Euclides da Cunha, desta forma, reconhece que o desenvolvimento da sociedade, via a superação histórica por meio de valores e técnicas, é inevitável. Assim, sua resposta perpassa por um ajustamento do território – natureza e sociedade – ao seu “movimento” civilizatório. Na contemporaneidade, a ação do Estado por meio da integração e da modernização possui suas especificidades em relação ao imaginário interpretado em *Os Sertões*. Nos aspectos de desencontros, a questão “central”, como interpretado na PNDR, não é a integração da “forte” raça histórica por meio da cultura europeia, e sim pelos aspectos econômicos. Com isso, a partir da lógica de acumulação flexível, ao invés de legitimar a homogeneização espacial, a PNDR “incita” a heterogeneidade do espaço enquanto potencialidade de desenvolvimento econômico que, por conseguinte, resultaria no social. Tendo como foco o fomento a economia do país, como pode ser observado nos estudos que balizam a PNDR, o desenvolvimento é correlacionado ao crescimento econômico. Desta feita, o espaço é interpretado enquanto a evolução do PIB (municipal, regional, nacional) e do PIB per capita. Como imaginário resultante, tem-se a “crença” de que o aumento da dinâmica econômica, com a integração produtiva dos diferentes espaços brasileiros, pode promover o desenvolvimento local e regional ao mesmo tempo em que promove o nacional.

O elemento social/cultural euclidiano, na PNDR, por sua vez, como dito acima, é interpretado enquanto singularidade que, dentro da lógica mercadológica contemporânea, é vista como potencialidade de intensificação da dinâmica econômica dos espaços locais e regionais na economia nacional como internacional. Entrementes, cabe destacar que a valorização das particularidades espaciais e culturais possui os seus limites, pois no momento em que a modernização dos aspectos produtivos – geradores de emprego e renda – ocorre é acompanhada de um imaginário “próprio”, advindo dos valores e concepções de mundo inerentes ao modelo de organização social mundial

manifestado por meio da Divisão Internacional do Trabalho. Este modelo social é amplamente divulgado e valorizado pelos meios midiáticos: Televisão, Filmes, Internet, Rádio, Revistas, Jornais, Literatura, Música.

A questão do “poder maior”, conforme sugere Raffestin (1993), influenciando pessoas e lugares não é nova. *Os Sertões*, embora obra romanceada, é exemplo, e, em suas folhas, encontram-se exemplos anteriores. Na contemporaneidade, a televisão, no Semiárido, é o veículo que permite de forma ampliada a relação entre o lugar e o mundo. Como verificado durante o trabalho de campo, a antena parabólica parece um acessório indispensável para as casas dos moradores do sertão, como pode ser percebido na casa abaixo – residência indígena Kaimbé, da comunidade de Massacará, fundada pela Missão de Frades Franciscanos, na cidade de Cumbe, hoje Euclides da Cunha, BA, no ano de 1689.

Imagem 18: Casa construída na sede da missão jesuíta de Massacará.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (24/04/2014).

No interior da casa da fotografia, destacar-se-á um exemplo do “conflito” dialético entre o lugar e o mundo: como pode ser observado na imagem 19, verifica-se

que os desenhos feitos pelo filho adolescente (15 anos) do casal possuem forte influência das personagens de desenho japonês. Como adendo, cabe mencionar um detalhe sintomático, quase todas as personagens desenhadas estão chorando (ver imagem 20 no anexo 8).

Imagem 19: Família Kaimbé: da esquerda para a direita: pai, filha, mãe e sobrinha.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (24/04/2014)

A integração, assim, na PNDR, é entendida enquanto instrumento de viabilização do desenvolvimento econômico nacional bem como o regional e o local. Isto seria resultado da modernização produtiva das potencialidades históricas e geográficas singulares dos espaços do Semiárido e do Brasil. No entanto, mesmo estabelecendo como meta o fomento a diversificação histórica e geográfica como mote de orientação de desenvolvimento, a modernização ocorre de forma a se estabelecer por intermédio da concomitante inserção de práticas e valores que “acompanham” o processo de Divisão Nacional e Internacional do Trabalho. Principalmente porque o foco do Estado-Nação Brasil não está no fortalecimento das relações política, econômica e cultural regional e local e sim na perspectiva de inserção destas nos mercados nacional e mundial.

Os projetos, os valores e os contextos se modificam, no entanto, os sertões, desde Euclides da Cunha, com o seu *Os Sertões*, permanece enquanto o espaço do “atraso” que será superado pela modernização da natureza, de corpos e de “mentes”. Os sertões, obra e conceito do espaço pesquisado na PNDR, desta maneira, são imaginados enquanto o contínuo espaço do “por vir”. Verifica-se que tanto em *Os Sertões* como na PNDR, o espaço é imaginado em movimento, pois negar o movimento modernizador seria a recusa ao desenvolvimento social/cultural e econômico.

Entretanto, na contemporaneidade, com as transformações advindas do processo de tecnificação dos meios de produção e com o aprofundamento e abrangência da Divisão Internacional do Trabalho, a integração modernizadora se intensificou e se expandiu no mundo e no Brasil. No entanto, como visto no capítulo anterior, a intensificação e a expansão da modernização não ocorrem de forma a favorecer a transformação da sociedade. Pelo contrário, observa-se que esta acontece de forma a garantir a manutenção das desigualdades sociais historicamente (re)produzidas. Martins (2011, p. 15) contribui com a discussão ao evidenciar a lógica de produção do sistema agrário brasileiro, em que esta se moderniza, contudo, a arcaica base latifundiária permanece disfarçada numa outra coisa, hoje denominada agronegócio: “É a persistência do passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, que faz da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa decisivamente”.

Com a análise do imaginário espacial presente em *Os Sertões* e na PNDR, foi possível perscrutar a necessidade de se inventar outras possibilidades de superação das mazelas sociais reproduzidas em distintas escalas. Lefebvre (2004) argumenta que se deve trabalhar, dentro das circunstâncias de degradação do espaço – no caso, direciona as cogitações a partir do urbano -, entre o nível do possível e do impossível. Assim, assegura que outro mundo é possível, todavia, averigua que nas atuais conjecturas isto é impossível. Conquanto, como o supracitado menciona, isto não deve ser direcionado ao imobilismo diante do real, pelo contrário, dever-se-á implantar alternativas para mudar a realidade vivida. Para ele, neste sentido, é importante a generalização das atividades de autogestão, pois ajuda a ampliar o sentido de viver em coletividade.

Aqui, se retorna a *Os Sertões*, pois, na interpretação do discurso euclidiano, acredita-se haver a configuração de *germens* que podem contribuir com a orientação contemporânea do Estado-Nação Brasil perante os sertões. Desta feita, para o momento, cabe dialogar com Monte Belo. A experiência realizada na antiga fazenda Canudos

demonstrou, conforme averiguado anteriormente (MONIZ, 2001, NOGUEIRA, 1974), ter possibilitado, em relação aos outros espaços de clima semiárido, uma condição melhor de existência para os moradores dos sertões, mesmo a relação social sendo análoga à coronelística – com o centro de poder na religião - (BARTELDT, 2009). Segundo Moniz (2001) e Nogueira (1974), a forma com que a produção se realizou em Monte Belo, com os conselheiristas, possibilitou “romper” com parte do processo econômico e político, como mencionado na parte II da tese, de ocupação territorial. O principal poder “abalado” foi o agrário. Com o desmonte da histórica lógica fundiária, em Monte Belo, se realizou a melhor distribuição de dois elementos: a terra, por conseguinte a riqueza gerada, e a água. Como resultado, mesmo enfrentando dificuldades de diversas montas, foi destaque entre os sertanejos do Semiárido, sendo Monte Belo denominada por muitos como paraíso terrestre (NOGUEIRA, 1974).

A cidade liderada por Antônio Conselheiro chegou a possuir relação em nível regional, influenciando com destaque no fluxo de pessoas e mercadorias. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, por sua vez, não reconhece esse caráter que distinguia Canudos do restante dos sertões, ele simplesmente homogeneizou a situação de pobreza e civilidade e, com isso, não conseguiu verificar que, naquele “montão” de casebres dispostos, como disse, em becos inextrincáveis, havia singularidades emancipatórias.

Neste contexto, o olvidado por Euclides da Cunha e pela historiografia oficial que até o momento vigora aprofunda os sentidos contemporâneos de orientação espacial frente a *os sertões* - obra literária e realidade contemporânea. Como verificado em Monte Belo, a autonomia dos indivíduos por meio do uso coletivo da terra e da água possibilitou melhores condições de existência para os sertanejos. Em diálogo com a contextura apresentada de Monte Belo, posteriormente, a partir da leitura de outro contexto histórico, na década de 1980, como já dito, Furtado, em entrevista ao regressar do exílio (BACELAR, 2001), reverbera para este fato como essencial para o Nordeste e acrescenta a necessidade do justo acesso a educação de qualidade. Somado a reforma agrária, hídrica e educacional, como “ensina” Monte Belo, os laços políticos, econômicos e culturais locais e regionais devem ser ampliados e fortalecidos.

O exposto acima tem por intuito contribuir com a construção de “outras” lógicas de intervenção do Estado por intermédio da integração modernizadora, pois, como se verificou na interpretação de *Os Sertões* e no texto da PNDR, a prática de integração modernizadora historicamente serviu como instrumento de retroalimentação das estruturas sociais, políticas e econômicas conservadoras. O Estado não promove,

portanto, melhoras significativas para a construção de um Brasil mais justo. A modernização, assim, na forma com que se reproduziu na história, é uma farsa⁵⁴. E aqui se encontra o ponto de orientação da análise/interpretação/leitura de *Os Sertões* para a contemporaneidade, a superação dos engodos institucionalizados que envolvem o imaginário modernizador dos espaços brasileiro.

Para a superação da farsa, se destaca que o pensamento euclidiano permanece atual, pois os seus dois elementos constituintes da ação do Estado – integração e modernização - são compreendidos, em diálogo com o olvidado por ele sobre as condições de vida em Monte Belo, enquanto possibilidades emancipatórias para o espaço do Semiárido bem como para o do Brasil. Assim, cabe destacar que, aqui, compreende-se que a situação de “inversão” da lógica espoliatória contemporânea dificilmente se realizará sem a figura do Estado⁵⁵, pois se torna inviável cogitar a superação das questões sociais da escala interna do nacional bem como em sua escala externa se não houver instrumentos que regule e normatize a produção espacial em seu processo. Desta feita, primeiro, compreende-se que a integração espacial perpassa pela (re)valorização das relações locais e regionais de produção⁵⁶, diminuindo a dependência (financeira e produtiva) em relação ao “externo” (nacional e internacional); e segundo, como verificado na interpretação do imaginário espacial de *Os Sertões* e da PNDR, a modernização não pode ser concebida enquanto estanque, ou que se deve cristalizá-la no espaço, pelo contrário, é necessário acompanhar o seu “movimento”. Todavia, este acompanhamento não quer dizer aceitar o seu “curso”; é preciso buscar a superação dos impactos negativos do processo modernizador (nacional e internacional), revertendo os sentidos técnicos, científicos e informacionais, transformando-os em instrumentos que de fato se coloquem a garantir melhores condições de existência para a coletividade, subvertendo os signos atribuídos a estes no início do século XXI.

⁵⁴ Ao interpretar o dizer de Hegel que todos os fatos e personagens da história mundial aparecem duas vezes, Marx (S. D., p. 5) argui que o seu interlocutor: “[...] esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e a outra como farsa”.

⁵⁵ A se construir. Mészáros (2011), Lefebvre (2004), Houtart (2011), Santos (2000), Zizek (2012) contribuem com o processo de produção/invenção/superação do Estado.

⁵⁶ Não como ocorre com a PNDR, em que a discursiva valorização é voltada para atender a lógica conservadora do mercado nacional e mundial.

Referências:

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem bocas**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIO, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. et. al. **Política e planejamento ambiental**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Thex, 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda de. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. In: **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 41-50, jan./jun. 2013.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural: contemporaneidade. In: MENDONÇA, Francisco. et. al. (Orgs.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, PR.: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Os cantos e encantamentos de uma geografia sertaneja de Patativa do Assaré. In: MARANDOLA Jr. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs.). **Geografia e literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda. Em busca do poético do Sertão. In: **Espaço e cultura**. N. 6, UERJ, pp. 33 – 43, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3581/2501>. Acesso em: 10/06/2014.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, Salete; et. al. (Orgs.). **Da percepção e cognição a representação**: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007 Pp. 15 – 35.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Literatura de explorações e aventura: as “viagens extraordinárias” de Júlio Verne. In: MARANDOLA Jr. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs.). **Geografia e literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010. Pp. 79 - 97.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manuel Correia de. Sertão ou Sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha. In: SILVA, José Borzacchiello da; et. al. **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. Pp. 13 – 22.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste**. São Paulo: Atlas S. A, 1970.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O povo e o poder**. Belo Horizonte: Oficina de livro, 1991 – 100 pp.

ARANTES, Paulo. Nação e reflexão. In: ABDALA JR., Benjamin; CARA, Salete de Almeida. **Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. Pp. 27 – 46.

Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Realização PNUD e IPEA. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>. Acesso em: 02/03/2014.

BACELAR, Tania de. Nordeste no contexto do Desenvolvimento Regional do Brasil: tendências recentes e perspectivas. IN: **I Conferência Macrorregional Nordeste**. Salvador: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: Acesso em: 13/09/2013.

BACELAR, Tania. A “questão regional” e a “questão nordestina”. IN: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Pp. 71 – 92.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Hucitec, Ed. UNESP, 1988.

BAKUNIN, M. A. **O princípio do Estado e outros ensaios**. Trad. e Org. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2008.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo: Edusp, 2009.

BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BAUDELAIRE, Charles. **Paraísos Artificiais: o ópio e poema do haxixe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de Castro. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 319 – 367.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre literatura e história da cultura** (obras escolhidas). Trad. Sergio Paulo Rouanet. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec e Annablume, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNARDO, Gustavo. O conceito de literatura. In: JOBIM, José Luís (Org.). **Introdução aos termos literários**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos sentidos: protógonos, contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1995.

BERNUCCI, Leopoldo M. A ontologia discursiva de Os Sertões. In: **História, ciências, saúde: Manguinhos**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, pp. 57 – 72, 1997.

BERNUCCI, Leopoldo M. Cronologia. In: EUCLIDES DA CUNHA. **Os Sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Pp. 51 – 64.

BEZERRA, Hollien Gonçalves. **O jogo do poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008. Pp. 191 – 200.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. SQUEFF, Gabriel Coelho. VASCONCELOS, Lucas Ferraz. Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: CALIXTRE, André Bojikian. BIANCARELLI, André Martins. CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. Pp. 135 – 194.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, S. D.

BRAIT, Beth (org). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005.

BRANDÃO, Adelino. **A sociologia d'Os Sertões**. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

BRANDÃO, Adelino. **Euclides da Cunha**: bibliografia comentada (1884 – 2001). Jundiaí, SP: Literarte, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005. 265 – 273.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Grafias de identidade**: literatura contemporânea e imaginário nacional. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina editora/Fale (UFMG), 2005.

BRASIL. **Grupo de trabalho interministerial para redelimitação do Semi-árido nordestino**: relatório final. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=090e3f78-bde3-4a1b-a46c-da4b1a0d78fa&groupId=10157. Acesso em: 04/01/2013.

BRASIL. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. 2 ed. Recife, Ministério do Interior, 1967. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>. Acesso em: 22/11/2013.

BROSSEAU, Marc. **Des Romans-Géographes**: essai. Paris: L'Harmattan, 1996.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a, p. 17 – 77.

BROSSEAU, Marc. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007b. Pp. 79 – 123.

CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo, EGBA, 1997.

CALASANS, José. **No Tempo de Antônio Conselheiro**: figuras e fatos da campanha de Canudos. Coletânea. S. D. Disponível em: [http://josecalasans.com/downloads/no_tempo_de_antonio_conselheiro\[1959\].pdf](http://josecalasans.com/downloads/no_tempo_de_antonio_conselheiro[1959].pdf). Acesso em: 06/02/2013.

CANCLINI, Néstor García. A cultura extraviada nas suas definições. In: _____. **Desiguais, diferentes e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. Pp. 35 – 53.

CANCLINI, Nestor García. **La Globalización imaginada**. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000. 182.

CANO, Wilson. América Latina: notas sobre a crise atual. In: **Economia e Sociedade**. Campinas. V. 18, n. 3, p. 603 – 621, dez. 2009.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. IN: TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Pp. 93 – 120.

CARVALHO, Thiago Rodrigues. **O programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul**: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira. Dourados, MS: UFGD, 2010. (Dissertação)

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transporte em Goiás – Brasil (1889 – 1950). In: **Scripta Nova**. Vol. XVI, n. 418 (67), pp. S. N., Barcelona, Espanha, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>. Acesso em: 11/04/2014.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Christina Dias. **O problema da escala**. In: CASTRO, Iná E., et. al (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CORRÊA, Roberto Lobato. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CASTRO, Iná Elias de. **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Porto, PT: Cadernos para o diálogo, 1971. 79p.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

CITELLI, Adilson Odair. No mundo dos homens, na ordem de Deus. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin, ALEXANDRE, Isabel M. M. (Orgs.). **Canudos: palavra de Deus, sonho da terra**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Boitempo, 1997. Pp. 67 – 88.

CLAVAL, Paul. Contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultura na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Pp. 147 – 166

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

COIN, Cristina. **A Guerra de Canudos**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1995.

COLOMBRES, Adolfo. Prefácio. In: JEAN-JACQUES, Wunenburger. **Antropología del imaginario**. Buenos Aires: Del Sol, 2008. Pp. 07 – 10.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná E., et. al (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Introdução à geografia cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Pp. 9 – 18.

CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007

CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. Literatura, música e espaço: uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. Pp. 7 – 16.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Ministério da Cultura; Fundação Nacional do Livro. S. D.b. Disponível em: file:///C:/Users/Robinson/Downloads/A-Margem-da-Historia.pdf. Acesso em: 29/09/2013.

CUNHA, Euclides da. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal; Conselho editorial, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e confrontos**. Ministério da Cultura; Fundação Nacional do Livro. S. D.a. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/contrastes_confrontos.pdf. Acesso em: 22/11/2013.

CUNHA, Euclides da. **Euclides da Cunha: coletânea**. São Paulo: Ática, 1984.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Coleção da Edições de Ouro dos Clássicos Brasileiros, 1967.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Trad. Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. V. 2. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira Ferraz. O Estudo geográfico dos elementos culturais: considerações para além da Geografia Cultural. In: **Terra Livre**. Presidente Prudente. Ano 23, v. 2, n. 29, p. 29 – 50. Ago-Dez, 2007.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **Geografia e paisagem**: entre o olhar e o pensar. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Geografia), USP.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. Literatura e espaço: aproximações possíveis entre arte e geografia. In: GÖETTER, Jones; MARSCHNER, Walter Roberto. **Transfazer o espaço**: ensaios de como a literatura vira espaço e vice versa. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O ensino de geografia para além da geometrização do espaço**: apontamentos entre o redondo e as retas. In: Caderno Prudentino de Geografia – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Nº. 23. Presidente Prudente – SP: AGB, 2001.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 197. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 89 p.

FURTADO, Celso. Seca e poder. In: TAVARES, Maria da Conceição. ANDRADE, Manuel Correia. PEREIRA, Raimundo Rodrigues (entrevistadores). **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**: complementos e índice. Trad. Ênio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 (Tese – história).

GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides, elite modernizadora e enquadramento (prefácio). In: CUNHA, Euclides da. **Euclides da Cunha: coletânea**. São Paulo: Ática, 1984.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIMÉNEZ, Gilberto. Materiales para una teoría de las identidades sociales. In:_____. **Identidades sociales**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes: instituto Mexiquense de Cultura, 2009. Pp. 25 – 52.

GÖETTERT, Jones; MARSCHNER, Walter Roberto. **Transfazer o espaço: ensaios de como a literatura vira espaço e vice versa**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GOMES, Ciro. Apresentação da PNDR. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, pp. 07 – 08, 2003. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157. Acesso em: 11/11/2013.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das trevas: uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães**. São Paulo: Editora Geração, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. Pp. 99 – 122.

GOMES, Paulo César da Costa. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. In: **Espaço e cultura**. Rio de Janeiro. Nº. 5. NEPEC, Pp. 31 – 42, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geografia está em crise: viva a geografia. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982. pp. 75 – 92.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOULARTI FILHO, Alcides; MESSIAS, Talita Alves de; ALMEIDA, André Scholl de. Estado e desenvolvimento regional: uma análise comparativa da trajetória financeira das superintendências regionais de desenvolvimento no Brasil 1970 – 1989. In: **VI Encontro**

de Economia Catarinense: inovação e desenvolvimento. Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense – APEC. Pp. 01 – 25, Joinville, SC, Abr. 2012. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema8-Economia%20Regional%20e%20Urbana/Artigo-10-Autoria.pdf. Acesso em: 29/05/2014.

GRONDIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da cultura. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. Pp. 30 – 49.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊIA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidade e mediações culturais. LOVIK, Liv (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

HARVEY, David. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2001. Pp. 75 – 94.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, DAVID. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: **Lutas Sociais**. São Paulo. N. 13/14, p. 09 – 21, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18665/13851>. Acesso em: 22/05/2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HISSA, Casio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UMFG, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 / impresso no Brasil 1998.

HOUTART, François. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”**. Bruxelas, Bélgica: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011.

HUGO, Victor. **Corcunda de Notre Dame: Nossa Senhora de Paris**. São Paulo: O Livreiro, 1957.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. Trad. Regina Célia de Oliveira. São Paulo: Martin Claret, 2007. I Vol.

IBGE – **Pib municipal e estadual brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 22/02/2014

JAUSS, Hans Robert, [et al]. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Coord. e trad. De Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JEAN-JACQUES, Wunenburger. **Antropología del imaginario**. Buenos Aires: Del Sol, 2008.

KARAM, Ricardo Antônio. **A economia política do desenvolvimento territorial**: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. (Tese)

KAY, Geoffrey. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**: uma análise marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KÜSTER, Angela. MARTI, Jaime Ferré (Orgs.). **Políticas públicas para o semiárido**: experiências e conquistas no nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito Antropológico. 20 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 117p.

LAVINAS, Lena. Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. V. 5(7), Rio de Janeiro, pp. 126 – 148, out. 2010.

LEFEFBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2004.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1969.

LEMONS, José de Jesus Sousa. Inserção do Maranhão no semi-árido do Brasil. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural** - SOBER, pp. 01 – 21, Londrina, 2007. Disponível: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5789>. Acesso: 19/08/2014

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de “combate às secas”**: os engenheiros civis e as obras públicas. Fortaleza: UFC, 2010. (Dissertação)

LIMA, Angelita Pereira de. CHAVEIRO, Eguimar Felício. Livros nas prateleiras, verbos no chão: aproximações entre geografia, literatura e existência. In: **Revista de Geografia** (UFPE). V. 28, nº 3, pp. 22 – 37, 2011.

LIMA, Angelita Pereira de. **Filhas da metrópole:** literatura e as fendas do sujeito urbano. Goiânia: UFG/IESA, agosto de 2011. (Relatório de qualificação).

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. In: **História, ciências, saúde:** Manguinhos. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Pp. 163 – 194, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil:** intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo:** a saga de Antônio Conselheiro na maior aventura literária do nosso tempo. Trad. Remy Gorga. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1981.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. In: CALIXTRE, André Bojikian. BIANCARELLI, André Martins. CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro.** Brasília: IPEA, 2014. Pp. 227 - 260

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 – 1930). In: CASTRO, Iná E., et. al (org). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

MACIEL, Ayrton. ACM acusa corrupção e antevê o fim da Sudene. In: **Jornal do Comércio:** dossiê Sudene. Recife, 08/01/2014. Disponível: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2014/01/08/acm-acusa-corrupcao-e-anteve-o-fim-da-sudene-112307.php>. Acesso: 22/05/2014.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção:** o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido:** uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

MARANDOLA Jr. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs.). **Geografia e literatura:** ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** São Paulo: Contexto, 1994. 91 p.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil:** lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: **A Editoria Avante.** (S. D.). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/>. Acesso em: 13/09/2013.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço:** por uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO E SOUZA, Ronaldo de. O princípio somático-telúrico da narrativa euclidiana. In: CASTRO, Manuel Antônio de (Org.). **Arte: corpo, mundo e terra**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. **Impactos do Programa Bolsa Família na área de atuação do BNB e no Brasil**. N. 3, ano 4, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/iis_bolsa_familia.pdf>. Acesso em: 26.04.2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MÉSZÁRIOS, István. **Para além do capital: rumo a teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIKESELL, Marvin W. WAGNER, Philip L. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012.

MOLES, Abraham A. **Sociodinâmica da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: a luta pela terra**. 9 ed. São Paulo: Global, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis Ed. da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª ed.. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, Ruy. Grande Sertão, Veredas, na trilha de uma geografia Roseana. In: **Revista Fluminense de Geografia**. Niterói: UFF, ano 1, nº 1, pp. 41 – 19, 1996.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro 3: as matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2008. Pp. 191.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. A geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**. Pp. 1 – 18. Natal, RN: 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682113_ARQUIVO_AGeracao de1870eainvencaosimbolicadoBrasil.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682113_ARQUIVO_AGeracao%20de1870eainvencaosimbolicadoBrasil.pdf). Acesso em: 11/02/2014.

MURARI, Luciana. “**Brasil, Ficção Geográfica**”: ciência e nacionalidade no país D’Os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro 1870 / 1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NERUDA, Pablo. **Canto General**. Buenos Aires: Debolsillo, 2003. Pp. 206 - 207

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**: revisão histórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. 190 p.

OLIVEIRA, Francisco de. A criação da Sudene. In: **Cadernos do Desenvolvimento**. V. 5(7), Rio de Janeiro, pp. 17 – 22, out. 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PDSA - **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido** – PDSA. Brasília, DF: Ministério da Integração, 2005. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=347a66e5-2e91-49b7-9bd5-5762d4ae3e02&groupId=24915. Acesso em: 06/02/2013.

PEDRAS, Lúcia Ricotta V. A paisagem em Alexandre Von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. In; **Revista USP**. São Paulo, nº 46, p. 97 – 114, junho/agosto, 2000. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/46/08-luciaricotta.pdf>. Acesso: 04/06/2013. Às 14h 50min.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e os “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

PESSOA, Fernando. Tabacaria. In: _____. **O eu profundo e os outros eus**. Seleção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, S. d.

PINHEIRO, Robinson Santos, FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. Linguagem geográfica e literária: apontamentos acerca da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. In: **Raído**: revista do programa de Pós-graduação em Letras da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. v. 3, n. 5. Dourados, MS: UFGD, jan./jun. 2009a. p. 87 – 101.

PINHEIRO, Robinson Santos. FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. O Dom nacional: diálogo entorno da identidade nacional. In: **Terra Livre**, ano 25, v. 1, n. 32, p. 63 - 75, São Paulo: jan./jun., 2009.

PINHEIRO, Robinson Santos. **Geografia e literatura**: diálogo entorno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

PINHEIRO, Robinson Santos. Resenha: Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. In: **Ateliê Geográfico**. Goiânia, GO. V. 6, n. 1, p. 270 – 277. Abr, 2012.

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: texto executivo. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157. Acesso em: 22/07/2014.

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2003. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ad1fe39c-1537-4969-8939-a31be9ac4b34&groupId=10157. Acesso em: 11/11/2013.

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós 2010**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. (Relatório). Disponível em: <http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/PNDR.pdf>. Acesso em: 02/04/2013.

PONCZEK, Roberto I. Leon. Mecânica. In: ROCHA, José Fernando M. **Origem e evolução das idéias da física**. Salvador: EDUFBA, 2002.

PORTELLA, Eduardo. **Literatura e realidade nacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANDLES, W. G. L. **Da terra plana ao globo terrestre**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Selma Calasans. **Macondamérica: a paródia em Gabriel García Márques**. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2001. 270 p.

ROSSI, Pedro. Regime Macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista. In: CALIXTRE, André Bojikian. BIANCARELLI, André Martins. CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. Pp. 195 – 226.

ROUSSEFF, Dilma. Fala de inauguração de Políticas Voltadas para o Semi-Árido. IN: **Semiárido**. Disponível: <http://www.semiarido.org.br/noticias-show/3117/0/dilma-rousseff-anuncia-plano-especifico-para-o-semiarido>. Acesso: 06/06/2013.

SAHR, Wof-Dietrich. Ação e EspaçoMUNDOS - a concretização de espacialidades na geografia. In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: UFBA, 2008, v. , p. 33-57

SAHR, Wof-Dietrich. Portos e sertões – reflexões sobre uma geografia cultural à la bresilienne. In: MENDONÇA, Francisco. et. al. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, PR.: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. pp. 261 – 288.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república**. 2ª ed. Goiânia, GO: UFG, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007b

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Ricardo Ventura. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: **História, ciências, saúde: Manguinhos**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Pp. 237 – 254, 1997.

SAUER, Carl O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Pp. 19 – 26.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Adauto (ed.). **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Pp. 349-394.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Prefácio: imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Pp. 9 – 17.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: história de uma idéia**. Trad. Sérgio Bath e Mário Higa. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Ana Cristina da. **Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro**. Goiânia: Editora da UFG, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. Paisagem e poesia: o mosaico mágico da natureza. In: SILVA, Valéria Cristina Pereira da. CORCINIO JUNIOR, Givaldo Ferreira (Orgs.). **Natureza e representações imaginárias**. Curitiba: Appris, 2013. Pp. 161 – 174.

SIMPLÍCIO, José Carlos da Silva. O conceito de linguagem em Hans-Georg Gadamer. In: **Crítica**. V.4, n. 16. Londrina: Ed. UEL, pp. 507 – 523, jul./ago. 1999.

SINGER, Paul Israel. Implicações econômicas da dinâmica populacional brasileira. In: **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP**. São Paulo, pp. 05 - 16, S.D. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/implicacoes_economicas_e_sociais.pdf. Acesso em: 11/04/2014

SOLA, José Antônio. **Canudos: uma utopia no sertão**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. 80 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Cultos, incultos e ocultos: as novas identidades latino-americano. In: CANCLINI, Nestor Garcia (Org.). **Culturas da Ibero-América: diagnósticos e propostas para seu desenvolvimento**. Trad. Ana Venite Fuzato. São Paulo: Moderna, 2003.

SUZUKI, Júlio César. O poeta, a cidade e o esfacelamento do indivíduo na modernidade: uma leitura de “A rosa do povo”. In: MARANDOLA Jr. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista (Orgs.). **Geografia e literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010. Pp. 243 – 256.

TAVARES, Maria da Conceição. ANDRADE, Manuel Correia. PEREIRA, Raimundo Rodrigues (entrevistadores). **Seca e poder:** entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

THEODORO, Janice. Canudos 100 anos depois. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin, ALEXANDRE, Isabel M. M. (Orgs.). **Canudos:** palavra de Deus, sonho da terra. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Boitempo, 1997. Pp. 119 – 136.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras:** itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VENTURA, Roberto. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin, ALEXANDRE, Isabel M. M. (Orgs.). **Canudos:** palavra de Deus, sonho da terra. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Boitempo, 1997. Pp. 89 – 102.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. IN: **Sociedade e Cultura**, 1998, vol. 1, nº 1, Pp. 41-54.

VIDAL e SOUZA, Candice. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997.

WAGNER, Philip L. MIKESSEL, Marvin W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Pp. 27 – 63

WALLERTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. Trad. BERTERO, José Flávio. ROSA E SILVA, Ana maria de Oliveira. In: **Perspectivas**, v. 20/21, São Paulo, UNESP, pp. 249 – 268, 1997/8.

WICHT, Bernard. La diversité culturelle: Le sens d'une idée. In: ___. **Diversité culturelle:** et mondialisation. Paris: éditions Autrement, 2004. Pp. 10 – 28.

WOODWARD, Kathyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ZILLY, Berthold. A guerra do Sertão como “evento de mídia” na Europa de 1987. In: **Anos 90.** Vº 1. Nº. 7, Porto Alegre, RS, Pp. 59 – 87, julho de 1997.

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da Guerra de Canudos. In: **Estudos Avançados:** dossiê Nordeste seco. Vol. 13, nº 36, São Paulo, may./aug. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200006. Acesso em 22/09/2014.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe.** Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos.** Trad. Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.

Anexos:**Anexo 1:**

Imagem 4: Imagem do chão próximo a Monte Belo, no Parque Estadual de Canudos, Canudos, BA.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (22/04/2014).

Anexo 2:

Imagem 6: Praça central de Monte Santo, BA, no primeiro plano, a direita, monumento a Antonio Conselheiro, atrás, como rememorando a história, “A Matadeira”.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014).

Anexo 3:

Tabela 1: Evolução da concessão do programa Bolsa Família no Brasil e nos Estados pertencentes ao semiárido brasileiro.

País	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Brasil	2004	6.571.839	439.870.605
	2005	8.700.445	549.385.527
	2006	10.965.810	686.701.812
	2007	11.043.076	831.106.698
	2008	10.557.996	905.899.897
	2009	12.370.915	1.174.266.196
	2010	12.778.220	1.239.042.080
	2011	13.352.306	1.602.079.650
	2012	13.900.733	2.012.526.564

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Piauí	2004	217.931	15.777.799
	2005	284.297	19.333.052
	2006	366.906	24.644.594
	2007	368.612	29.522.501
	2008	360.622	32.655.020
	2009	413.867	41.176.481
	2010	420.392	42.119.112
	2011	444.696	53.178.027
	2012	453.760	70.391.431

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Ceará	2004	572.730	40.617.841
	2005	742.454	49.486.288
	2006	882.220	57.467.000
	2007	891.418	69.353.410
	2008	870.153	76.775.782
	2009	947.720	93.006.127
	2010	1.022.259	101.079.328
	2011	1.076.764	127.562.501
	2012	1.107.009	160.720.596

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Rio Grande do Norte	2004	190.116	12.917.442
	2005	240.828	15.376.636
	2006	298.643	18.580.200
	2007	302.720	22.531.597
	2008	292.522	24.943.935
	2009	321.710	30.670.831
	2010	338.424	32.771.488
	2011	349.595	40.988.286

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
	2012	364.751	51.677.230
Paraíba	2004	273.135	19.243.076
	2005	337.001	22.484.021
	2006	406.904	26.791.484
	2007	416.863	32.893.911
	2008	410.707	36.640.022
	2009	444.729	43.842.848
	2010	450.525	44.781.066
	2011	487.779	57.840.838
	2012	506.234	74.760.532

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Alagoas	2004	214.726	15.267.302
	2005	253.745	17.000.052
	2006	339.921	21.879.095
	2007	351.402	27.203.068
	2008	347.585	30.525.756
	2009	395.459	39.278.905
	2010	414.112	41.603.144
	2011	425.137	52.354.768
	2012	436.270	64.992.708

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Sergipe	2004	113.147	7.996.762
	2005	154.332	10.196.673
	2006	189.304	12.708.348
	2007	187.470	15.147.787
	2008	179.875	16.590.122
	2009	220.175	22.146.084
	2010	230.418	23.325.005
	2011	253.134	30.857.971
	2012	268.330	38.483.954

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Minas Gerais	2004	113.147	7.996.762
	2005	154.332	10.196.673
	2006	189.304	12.708.348
	2007	187.470	15.147.787
	2008	179.875	16.590.122
	2009	220.175	22.146.084
	2010	230.418	23.325.005
	2011	253.134	30.857.971
	2012	268.330	38.483.954

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Bahia	2004	838.963	58.927.705
	2005	1.067.291	71.409.768
	2006	1.391.245	91.941.563
	2007	1.411.662	111.384.233
	2008	1.372.763	122.182.634
	2009	1.581.639	156.565.931
	2010	1.662.069	166.063.311
	2011	1.752.993	209.149.757
	2012	1.808.346	262.704.562

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Pernambuco	2004	518.956	35.478.038
	2005	633.500	41.111.877
	2006	860.546	55.834.607
	2007	905.919	70.427.946
	2008	881.591	77.558.086
	2009	1.035.989	101.272.858
	2010	1.045.268	103.538.689
	2011	1.115.851	133.040.707
	2012	1.151.313	162.128.908

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2013).

Anexo 4:**Tabela 7: Evolução da Taxa de Fecundidade dos municípios da microrregião de Euclides da Cunha, BA.**

Cansanção	Ano	Taxa de Fecundidade
	1991	6,89
	2000	3,79
	2010	2,49
Canudos	1991	4,64
	2000	3,63
	2010	3,16
Euclides da Cunha	1991	4
	2000	3,25
	2010	2,27
Monte Santo	1991	5,08
	2000	4,42
	2010	2,52
Nordestina	1991	6,44
	2000	4,22
	2010	2,41

Queimadas	Ano	Taxa de Fecundidade
	1991	3,92
	2000	3,63
	2010	2,4

Quijingue	1991	5,85
	2000	3,77
	2010	2,57

Tucano	1991	4,53
	2000	3,09
	2010	2,3

Uauá	1991	4,53
	2000	3,09
	2010	2,3

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013.

Anexo 5:

Imagem 11: Igreja de Monte Santo (1775 a 1795).



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014).

Anexo 6:**Tabela 11: Evolução da concessão do programa Bolsa Família no Estado da Bahia e microrregião de Euclides da Cunha.**

Estado	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Bahia	2004	838.963	58.927.705
	2005	1.067.291	71.409.768
	2006	1.391.245	91.941.563
	2007	1.411.662	111.384.233
	2008	1.372.763	122.182.634
	2009	1.581.639	156.565.931
	2010	1.662.069	166.063.311
	2011	1.752.993	209.149.757
	2012	1.808.346	262.704.562

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Cansação	2004	3.209	232.784
	2005	4.927	344.499
	2006	5.733	411.813
	2007	5.700	481.909
	2008	5.543	529.420
	2009	5.420	576.338
	2010	5.860	602.129
	2011	6.407	785.590
	2012	6.862	1.199.306

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Canudos	2004	1.523	108.329
	2005	1.678	114.741
	2006	2.182	152.825
	2007	2.154	177.691
	2008	2.105	195.249
	2009	2.322	240.911
	2010	2.436	249.059
	2011	2.729	332.770
	2012	2.631	462.312

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Euclides da Cunha	2004	5.008	353.459
	2005	6.154	425.921
	2006	7.699	530.665
	2007	7.684	627.528
	2008	7.059	642.172
	2009	8.711	882.079
	2010	9.086	917.975
	2011	9.613	1.173.608
	2012	10.283	1.489.320

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Monte Santo	2004	6.423	432.612
	2005	7.493	493.585
	2006	7.885	550.702
	2007	8.690	721.083
	2008	8.276	764.991
	2009	9.001	917.433
	2010	8.845	908.845
	2011	9.115	1.130.298
	2012	9.367	1.526.552

Fonte:

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Nordestina	2004	936	78.592
	2005	1.109	84.075
	2006	1.456	106.741
	2007	1.468	124.783
	2008	1.419	138.116
	2009	1.797	191.537
	2010	1.960	207.718
	2011	2.174	276.912
	2012	2.151	374.740

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Queimadas	2004	2.358	173.032
	2005	3.302	223.856
	2006	3.730	251.287
	2007	3.592	298.644
	2008	3.521	333.955
	2009	4.015	424.909
	2010	4.525	468.718
	2011	4.660	575.368
	2012	4.847	781.492

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Quijingue	2004	3.155	238.337
	2005	3.846	281.007
	2006	4.409	318.382
	2007	4.308	366.592
	2008	4.135	386.927
	2009	4.629	475.974
	2010	4.972	510.610
	2011	5.004	613.320
	2012	5.096	746.640

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
-----------	-----	--------------------	----------------------------

Tucano	2004	5.168	375.028
	2005	5.386	380.682
	2006	7.933	551.720
	2007	7.698	638.594
	2008	7.422	684.604
	2009	7.930	806.060
	2010	8.416	860.255
	2011	9.399	1.123.102
	2012	9.438	1.705.816

Município	Ano	Número de famílias	Valor total dos benefícios
Uauá	2004	2.596	187.790
	2005	3.473	237.068
	2006	4.363	306.725
	2007	4.391	359.399
	2008	4.204	383.172
	2009	4.160	425.028
	2010	3.980	411.558
	2011	4.321	521.146
	2012	4.529	579.606

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2013).

Anexo 7:

Imagem 14: Foto de Povoado do Município de Monte Santo.



Foto: Robinson Santos Pinheiro (23/04/2014)

Anexo 8:

Imagem 20: Destaque de um desenho exposto na sala da família Kaimbé.

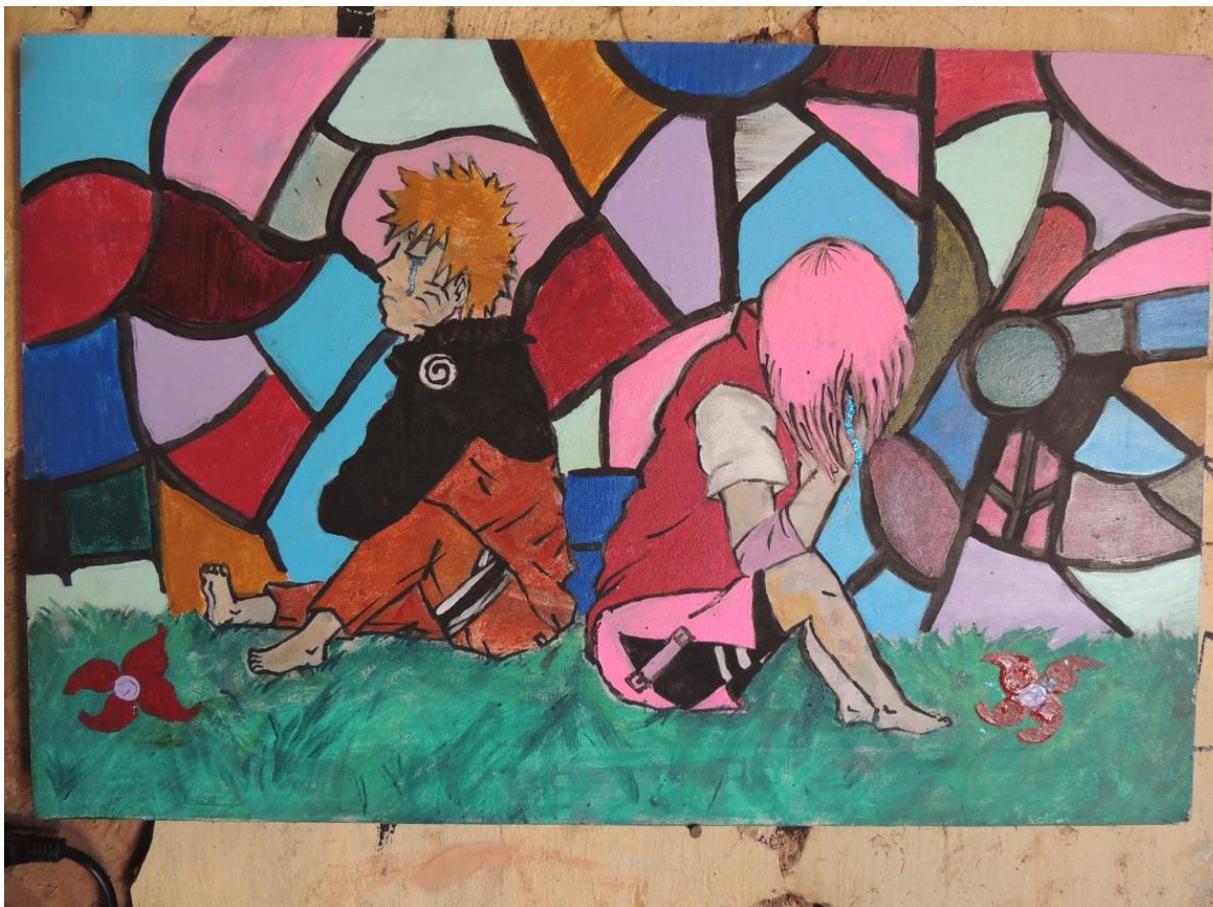


Foto: Robinson Santos Pinheiro (24/04/2014).